

PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XIV • Cr\$ 2.300,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

144

1492-1992
500 ANOS DE DOR

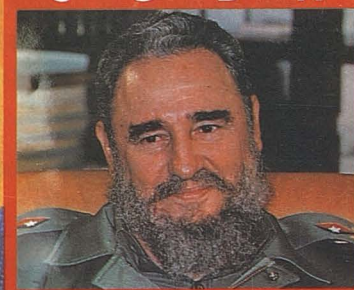
PRIVATIZAÇÕES

BRASIL

A propaganda e a realidade



C U B A



CONGRESSO DO PC
ABRE PERÍODO
DE MUDANÇAS

Para obras rápidas e de baixo custo, a Riocop elegeu a tecnologia da argamassa armada



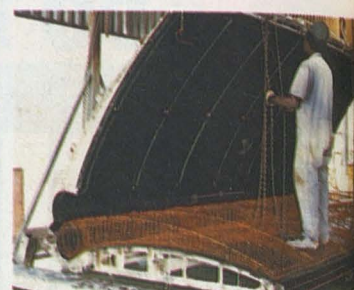
Pórticos - Fábrica do RJ



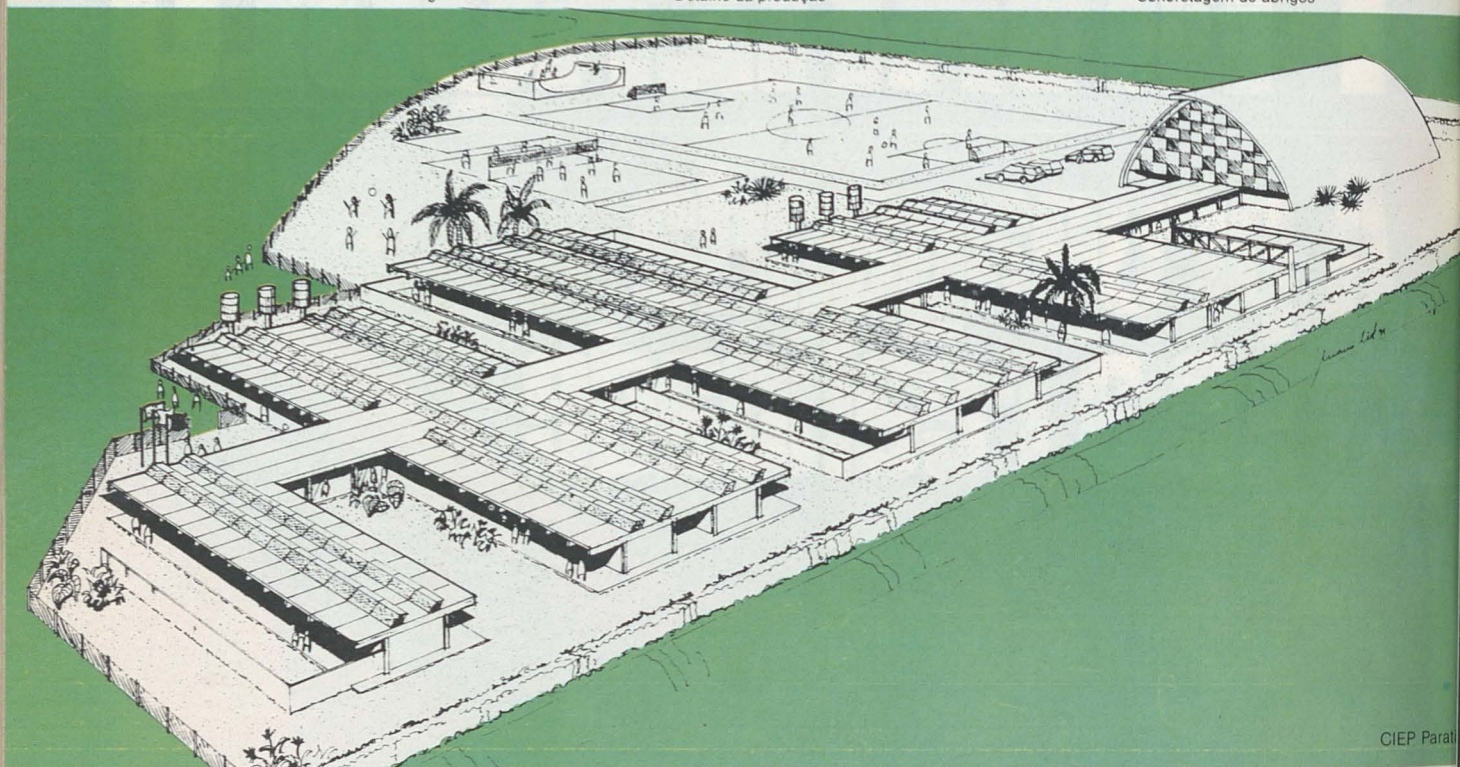
Leveza das vigas



Detalhe da produção



Concretagem de abrigos



CIEP Parati

A argamassa armada é um processo pioneiro, desenvolvido pela Riocop, que combina cimento, areia e tela de aço. O resultado são peças pré-moldadas que garantem, além de um custo 30% mais baixo do que as estruturas convencionais de concreto, maior rapidez na montagem e uma adequação perfeita

a qualquer tipo de terreno.

A leveza, a flexibilidade e a modulação das peças permitem ainda uma enorme variedade de combinações, adaptáveis às mais diversas composições arquitetônicas.

Hoje, a Riocop fabrica mensalmente 600m³ de argamassa armada e produz, além de peças para edificações,

abrigos de ônibus, diversos equipamentos urbanos e componentes para saneamento básico.

Desde que foi criada, há quatro anos, a Riocop já construiu mais de 150 escolas, 60 casas da criança, 40 postos de saúde, casas comunitárias, creches e CIEPs em argamassa armada.

Outro detalhe relevante da

Riocop é sua condição de Estatal, que permite a contratação de seus serviços sem licitação pública.

Da próxima vez que você for construir, não deixe de levar em consideração o que a Riocop pode fazer de concreto com a sua obra: utilizar a tecnologia e a qualidade revolucionárias da argamassa armada.

RIOCOP

COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS
BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Telefone: (021) 395-4550 - Fax: (021) 395-3965

PRESENTE O ANO INTEIRO PRA VOCÊ E 3 AMIGOS.

Assine

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

BRINDE ESPECIAL!

NOSSOS PREÇOS

- Assinatura anual: Cr\$ 27.600,00
- Assinatura 2 anos: Cr\$ 55.200,00
- Assinatura anual por Reembolso Postal: Cr\$ 29.000,00
- Assinatura 2 anos por Reembolso Postal: Cr\$ 58.000,00

Validade: até 10.12.91

Traga 3 amigos como assinantes e **ganhe** 1 assinatura anual de Cadernos.

Assinatura: 1 ano 2 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... Cidade.....
Estado..... CEP..... Tel.....
Profissão.....

Assinatura: 1 ano 2 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... Cidade.....
Estado..... CEP..... Tel.....
Profissão.....

Assinatura: 1 ano 2 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... Cidade.....
Estado..... CEP..... Tel.....
Profissão.....

CUPOM DO REMETENTE

Assinatura: 1 ano 2 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... Cidade.....
Estado..... CEP..... Tel.....
Profissão.....

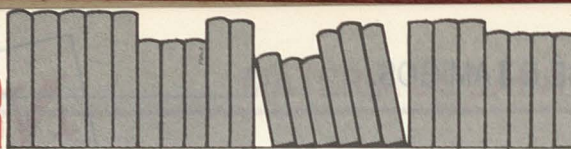
- Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s).
- () Cheque(s) nominal(is) em anexo
 - () Vale Postal - Ag. Lapa
 - () Pagarei por Reembolso Postal
 - () Autorizo débito no meu CREDICARD referente ao meu pedido no valor de Cr\$
 - () Autorizo débito no meu CREDICARD dos pedidos para meus amigos totalizando Cr\$

Cartão N°

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Data:...../...../..... Assinatura do comprador

Preencha os cupons em letra de forma conforme sua opção de pagamento e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241 • Rio de Janeiro • RJ • Fax: (021) 252-8455 • Tel.: (021) 252-7440



MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO
O Estado de São Paulo

Este *Manual* é mais do que um guia destinado a jornalistas. Se você escreve com regularidade, está se preparando para exames de redação ou apenas quer conhecer melhor o português, não deixe de consultá-lo.

371 p.
E-234 Cr\$5.900,00



ESCRITOS INDIGNADOS
Democracia e neoliberalismo no Brasil
Herbert de Souza (Betinho)

O livro do sociólogo e analista político Herbert de Souza (Betinho) passa em revista os principais problemas brasileiros de hoje, com a coragem e a emoção que marcam todo seu pensamento e sua atuação na sociedade.

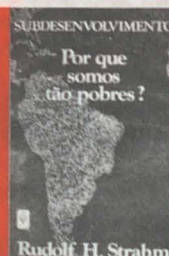
144 p.
E-232 Cr\$ 4.800,00



O ENIGMA DA AMAZÔNIA
Desafio ao Futuro
Miranda Neto

Para o autor, que é economista, com pós-graduação em economia rural no Brasil e Estados Unidos, o desenvolvimento da Amazônia deve adaptar as técnicas modernas às condições ambientais, com a preocupação de servir ao país e não apenas aos grandes interesses econômicos.

144p. E-235 Cr\$ 4.200,00



SUBDESENVOLVIMENTO
Por que somos tão pobres?
Rodolf H. Strahm

Rodolf H. Strahm, economista suíço com participação em vários organismos internacionais, procura desvendar os complexos mecanismos do subdesenvolvimento, que ele relaciona com a crise do endividamento externo.

221 p.
E-230 Cr\$ 4.700,00



TESTEMUNHO
Darcy Ribeiro

"Mas eu me pergunto agora, tal como eles perguntavam então: Por que me meti no mato, com os índios? Darcy nos dá neste livro um relato munitioso e divertido de suas vivências e invenções.

262 p.
E-236 Cr\$ 9.100,00



VIRANDO A PRÓPRIA MESA
Ricardo Semler

A empresa tradicional está condenada. É o que sustenta Ricardo Semler, diretor da FIESP, que transformou sua indústria em modelo de organização e eficiência, através de um sistema de gestão democrática.

E-237 Cr\$11.800,00



UMA CHAMA NA AMAZÔNIA
Jean-Pierre Leroy

Reconstituindo a saga dos trabalhadores rurais da região de Santarém, Pará, o autor apresenta um quadro completo da realidade econômica da Amazônia.

E-238 Cr\$ 4.500,00



REFAZENDO A FÁBRICA FORDISTA
Elizabeth Bortolaia Silva

Partindo da análise comparativa entre uma fábrica Ford no Brasil e na Inglaterra, a autora discute os rumos da economia mundial.

394 p.
E-239 Cr\$14.000,00

QUERIDA ILHA
Hélio Dutra — 2ª edição

O apaixonante testemunho de um brasileiro que acompanhou, por dentro, todo processo da revolução cubana. Hélio Dutra conhece Cuba a fundo, vivendo lá desde o fim da II Guerra Mundial. Alguns tópicos do seu livro: A reforma agrária, As reformas urbanas, A alfabetização, A mulher cubana e a revolução, A saúde em Cuba etc.

E-240 Cr\$ 7.000,00

HISTÓRIAS (ALEGRES) DO POVO BRASILEIRO
Mauritônio Meira

Gente conhecida (ou não) fonece a matéria bruta desse excitante livro de crônicas da vida brasileira. São bêbados, poetas, políticos, jornalistas, mulheres traídas, maridos ciumentos, figuras importantes, figuras sem nenhuma importância — eles contam uma parte da história de nosso povo.

195 p.
E-229 Cr\$ 4.300,00 + 10%

BEM TE VI, AMAZÔNIA
Jurema Finamour

Um balanço dramático aos problemas da Amazônia, desde as primeiras picadas ao drama de Chico Mendes. A realidade do latifúndio, as ameaças de internacionalização, a miséria de sua população, as riquezas escondidas na selva, o extermínio de vidas inteiras — eis alguns dos capítulos que compõem esta obra notável de pesquisa e denúncia.

E-241 Cr\$ 4.500,00

O PILÃO DA MADRUGADA
Neiva Moreira

Os repórteres são os narradores do cotidiano e o futuro. Este livro é a reportagem com um desses repórteres. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou.

Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo tergiversados na "história oficial".

José Louzeiro
464 p.
E-208 Cr\$ 4.500,00

CHE-PARRA
Latino-América
Piedade Carvalho

"Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia brilhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela, iluminando nossa consciência e nosso coração, acordando no mais escuro compartimento de nosso ser a nossa quase moribunda esperança".

Sérgio Ricardo
100 p. E-223 Cr\$ 3.000,00

NÓS DIZEMOS NÃO
Eduardo Galeano

A esquerda acabou? E a história, também? Ainda é possível falar em socialismo? Cuba merece, nos dias de hoje, algum interesse, algum respeito? Pode existir dignidade na miséria? Para onde vai o mundo?

Estas são algumas questões queimantes que o autor de "Veias abertas da América Latina" procura desatar nesta obra.

88 p.
E-226 Cr\$ 3.700,00

DESENVOLVIDO PARA A MORTE - Repensando o desenvolvimento do Terceiro Mundo
Ted Trainer

O simples desenvolvimento, sem um planejamento adequado, leva a aberrantes desequilíbrios na distribuição da renda mundial. O modelo neoliberal, aplicado a nossos países, acaba por privilegiar os interesses das classes altas do Terceiro Mundo, das corporações multinacionais e dos países ricos.

240 p.
E-245 Cr\$ 7.200,00

CANUDOS: A GUERRA SOCIAL
Edmundo Moniz

É a primeira história sobre o movimento sertanejo, na Bahia, que teve seu ponto culminante ao final do século XIX.
370 p.
E - 170 Cr\$ 7.865,00

CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA
Vários (Sonia Laranjeira Org.)

Os trabalhos reunidos neste livro foram apresentados no 8º Seminário de Estudos Latino-americanos.
E - 242 Cr\$ 10.500,00

BOREL - O MORRO DOS ESPÍRITOS
Josué Diniz

O Morro do Borel, no Rio, passa a ter agora um lugar significativo na literatura brasileira. Depois de morar lá, como favelado, Josué Diniz, publica agora esta obra que reúne literatura e reportagem.
176 p.
E - 231 Cr\$ 3.500,00

A ESQUERDA E O GOLPE DE 64
Dênis de Moraes

O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. 379 p.
E-202 Cr\$ 7.500,00

O LIVRO DOS ABRAÇOS
Eduardo Galeano



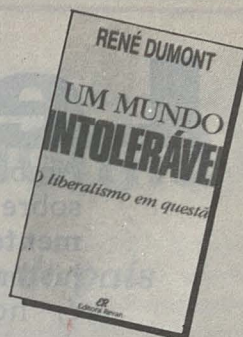
Tratar a memória como coisa viva: assim faz Galeano quando escreve. Sua memória pessoal é a nossa memória coletiva, da América. Este seu novo livro é o testemunho de pequenos episódios, que contam a história de nosso povo e revelam, com amor ou revolta, a dramática realidade de nosso continente.
271 p. E - 243 Cr\$ 8.500,00

O JAPÃO QUE SABE DIZER NÃO
Shintaro Ishihara



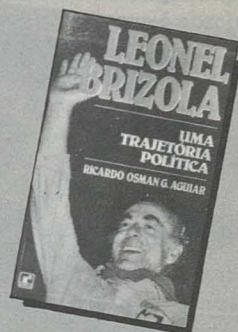
O livro foi elaborado em colaboração com AKIO MORITA, presidente da Sony Corporation, o maior grupo empresarial do Japão. Diante da repercussão que uma edição clandestina provocou nos Estados Unidos, Morita recusou-se a participar de uma tradução autorizada. Ishihara é igualmente uma das figuras importantes do Japão moderno, sendo falado como futuro primeiro-ministro. Obra imprescindível para conhecer os meandros da luta interimperialista de nossos dias.
157 p. E - 244 Cr\$ 7.500,00

UM MUNDO INTOLERÁVEL
O liberalismo em questão
René Dumort



René Dumont, reconhecido universalmente por seus trabalhos sobre o 3º Mundo, a ecologia e a paz, faz um balanço das ameaças que pesam sobre a terra e sugere medidas para impedir uma catástrofe que pode atingir as próprias fontes da vida em nosso planeta.
240 p. E - 203 Cr\$ 8.500,00

LEONEL BRIZOLA
Uma trajetória Política
Ricardo Osman G. Aguiar



O livro é um relato jornalístico e muito fundamentado da trajetória humana e política de Brizola. Vai desde a sua infância até os últimos lances da disputa presidencial, passando por suas experiências no Governo do Rio Grande do Sul e do Estado do Rio. Na última parte, Ricardo Aguiar relata detalhes até agora não conhecidos da campanha de Brizola à Presidência da República, que ele cobriu como jornalista.
274 p. E - 233 Cr\$ 12.500,00

ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

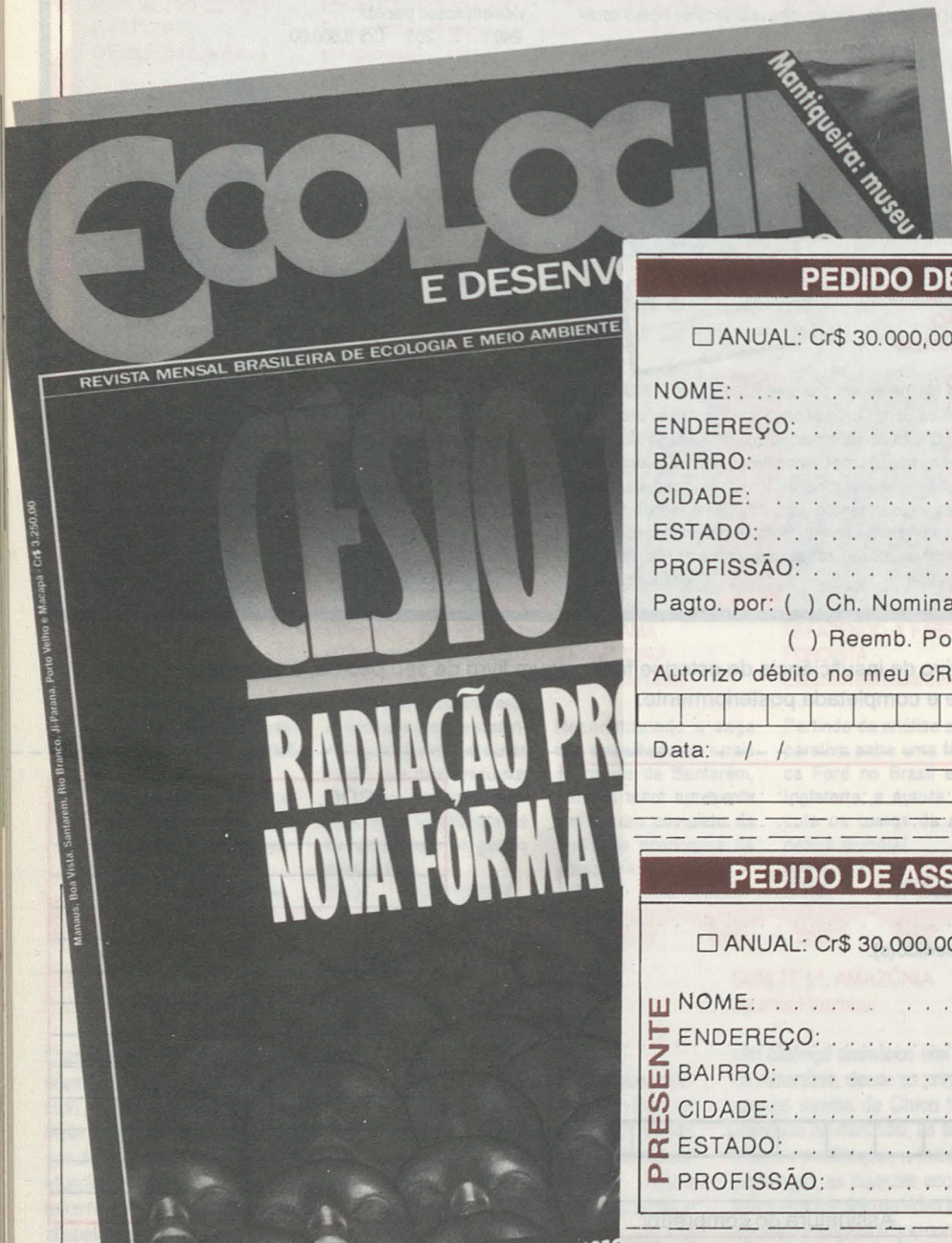
Nome
Endereço
Bairro Cidade
Estado CEP Tel
Profissão
Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s).
 Cheque(s) nominal(is) em anexo
 Vale Postal - Ag. Lapa
 Pagarei por Reembolso Postal
 Autorizo débito no meu cartão
No valor de Cr\$
Cartão N°
.....
Data:...../...../.....
Assinatura do comprador

CÓD.	QUANT.

Preencha o cupom em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241 - Tel.: (021) 252-7440 - FAX (021) 252-8455

Leia O Rio de Janeiro vai sediar em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma reunião planetária de debate sobre as questões ecológicas. A revista **Ecologia e Desenvolvimento** se propõe a contribuir para a análise desse encontro histórico e acompanhar os seus desdobramentos. A ecologia já é, hoje, um tema dominante. Acompanhe o seu tempo.

e Assine



Gratis

Dê uma assinatura de presente a um amigo e ganhe 1 livro de brinde.

Validade: até 10.12.91

PEDIDO DE ASSINATURA

ANUAL: Cr\$ 30.000,00 2 ANOS: Cr\$ 60.000,00

NOME:
 ENDEREÇO:
 BAIRRO:
 CIDADE: CEP:
 ESTADO: TEL.:
 PROFISSÃO:
 Pagto. por: () Ch. Nominal () V. Postal - Ag. Lapa
 () Reemb. Postal () CREDICARD
 Autorizo débito no meu CREDICARD N°

Data: / /
 Comprador

PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

ANUAL: Cr\$ 30.000,00 2 ANOS: Cr\$ 60.000,00

P NOME:
R ENDEREÇO:
E BAIRRO:
S CIDADE: CEP:
E ESTADO: TEL.:
N PROFISSÃO:

Editora Terceiro Mundo Ltda. • Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241 • Rio de Janeiro • RJ • Telex: 21 33054 CTMB BR
PEÇA TAMBÉM PELO TELEFONE (021) 252-7440 OU PELO FAX (021) 252-8455

CAPA:

Privatizações: a propaganda e a realidade

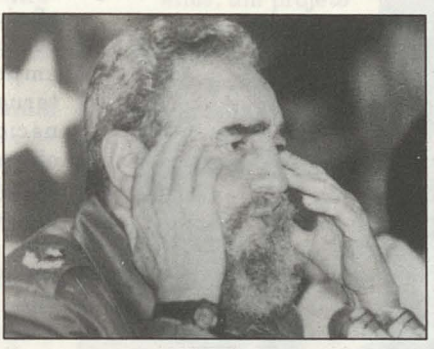
Os defensores da privatização ocultam aspectos fundamentais dos programas adotados em outros países, transmitindo a impressão de que lá fora se vende tudo a qualquer preço e que este é o caminho para o Brasil.



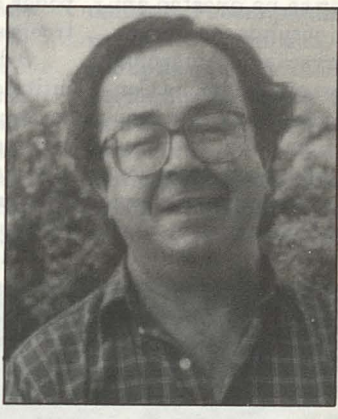
Ocultam que, em todos os países adiantados, o pagamento das empresas privatizadas é feito em dinheiro corrente e não com papel desvalorizado, os famosos "milhões pretos", como está sendo feito no Brasil e na Argentina.
Página 10



O professor da USP Francisco Weffort fala com exclusividade sobre o livro que lançará em 1992 e a atualidade política brasileira
20



◀ A comemoração oficial do V Centenário da chegada de Colombo à América reivindica a Conquista, enquanto os indígenas se preparam para um ato de reafirmação étnica
10



◀ Os comunistas cubanos realizam seu IV Congresso e introduzem reformas, dando ao país novas armas para enfrentar a crise
28

SUMÁRIO

2 PANORAMA	36 O resgate da civilização perdida
	38 Os próximos cinco séculos
MATÉRIA DE CAPA	AMÉRICA LATINA
10 Privatizações: a propaganda e a realidade	40 Cuba: A justa medida
	42 Uma alternativa ao neoliberalismo
UNIVERSIDADE	45 Nicarágua: A história se repete
21 Reitores lutam pela autonomia	EUROPA
POLÍTICA	46 Chipre: Dois pesos, duas medidas
22 O Brasil está sem rumo	ORIENTE MÉDIO
INTEGRAÇÃO	48 Iêmen: Novos horizontes
24 Mercosul: Correndo contra o tempo	ÁFRICA
COMUNICAÇÃO	50 Economia: Os novos colonizadores
EDUCAÇÃO	ESTRATÉGIA
28 Retomando a cruzada	53 EUA: Bush volta a falar grosso
SAÚDE	54 PANORAMA TRICONTINENTAL
29 A talidomida ainda faz vítimas no Brasil	PÁGINA ABERTA
ESPECIAL: V Centenário	60 O bonde da história e a barbárie
32 América Latina discute sua identidade	

Igrejas e ecologia

Reconhecendo erros e propondo uma série de princípios, representantes de igrejas cristãs dispõem-se a envolver-se na questão ambiental, visando, sobretudo, à preservação da Amazônia. Reunidos em Belém, na Consulta Ecumênica Internacional da Amazônia, católicos, protestantes de diversas confissões e integrantes de organizações não-governamentais disseram temer que a Rio-92 venha a frustrar-se em seus objetivos básicos, "devido a fatores como a inércia dos go-

fundamentalistas originárias dos países do Norte que doutrina os povos indígenas, segundo os interesses do poder dominante e que destroem sua cultura e religião".

O documento das igrejas, intitulado "Carta de Belém", começa com uma série de considerações, entre as quais algumas confissões de culpa: "Reconhecemos que, como igrejas, como cristãos e como cidadãos do Brasil, da América Latina e de países do Norte, estamos envolvidos, de muitas maneiras, com as

acumula riqueza para uns e expropria outros. Essa expropriação empurra pessoas para a Amazônia - colonos, garimpeiros, trabalhadores diversos e as famílias - e as entrega à miséria. Entendemos que o endividamento externo dos países dependentes amordaça suas economias, levando-os a promover a degradação social e ambiental a serviço dessa dívida, enquanto que também as igrejas dos países ricos se beneficiam dos juros pagos pelos países pobres".

As igrejas se penitenciam, também, de não terem ainda "agido com suficiente

eficácia contra o latifúndio, as empresas internacionais e nacionais e as oligarquias instaladas no poder na Amazônia, para impedir que sua atuação atente contra os direitos humanos e obstaculize a democracia e a justiça social. As igrejas têm sido obedientes a governantes corruptos e ir-

responsáveis, sendo muitas vezes coniventes com eles em troca de pequenos favores, e poucas vezes têm levantado sua voz contra essa subserviência". E destaca, ainda: "Assistimos com indolência ao uso dos meios de comunicação de massa pelos poderes políticos e econômicos como reforço de sua dominação".

Entre os objetivos gerais a serem seguidos, o documento destaca a necessidade de garantir a sobrevivência das pessoas diretamente atingidas pela desorganização social da região; proteção aos espaços dos índios e seringueiros; cumprimento

das leis existentes; reformas agrária e urbana, que reduzam as pressões populacionais sobre a região; além de uma mobilização internacional, que desperte a consciência mundial em favor da Amazônia.

"Os países industrializados participam de muitas formas na destruição da Amazônia: eles determinam o modelo de desenvolvimento e fornecem a tecnologia; são os principais consumidores dos recursos naturais que são obtidos através da exploração predatória da natureza; determinam as condições de mercado para a economia brasileira".

Na avaliação dos representantes das igrejas, "os governos, as multinacionais e os grandes bancos dos países industrializados devem ser confrontados com as seguintes exigências: - criar uma política energética compatível com a preservação do meio ambiente, usando pesquisas e uso de alternativas já existentes. Isso implica o cancelamento da construção de grandes hidrelétricas; - abandonar qualquer idéia de redirecionamento da dívida externa para projetos de desenvolvimento, considerando que a dívida externa já foi devidamente paga e consequentemente a continuidade de seu pagamento é injusto e imoral; - participar do financiamento de projetos de manutenção do sustento das necessidades vitais de índios, posseiros, pequenos agricultores e extrativistas, bem como de medidas de defesa do meio ambiente no contexto da mineração e da indústria".

Outra proposta das igrejas cristãs é "o desenvolvimento de uma posição crítica contra o falso nacionalismo que algumas correntes dentro dos órgãos de segurança estão propagando em relação à Amazônia, na pretensa defesa da soberania nacional".



vernou ou a desinformação dos povos". Contra isso, pregam um engajamento maior das igrejas do Primeiro Mundo, em um "trabalho de conscientização que vise a uma ação de solidariedade em defesa da luta pela preservação da Amazônia. Neste sentido, sugerimos passos concretos", prossegue o documento, indicando: o boicote ao uso da madeira e de minérios procedentes da região amazônica, maior entrosamento entre os grupos religiosos do Sul e do Norte, "com a finalidade de fortalecer as ações de solidariedade", e a tarefa de "desmascarar as missões

causas e processos que levaram à situação em que a Amazônia se encontra".

"Como igrejas - prossegue o documento - estamos conscientes de que os assim chamados "500 anos de evangelização" têm sido também 500 anos de dominação e resistência. As igrejas, através de sua evangelização, marcada pelo flagrante desrespeito às religiões e às culturas indígenas, contribuíram para a dominação e o extermínio de grande parte das populações nativas. Somos parte, muitas vezes favorecida, de um sistema econômico nacional e internacional que

Bala do pó

Em defesa da criança

Balas com recheio de cocaína transformaram-se no pavor de pais e educadores por algumas semanas, no Rio e em São Paulo, quando correu a notícia de que tabuleiros e carquinhas de doces, em portas de escolas, distribuíam confeitos no qual se injetara droga. A ação policial foi rápida, os institutos de criminalística fizeram inúmeras análises e houve uns que nada acharam e outros que teriam comprovado vestígios do entorpecente em balas e chicletes que apresentavam um furo característico de agulha de injeção, indicando que o produto fora violado. A gravidade do caso colocou sob suspeição a fábrica Van Melle, uma empresa holandesa que, no Brasil, produz alguns dos doces mais consumidos pela criança. Pelo sim, pelo não, a fábrica suspendeu a entrega de seus produtos, amargando, em cerca de um mês, prejuízo de mais de um milhão de dólares.

As hipóteses policiais para o caso variaram de chantagem, feita contra a fábrica por pessoa interessada em extorquir alta soma da empresa, até caso de doença mental, em que um psicopata teria alterado o produto pelo prazer de causar danos às crianças. Uma terceira hipótese seria a vingança de algum funcionário prejudicado pela fábrica e que teria interesse em desmoralizar e causar perdas financeiras à empresa. A suspeita de que algum traficante isolado ou grupo estaria contaminando as balas e chicletes como meio de formar novos consumidores, através da criação de dependência nos colegas, foi a menos especulada, uma vez que a quantidade não viciaria ninguém e o método significaria, na prática, desperdício de um produto caríssimo. As suspeitas policiais consideraram mais viável a hipótese de vingança de um funcionário da empresa, única forma de explicar o encontro de balas contaminadas também em embalagens não-violadas. Pelos cálculos policiais, nos meses de abril, maio e junho, a contaminação teria sido praticada em casa por alguém que trabalha na fábrica. Uma vez praticada a injeção da droga, as balas teriam sido levadas de volta à fábrica e lançadas na esteira que leva o produto para ser embalado. Seria a única forma de se dar a violação em balas cujos envoltórios se apresentavam perfeitos.

Seja qual for a solução final para esse caso, o caso despertou os temores da sociedade, pois serviu para recordação de casos variados de extorsão contra indústrias do setor alimentício em países desenvolvidos. Um dos casos mais famosos de contaminação envolveu o medicamento Tylenol, nos Estados Unidos, que chegou a provocar mortes de pessoas que consumiram o produto alterado pela ação de um psicopata.

A Universidade de São Paulo, através do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina-Cedhal, promoveu curso de difusão cultural sobre "A criança na História do Brasil: ontem e hoje". Com duração de 15 dias, o curso teve a participação de pesquisadores do Cedhal e professores da USP, além de especialistas da área e jornalistas. No centro dos debates, a criança carente.

O Cedhal desenvolve, há três anos, um projeto de pesquisa sobre "A família na história da população brasileira", a partir da qual acumulou dados substanciais sobre a questão da infância, que o curso buscou divulgar. No encerramento, dedicado ao tema "A situação da infância carente - Brasil, 1991", a diretora do Cedhal, Maria Luíza Marcílio, destacou a urgência do aprofundamento dos estudos sobre o tema, uma vez que a criança brasileira vive hoje marginalizada nos grandes centros, e à sociedade cabe reverter o processo de exclusão e dar oportunidades a esse grupo. Sob o aspecto do trabalho do menor, assinalou-se a desinformação em que são mantidos, quanto a seus direitos e benefícios trabalhistas. A situação delas, que muitas vezes são levadas a assumir a responsabilidade pela manutenção da família, foi comparada ao quadro resultante da Revolução Industrial, na Europa do século passado, quando as crianças pas-

saram a ser mão-de-obra barata, submetida a longas e intensas jornadas de trabalho.

No depoimento da ex-presidente da Febem paulista, Maria Inês Bierrenbach, a situação de desproteção infantil hoje é a mesma da década de setenta, no que se refere à situação das crianças atendidas pela instituição oficial. "Elas continuam com rostos de desesperança, tristes. Não podemos



mais continuar aprisionando crianças, visando à melhoria da situação". Já na visão da diretora da CBIA (ex-Funabem) em São Paulo, Maria Cecília Zilliottto, muito se fez em um ano de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente. "O Estatuto é uma realidade, é a primeira vez que a causa da criança e do adolescente vai para a mesa do político, para as câmaras e assembleias e chega aos governantes". É fundamental, segundo disse, que todos os setores se conscientizem e atuem em defesa dos menores.

Fazer reservas

Os credores quase ficaram a ver navios em setembro, quando o governo se viu na iminência de suspender os pagamentos internacionais relativos à dívida externa (170 milhões de dólares mensais), por falta de reservas. Teria sido esse o motivo que levou o governo à mididesvalorização (15%) do cruzeiro em relação ao dólar do início de outubro, segundo fontes econômicas.

A preocupação parece não ter-se afastado nas semanas seguintes, diante das providências que o ministro Márcio Marques Moreira adotou, com vistas ao reforço das reservas, cujo limite mínimo está estabelecido em torno de 7 bilhões de dólares. Os repetidos fracos desempenhos dos saldos comerciais e a não entrada de dinheiro novo explicariam a manutenção do clima de apreensão, pois o que menos se pretende nessa fase é deixar os credores sem receber seus juros, uma vez que se quer consolidar o acordo em torno de 52 bilhões de dólares da dívida contraída com os bancos privados.

Assim, a anunciada retirada do Banco Central das operações de regulação dos mercados de ouro e dólar, no final de outubro, quando o dólar dobrou,



pela primeira vez, o valor de 1 mil cruzeiros, estaria dentro da preocupação de não expor as reservas na sempre frustrada tentativa de equilibrar as cotizações. A opção foi deixar o mercado arranjá-lo, fossem quais fossem as consequências para o conjunto da economia. A prioridade, portanto, ainda era, na ocasião, garantir reservas.

A preocupação explica-se, entre outros aspectos, pelo fato de que os bancos privados internacionais querem um acordo sobre os 52 bilhões de dólares, desde que escudado no compromisso

das reservas brasileiras.

Engordá-las, assim, passou a ser essencial, para incutir confiança nos exigentes donos da banca internacional, que no início de outubro se expressaram através do Institute of International Finance-IIF. Segundo o diretor do IIF, Horst Schullmann, só de juros atrasados o Brasil deve 9,2 bilhões, produto do último acordo, assinado em 1988 e não cumprido. Agora, disse, os banqueiros querem uma garantia de que receberão o dinheiro: o melhor jeito, segundo Schullmann, seria dar essa garantia com as reservas do país.

A coisa funcionaria mais ou menos assim: para sair o novo acordo, o Brasil teria que transferir para o banco central dos Estados Unidos perto de 4 bilhões de dólares, que ficariam lá guardados, à disposição dos credores, caso o Brasil tropeçasse nos compromissos. Sem qualquer refresco, restaria ao país somente o caminho de fabricar, a jato, uma reserva excedente que lhe permitisse atender a intimação dos banqueiros, sem correr o risco de baixá-las a níveis tão perigosos que o fluxo comercial normal do país com o exterior entrasse em colapso.

Alimento do brasileiro

A já secular preocupação de que em algumas áreas do Brasil estaria sendo gerada uma sub-raça humana, formada por crianças hereditariamente desnutridas e por isso atrofiadas sob vários aspectos, já pode ser estendida a praticamente todo o país. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE constata que o drama da alimentação deixou de ser nordestino para se espalhar por todos os rincões da pátria, onde haja pessoas submetidas a condições que impliquem dificuldades de adquirir comida regular. Num país em recessão há mais de dez anos, com desemprego real acima de 10% e onde a maioria dos empregados não pode sequer contar vantagem, pois os salários mal dão para alcançar a metade do mês, a maioria das pessoas passou a pertencer àquela categoria dos subnutridos crônicos.

A pesquisa do IBGE demonstra que a qualidade da alimentação decaiu, como comprova o dado de que aos 20 quilos anuais de carne bovina que cada brasileiro comia, em média, em 1975, baixou-se para 17,7 quilos em 1991, enquanto o de ovos se manteve praticamente sem alteração (5,5/5,6). A substituição da carne parece ter-se dado com o frango, cujo consumo subiu (8,8/13,4). Caiu ainda o de trigo

(38,9/35,5). Em compensação, quase triplicou o consumo de farinha de mandioca (21/56), quase quadruplicou o de milho (5,8/19,7) e subiram pouco o de arroz (51,3/55,2) e de feijão (14,8/16,3).

Ao lado das substituições provocadas pela carestia, deve-se levar em conta que a média de consumo esconde a realidade crua, onde o consumo não se dá por média, mas pelo dinheiro que se tem ou não se tem no bolso. Além disso, como contribuição da administração, a produção de alimentos não tem acompanhado o crescimento populacional, o que explica que somente não existe uma crise de desabastecimento, devido à contida capacidade de consumo da maioria da população. Assim, entre 1987 e 1990, caíram a produção de arroz (10 milhões de toneladas/7,4 milhões de toneladas); milho (26/21); trigo (6/3), entre outros. As melhorias foram feijão (2/2,2), mandioca (23,4/24,2), soja (16,9/19,8), carne bovina (2,2/2,8, embora se preveja, para 1991, um recuo para 1,5), e frango (1,3/1,6, embora também se preveja em 1991 queda para 0,84).

Metade do problema parece estar sendo atacado, ao estilo emergencial, pelo governo federal, que tem anunciado um programa especial de financiamento dos produtores, na tentativa de recuperar a produção em 1992. O outro lado, contudo, permanece inalterado, pois não há programas para propiciar empregos, nem recuperar salários.

Experiências em Educação



Durante três dias, mais de três mil professores trocaram experiências, reunidos no Riocentro, no I Encontro Latino-Americano de Educação, organizado pela Secretaria de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro. Essa reciclagem foi muito importante, segundo avaliação da secretária Mariléa da Cruz, e rendeu boas idéias, entre elas a de tornar anuais esses encontros de informação e reflexão.

Na opinião de Mariléa da Cruz, "para uma avaliação mais correta, precisamos lembrar os objetivos do Encontro. A idéia de realização desse congresso surgiu, quando constatamos que a crise da educação é um fenômeno que ocorre no mundo todo. A extensão e profundidade dessa crise, porém, são determinadas pelo nível de desenvolvimento alcançado por cada país. No caso da América Latina, o cenário é de países subdesenvolvidos, identificados com o Terceiro Mundo. Assim, consideramos importante que nossos professores do Rio de Janeiro tivessem contato com outras experiências, mesmo porque, apesar do subdesenvolvimento, há casos de países do continente que conseguiram erradicar o analfabetismo. Avaliamos que seria importante que nossos professores vissem que não é somente em situações de recursos plenos, como aqueles verificados no Primeiro Mundo, que se conseguem bons resultados em Educação. Nestes casos de países subdesenvolvidos com êxitos educacionais, é verdade, torna-se essencial a vontade política dos governantes e da sociedade como um todo".

"Com tais premissas" – explica a se-



cretária – "partimos para organizar o Encontro, embora com o temor de que exercesse pequena atração sobre o professorado e interessasse apenas a faixas mais progressistas dos educadores. Foi uma agradável surpresa verificar que o interesse foi enorme, tornando-se insuficiente o número de vagas, estipulado, inicialmente, em 2.500 participantes. Nossas expectativas foram superadas também quanto ao desenrolar dos trabalhos. Ao contrário do que ocorre em qualquer congresso, não se verificou qualquer caso de painel que registrasse desinteresse: todos os debates e exposições contaram com maciça audiência e participação. Assim, do ponto de vista do nosso público interno, os professores participantes do Rio, só poderemos dizer que o encontro foi um sucesso".

Diz ainda Mariléa da Cruz que, quanto aos palestrantes e delegações

estrangeiras, "os resultados foram também extraordinários, tanto pela contribuição que trouxeram, quanto pelo clima de integração e solidariedade que logo se estabeleceu, ao lado da percepção de que é preciso intensificar a divulgação, no âmbito da América Latina, das soluções que ali e acolá se mostraram vitoriosas no processo de educação e que oferecem as perspectivas de contribuir para o desenvolvimento de nossos países".

Além desses resultados, outras contribuições surgiram desse intercâmbio, como, por exemplo, a idéia de se criar uma Biblioteca do Pensamento Pedagógico da América Latina, a qual – todos concordam – deve localizar-se no Rio de Janeiro. "Já levei a proposta ao prefeito Marcello Alencar, que a aprovou de imediato. Outra grande sugestão foi a edição de uma revista pedagógica, dedicada à divulgação das experiências educacionais promovidas na América Latina, além da realização de seminários sistemáticos nos vários países da América Latina, sempre sob a ótica da Educação ante as realidades sociais concretas".

"A tendência do profissional de educação, em nossa realidade, é sempre a de desconfiar do poder público", diz a secretária. Não foi diferente no início dos trabalhos, mas a situação logo evoluiu, ante a constatação da importância e dos benefícios que a iniciativa produzia. O contato com outras experiências, outras vivências, outras situações, alargaram o entendimento acerca da crise da educação e do porquê da generalização dessa crise em nossos países".

"Disso tudo, nasceu a convicção de que precisamos repetir esses encontros. Para o ano que vem, pretendemos alargar um pouco mais o âmbito dos trabalhos, fazendo um Encontro Pan-Americano e não só latino-americano, aproveitando a oportunidade das comemorações dos 500 anos da chegada de Colombo ao continente. Teremos um temário em torno da proposta básica sobre a visão do colonizador ante a visão do colonizado", completou a secretária Mariléa da Cruz. O terceiro encontro, em 1993, talvez reúna os países do Terceiro Mundo e assim por diante, culminando, no quinto ano, com um congresso mundial.

Betinho e Fearnside recebem Prêmio Global 500 da ONU

“Nossa esperança são as pessoas dispostas a mudar as coisas neste país, e elas são numerosas”. Com essa reflexão, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, recebeu, em solenidade na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, o Prêmio Global 500, instituído pelas Nações Unidas e concedido, anualmente, a personalidades que se destacam na luta social e ambiental. Ao lado de Betinho, foi homenageado também com o Prêmio Global 500 o pesquisador Philip Fearnside, do Departamento de Ecologia do Instituto de Pesquisas da Amazônia-Inpa. Fearnside é conhecido internacionalmente por suas inúmeras contribuições científicas ao conhecimento do meio ambiente da Floresta Amazônica.

Fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-Ibase, Herbert de Souza foi premiado em decorrência dos inúmeros serviços prestados à causa ecológica e a questões sociais urgentes, como a reforma agrária, o movimento dos meninos



de rua e a campanha pela qualidade de sangue, com vistas a impedir a propagação da Aids por transfusão de sangue contaminado.

Betinho disse reconhecer os profundos problemas do país, mas está ao lado dos que não perdem a esperança de dias melhores.

Fearnside lamentou, em seu breve discurso de agradecimento, a continuação das queimadas na Amazônia, em proporções muito maiores que as admitidas pelo governo, do qual exigiu um esquema de fiscalização mais efetivo, para impedir a destruição daquele ecossistema.

A entrega dos prêmios foi feita pelo diretor do Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil, Aurélio Ruiz, e contou com a presença do representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) no Brasil, Eduardo Gutiérrez. Dentre as 376 personalidades mundiais já agraciadas com o Global 500, 12 são brasileiras.

A cólera

Um ano depois das piores expectativas, a cólera não virou epidemia no Brasil. Mas, os registros mostram que a doença efetivamente já entrou no país, procedente do Peru, e que convém desdobrar-se em cuidados já, quando os casos são ainda relativamente raros.

Dados da Secretaria de Saúde do Amazonas confirmavam, em fins de outubro, a ocorrência da 37 casos da doença naquele estado, entre eles dois em Manacapuru, a apenas 60 quilômetros de Manaus, a maior aglomeração humana da região. No total nacional, os casos de cólera já passam de 200, e as mortes chegaram a quatro. Constata-se, portanto, que o vibrião colérico caminha pelo Amazonas, avançando na direção da corrente e ao sabor do trân-

sito de embarcações de passageiros.

A suposição de que a doença pudesse passar ao largo do país mostrou-se otimismo excessivo, tanto quanto se mostrou excesso de pessimismo a previsão de que, em questão de meses, o país estaria sendo varrido pelo mal. A doença avança devagar, bem devagar, mas avança. O que aumenta as chances de que providências sanitárias reduzam seu impacto final. Num país que vê as periferias de suas cidades se expandirem em alta velocidade, sem tempo de que todas essas populações alcancem os benefícios de esgotos e água tratada, é uma sorte que ainda se disponha de tempo para criar bloqueios à expansão da doença. Mas, é urgente que se faça isso.

Jogo democrático

Denúncias de irregularidades em compras de fardamentos para o Exército levaram o ministro Carlos Tinoco a explicações no Congresso e em entrevistas à imprensa. Os gastos, avaliados em 150 bilhões de cruzeiros, foram apontados como superfaturados, pois o material poderia, ainda segundo as mesmas denúncias, ser adquirido pela importância de 50 bilhões. O Tribunal de Contas da União foi chamado a fazer uma inspeção sobre a concorrência e deverá pronunciar-se sobre o assunto, eventualmente fazendo recomendações sobre o processo de aquisição ou adotando outras medidas que julgar necessárias.

O ministro Carlos Tinoco adiantou que toda e qualquer recomendação do TCU será devidamente acatada, numa atitude de reconhecimento da normalidade administrativa. A atitude do ministro, que em nenhum momento fugiu ao dever de esclarecer o assunto, serviu para reforçar o jogo democrático, quando não poucos temeram o retorno de posturas agressivas, comuns na época do regime militar. A tranquilidade, com que se portou o general nas explicações, reduziu o impacto inicial das denúncias e afastou qualquer efeito nocivo ao clima político, no que foi um ponto a favor, na desfavorável conjuntura em que se vê o governo.

Morte no presídio

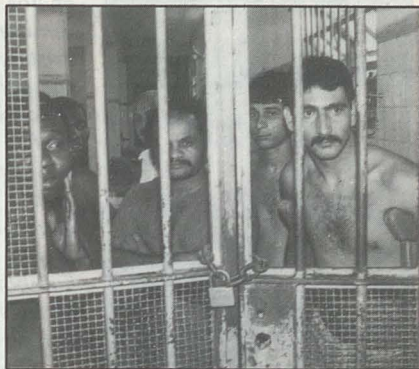
A morte de 24 detentos do presídio carioca Ary Franco, em 28 de outubro, "foi um homicídio repetido 24 vezes", anunciou o secretário de Justiça e Polícia Civil do Rio de Janeiro, Nilo Batista, após investigações sumárias que apontaram guardas penitenciários como responsáveis pela chacina. Foram imediatamente presos os guardas Cosme Hernando de Alboim Guimarães e Roberto Gama Siqueira, enquanto se apuravam as denúncias contra outros dois.

A chacina foi praticada com uma bomba de fósforo, segundo as primeiras investigações da perícia, que calculou que o calor na cela A-15 alcançou 1.500

graus centígrados, que calcinou e desfez os corpos em pedaços.

Tudo começou quando a guarda tentava reprimir um princípio de rebelião, na qual os presos atearam fogo a colchões, após ter sido descoberto um túnel que escavavam para fuga. A repressão foi inicialmente a tiros, consumando-se a tragédia quando um dos agentes lançou a bomba incendiária na cela A-15.

"Vamos esclarecer toda a tragédia e promover a punição exemplar dos culpados", disse Nilo Batista. Ao comentar a chacina, o governador Leonel Brizola, conhecido por sua política de defesa absoluta dos direitos humanos, reforçou a promessa de rigor contra os culpados



pelo crime e considerou que as grandes cidades brasileiras, atingidas pela crise social e econômica, transformaram-se em terreno fértil para tragédias de todo o tipo, como a proliferação de grupos de extermínio, que voltam suas ações até mesmo contra crianças e adolescentes.

Cartório mineral

No recente movimento de paralisação, os funcionários chamaram a atenção para os problemas que afligem a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM. Não só a companhia estaria sendo prejudicada, como a exploração do setor mineral sofreria já uma fase de oligopolização, numa situação equivalente à de um cartório, beneficiando tradicionais empresas estrangeiras do ramo e algumas nacionais. "A importância da CPRM está intimamente ligada à geração de jazidas minerais, e por isso, na defesa da soberania nacional", advertem os empregados, que consideram os administradores descompromissados com os objetivos maiores da empresa e do país.

Como exemplo desse des- caso, eles apontam "a desativação do setor de produção de águas subterrâneas, deixando em completo sucateamento sondas de perfuração, avaliadas em 100 milhões de dólares, no depósito de materiais de Araraquara. Em troca disso, formou-se um verdadeiro cartório que monopoliza as concorrências da Sabesp, Cesp, DAEE, prefeituras e empresas privadas. A CPRM, nesse setor de águas subterrâneas, tem todas as condições de cumprir sua função social, em diversas regiões, especialmente no Nordeste,

onde há chances reais de se minimizar a carência de água potável".

Ainda de acordo com as queixas dos funcionários, a direção da empresa "não dá continuidade aos trabalhos de pesquisa geológica básica, e, por causa disso, os recursos públicos não estão gerando retorno econômico para a sociedade, nem implementando a tão almejada indústria mineral brasileira, colaborando, com isso, na criação do cartório mineral brasileiro: grupo Votorantim, Billington Metais (Shell), Brascan, Morro Velho, Parapanema, Rio Tinto Zinco, Companhia de Mineração e Participação (CMP/Rede Globo), Alcan (Shell), Alcoa (Shell) e muitas outras empresas ligadas ao Instituto Brasileiro de Mineração-Ibram".

Enquanto reclamam a reposição de perdas salariais de 142,6%, o pessoal da CPRM assinala que a companhia "tem plenas condições de retornar a gerar jazidas minerais, como fez no passado, e, com isso, promover desenvolvimento, gerando empregos e reduzindo importações de matérias-primas minerais, rompendo, assim, com a dominação do capital transnacional".

Com seus mil funcionários, entre os quais geólogos, engenheiros e técnicos de diversas especialidades, a companhia tem em andamento 240 projetos operacionais, nas áreas de mapeamento geológico, pesquisa mineral, levantamento de recursos hídricos e sondagem para captação de águas subterrâneas.





Jango, JK, Mandela

O nº 142 de cadernos do terceiro mundo é, sem dúvida, um dos momentos altos dessa publicação neste atribulado 1991. Tanto na reportagem "Mandela, assembléia constituinte já", quanto em "JK e Jango, duas mortes que até hoje não foram bem esclarecidas", assinada por Neiva Moreira, o que temos são revelações nunca antes anunciadas. E digo isso com preocupação, pois leio diariamente quatro jornais e em nenhum deles jamais vejo matérias como as que essa valente revista divulga.

No nº 142 de cadernos, Mandela fala das mudanças superficiais que têm sido feitas na África do Sul, abre o jogo sobre o maquiavelismo do governo de minoria branca liderado por Frederick de Klerk, menciona o financiamento secreto de atividades políticas da direita, denuncia a posição oportunista dos Estados Unidos, pois enquanto exortam Pretória a "pôr fim a todas as atividades que minam a abertura do sistema político", estimulam "medidas apropriadas" contra pessoas "que tenham cometido atos ilegais".

A matéria assinada por Neiva Moreira é extremamente oportuna, neste momento em que os integrantes do grupo "Tortura Nunca Mais" estão aí, sozinhos mas

cheios de coragem, cavando cemitérios clandestinos e encontrando despojos de ativistas políticos, covardemente assassinados pelos golpistas de 64. Cobrar investigações sérias sobre as mortes misteriosas de Juscelino Kubitschek e João Goulart, como faz Neiva Moreira, importa em colaboração didática à História Nova deste país que um dia será escrita.

Curioso. Quando o exemplar de cadernos do terceiro mundo nos chega às mãos, é como se estivéssemos diante de realidade fantástica, que os jornais tradicionais procuram ocultar, embora se declarem livres. Que pena que cadernos não circule todos os dias!

José Louzeiro
Rio de Janeiro - RJ

Acidente



A respeito do artigo de capa do último número de cadernos terceiro mundo, sobre as dúvidas quanto às causas das mortes dos ex-presidentes JK e Jango, que não teriam sido devidamente apuradas, gostaria de ponderar o seguinte sobre a morte de Juscelino, cujo noticiário da imprensa acompanhei na época.

A Polícia Técnica de S. Paulo (apesar do acidente ter ocorrido no Estado do Rio) foi

acionada para exames periciais. Examinaram vestígios de tinta preta no pára-choque do ônibus da Cometa, para ver se seriam do carro de JK, e chegaram à conclusão de que era de um poste na saída da Rodoviária de S. Paulo, estreita, onde às vezes os ônibus raspavam. Em suma, não houve nenhuma evidência de que o ônibus tenha colidido contra a traseira do automóvel do ex-presidente. Nenhum passageiro do ônibus viu ou sentiu qualquer colisão, por mais leve que fosse. A suspeita de crime premeditado, endossada dez anos depois por D. Sara, teoria de partir de outras suposições (barra de direção cortada, por exemplo), pois imaginar que um ônibus de linha comercial tenha sido o instrumento é praticamente impossível, de vez que o ônibus tem seu horário rígido e

sado para a pista oposta — o que era muito fácil de acontecer, pois a estrada é levemente sinuosa e não havia deflêxia entre as pistas, só um meio-fio estreito. A hora, de tarde, depois do almoço, propicia o sono numa estrada de mais velocidade e mais monótona do que a que vem de Caxambu, muito estreita e de menor velocidade. Sei disto por experiência própria. O motorista pode também ter se assustado com o ônibus colado na sua traseira e se distraído ao olhar o retrovisor, o que é também fato muito comum, mesmo para experimentados motoristas. Os ônibus, dotados de turbina de ar, rodam em alta velocidade na Dutra, e quem vem de uma estrada secundária, e ainda não se acostumou com a maior velocidade da Dutra, leva susto ao ver um ônibus colado na sua traseira.

Estas são, no meu entender, as duas hipóteses mais viáveis para o desastre. Outras podem ter ocorrido: um inseto ter entrado no carro e o motorista ter se atrapalhado com isto (o que é mostrado nos cursos de direção defensiva). Mesmo no caso de ter havido uma leve colisão do ônibus contra o carro, fazendo-o ser jogado para a pista do sentido oposto, continua sendo um acidente, com culpa, mas sem dolo, ou até com dolo, mas sem que o motorista soubesse quem era o passageiro do carro. Enfim, a teoria conspiratória é um pouco difícil de acreditar (salvo, como disse antes, se houve sabotagem no carro). Mas, as outras possibilidades são mais fortes: desastres na Dutra, com carros passando de uma pista para outra, são, infelizmente, muito frequentes até hoje. No Brasil, não há auto-estradas. Se os carros são carroças, as estradas são carroçáveis — adequadas, portanto.

Roldão Simas Filho
Laranjeiras - Rio - RJ

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretores: Beatriz Bissio, José Maria Rabêlo, Henrique Menezes

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106 - 20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)242-1957/222-1370 Redação, 232-1759 / 232-3372 Administração

Tel: (021)507-2203 Publicidade e Marketing (021)252-7440 Assinaturas

Fax: 55 21 252-8455 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo - Alternex: Caderno

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Diretor: Neiva Moreira

Diretor Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Subeditores: Claudia Guimarães,

Procópio Mineiro

Consultores Especiais: Darcy Ribeiro

(Brasil), Henry Pease García (Peru),

Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan

Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa (Brasil),

Roberto Bardini (México), Carlos Pinto

Santos (Portugal), Cristina

Canoura (Uruguai)

SUCURSAIS: Paulo Cannabrava Filho

(São Paulo), Clóvis Sena e Memélia

Moreira (Brasília), José Carlos Gondim

(Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel

(Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte)

REVISÃO: Cléa Márcia Soares, Júlio

Cesar da Rocha. DEPTO. DE ARTE: Tell

Vilhena (editor), Carlos Gomes (capa e

projeto gráfico), Sílvia H. Pompeu, Sylvio

Paixão, Felipe Ortiz. FOTOS: France

Press, André Louzeiro, Hélio Santos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO:

Maria Helena Falcão (diretora), Andrea M.

da Costa Santos, Isabel Falcão, Roberto de

Oliveira, Juliana Iooty de Paiva Dias

BANCO DE DADOS e EDITORAÇÃO

ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia),

Andréa Corrêa

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes.

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA

(Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI

(México), SALPRESS (El Salvador),



Capa: Carlos Gomes (criação) e Mauro Risch (foto)

SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina),

e o pool de agências dos Países

Não-Alinhados. Mantém também

intercâmbio editorial com as revistas:

Africa News (Estados Unidos), Nueva

(Equador), Novembro (Angola), Tempo

(Moçambique), Altercom

(Ilet-México-Chile), Third World Network

(Malásia), Israel and Palestine Political

Report (Paris) e Against the Current

(EUA). Fotos: Agence France Press (AFP)

• SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro 10/1º andar

Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650

Telex: 42720 CTM-TE-P

INTERCÂMBIO

• Enrique Hurtado Risquet

Rua San Sebastian 305

C/ Maximo Gomez y Cadena

Guanabada 11

Código Postal 11100

Habana - Cuba

• Mara Santos

Rua C, Quadra 17 Casa 14

Bairro Água Limpa

78.110 - Várzea Grande - MT

• Ednaldo Santos

Bairro Água Limpa

78.110 - Várzea Grande - MT

• João Luiz da Silva

Caixa Postal 20

36.976 - Presidente Soares - MG

• Paulo Girardi

Rua Rui Barbosa 532

88.930 - Turvo - SC

• Julián Sánchez Carpani

Francisco Plá 3960

Código Postal 12.300

Montevideo - Uruguay

• Marcelo F. Grande

Isabela 3431

Código Postal 12.000

Montevideo - Uruguay

• Fernando Hilário

Av. Goiás, 768 101

Centro - Goiânia - GO

• Prof. Maria Reyna Torres

José Batlle y Ordoñez 559/4

Canelones - CP 90.000

Uruguay

• Ruben Eduardo Alfaro

CNO. Altair 2407 casi CNO

Mendoza - CP 12400

Montevideo - Uruguay

• Wilson Ferrer Acosta

Apartado Postal 9

Cumanayagua - CP 57.600

Cienfuegos - Cuba

• Paulo Cesar Honorato

Rua Senador Vergueiro 98/Cob. 02

Flamengo - RJ - 22.230

• Anibal de Souza Chaves

Rua Governador Portela, 54

Largo dos Tresentos

25550 São João de Meriti - RJ

• Elisete do Nascimento

Rua Roreal 90/203 - Caiçara

30750 Belo Horizonte - MG

• Flávio Roberto

Caixa Postal 18262

20.722 - Rio de Janeiro - RJ

• Paulo J. Duarte

R. George Eastman, 64 - Morumbi

05690 São Paulo - SP

• Marcos Ribeiro Martins

Caixa Postal, 114030

24900 Maricá - RJ

• Eliete Martorano

R. Cel. Ezequiel, 61, IPSEP

51040 Recife - PE

• Augusto Evaristo

C. Postal 180 - Namibe - Angola

ASSINATURAS: REPRESENTANTES NOS DIFERENTES ESTADOS

Alagoas - José Macedo: Rua Santa Terezinha, 158 - Centro - Arapiraca - AL - CEP:

57300 Ceará - Alexandre Carlos Ferreira: Av. dos Expedicionários, 5405/204 bloco 7 -

Aeroporto - Fortaleza - CE - ☎ 245-1679 Paraná - Joel Antonio Flores: Rua Senador

Salgado Filho, 441 - União da Vitória - PR - CEP: 84600 Bahia - Alfredo José Barreto:

Estrada Monsenhor Costa, 340 - Xique-Xique - BA - CEP: 47400 Santa Catarina -

Augusto José de Almeida: Rua Rui Barbosa, 34/ Fundos - Agrônômica - Florianópolis -

CEP: 88025 - ☎ 281453 Minas Gerais - Sinal Bambirra: Rua Rio Novo, 315 - Lagoinha

- Belo Horizonte - MG - ☎ 442-4553 / 226-2564 - Cassio Avelino Soares: Rua Daniel Costa,

55 - Jardim São Luiz - Montes Claros - CEP: 39400 - MG - ☎ 221-1641 Vitória - Gody

Representações Ltda - Shopping Vitória - Ilha do Príncipe - ES - CEP: 29020 ☎(027)

229-9247 Pará - Luiz Carlos Costa Ferreira: Passagem Gaspar Dutra, 102 - Souza -

Belém - PA São Paulo - SARTI Representações Ltda.: Rua São Bento, 500/6º andar -

São Bento - Centro - São Paulo - SP - ☎(011)367094 Sergipe - Assine Representações:

Rua Propriá, 48/202 - Centro - Aracaju - SE - CEP: 49010 - ☎211-3749 Amapá -

Raimundo de Oliveira: Rua Leopoldo Machado, 4164 - Beírol - Macapá - AP - CEP 68900

*Como o Brasil
pensa que está
pegando o
trem da
história*

José Maria Rabêlo



PRIVATIZAÇÕES

A propaganda e a realidade

A Humanidade possivelmente nunca sofreu um bombardeio propagandístico tão intenso e sistemático como vemos hoje através da campanha em defesa do liberalismo e da economia de mercado. Com a queda do mundo soviético, este processo adquiriu o caráter de verdadeira lavagem cerebral: tudo o que é público é ruim e condenável, tudo o que é privado é bom e inquestionável. A realidade, entretanto, mostra-se bem diferente.

Serviços como os transportes coletivos urbanos, a maioria dos hospitais, boa parte do parque industrial e das empresas comerciais, para não falar nas "carroças" do presidente Fernando Collor, não são, evidentemente, exemplos de eficiência e produtividade, embora privados.

Por outro lado, algumas empresas estatais, como a Vale do Rio Doce, a Petrobrás e a própria Usiminas, agora privatizada, revelaram-se modelares em

seus campos de atividade, com renome internacional. A Vale tornou-se a maior mineradora e exportadora de minério do mundo, enquanto a Petrobrás conquistou uma posição de liderança mundial na tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, no alto mar (*off shore*).

O problema, portanto, não é ideológico, assentado no falso dilema maniqueísta que contrapõe as empresas estatais às particulares, o Estado à iniciativa privada. Ambos têm um papel importante a desempenhar num sistema democrático, cabendo a cada país, soberanamente e no momento adequado, orientar suas políticas num sentido ou noutro. Nunca por imposições de fora, como acontece agora com as pressões quase insuportáveis, principalmente dos Estados Unidos e dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial etc.) dominados pelos interesses norte-americanos. A Iniciativa para as Américas, do presidente George

Bush, e outros documentos oficiais pretendem forçar os países pobres a seguirem, sem alternativas, as receitas privatistas e desnacionalizantes elaboradas pela mais sofisticada tecnocracia do Primeiro Mundo.

A questão fica ainda mais complexa quando observamos as nações ricas — a começar pelos Estados Unidos — adotarem fortes políticas protecionistas, que negam na prática os apregoados princípios de uma economia liberal.

Os defensores da privatização ocultam aspectos fundamentais dos programas adotados em outros países, transmitindo a impressão de que lá fora se vende tudo a qualquer preço e que este é o caminho para o Brasil. Ocultam, por exemplo, que, em todos os países adiantados, na Europa e até mesmo no México, o pagamento das empresas privatizadas é feito em dinheiro corrente e não com papel sujo e desvalorizado, os famosos "micos pretos", como está sendo feito no Brasil e na Argentina.

DE PINOCHET AO EMENDÃO, A VOLTA DAS VELHAS IDÉIAS

O processo de privatização, que hoje avança pelo mundo como uma onda dominadora, está entrando em seus vinte anos. Ele tem alguns patronos eméritos, figuras destacadas do conservadorismo mundial, que se inspiraram principalmente nas idéias de um homem símbolo de uma era: Milton Friedman, prêmio Nobel de Economia. Com 77 anos, Friedman é considerado o papa do monetarismo, da famosa Escola de Chicago, e seus estudos influenciaram decisivamente as políticas neoliberais adotadas nos últimos anos.

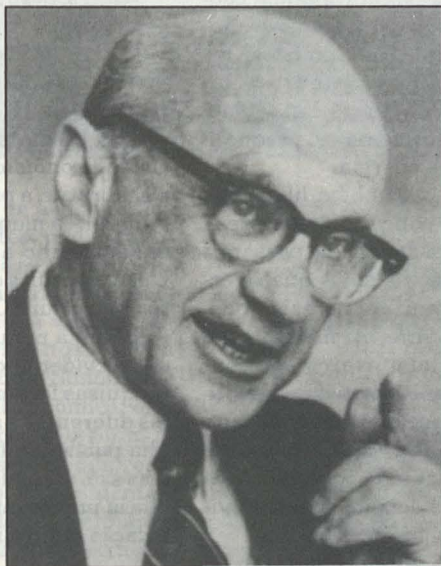
Para Friedman e seus seguidores – vários deles participaram da formulação dos planos fiscais brasileiros –, a moeda é o centro do processo econômico e, portanto, a variável determinante da inflação. Adversário de qualquer forma de intervenção estatal na economia, ele defende a plena liberdade do sistema produtivo através da autorregulação do mercado.

Os alunos de pós-graduação de Friedman, jovens economistas vindos de todas as partes do mundo, principalmente dos países em desenvolvimento, aprenderam com ele as virtudes de uma economia liberal, do livre comércio – enfim, do *laissez faire* renascido das cinzas de Adam Smith.

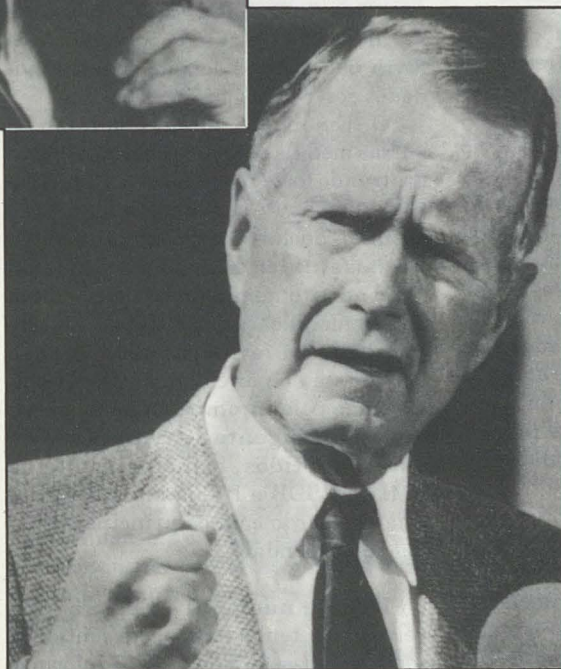
Berço em Pinochet – O primeiro país a colocar em prática os princípios de Friedman foi o Chile de Augusto Pinochet, a partir de meados da década de 70. O próprio Friedman lá esteve, pouco depois do golpe militar contra Salvador Allende, levado por seus ex-alunos, conhecidos como *Chicago boys*, já então em posições influentes no novo governo. O projeto liberal nascia, assim, entre os milhares de cadáveres, desaparecidos, exilados e perseguidos do regime mili-

tar chileno, vizinhança que em nada o recomendava perante os olhos do mundo.

A Inglaterra de Margareth Thatcher, em 1979, deu *status* internacional ao conjunto de idéias de Milton Friedman, que passou, então, a ser conhecido como o projeto neoliberal. A Inglaterra, sob Thatcher, executou um amplo programa privatista, que transferiu do Estado para particulares a metade do setor público de sua economia (veja nas páginas seguintes) e adotou outras me-



Friedman, o papa da igreja neoliberal, tem em Bush o seu mais poderoso discípulo



tidas, sob a mesma inspiração.

Thatcher teve o apoio de Ronald Reagan, do outro lado do Atlântico, e até mesmo de governos social-democratas, fechando-se o arco da histeria liberal que hoje invade o mundo. O novo governo dos Estados Unidos só fez acen-

tuar essa posição, da qual nasceu – entre outros pronunciamentos oficiais do Primeiro Mundo – a famosa “Iniciativa para as Américas”, também conhecida como Plano Bush, compêndio para a aplicação das idéias neoliberais, privatistas e desnacionalizantes impostas aos países latino-americanos.

No Brasil – No Brasil, como sempre, a moda levou alguns anos para chegar e, como sempre também, chegou como cópia piorada do que se fazia lá fora. Collor, em sua plataforma de campanha, acenava com modernização do país, baseada num programa de reformas liberais, embora seu governo, em muitos aspectos, tenha sido o mais intervencionista da história brasileira.

As privatizações, compreendendo 13 empresas e composições acionárias, abriram-se com o leilão da Usiminas, cercado desde o início por graves suspeitas e reservas (veja a matéria “Usiminas: livro branco da privatização”). A Lei nº 8.031, resultante da Medida Provisória nº 151, foi aprovada pelo Congresso em abril do ano passado, no sufoco das iniciativas que sacudiram o

país no início do governo Collor. Além da Usiminas, lá estão a Companhia Siderúrgica de Tubarão, Aços Especiais Piratini, Cosipa, Mafersa, Acesita, Arafertil, Celma, etc.

Outra parte também das mais polêmicas é a que estabeleceu o critério para os leilões nas bolsas de valores, permitindo o uso de todo o tipo de moedas depreciadas, as chamadas “moedas podres” ou “micos pretos”, assim conhecidas no mercado pelo seu reduzidíssimo valor. Esses títulos, entre outros, são os seguintes: créditos e títulos vencidos da dívida externa, títulos da dívida agrária-TDA, obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, certifica-

dos de privatização, créditos vencidos de responsabilidade direta ou indireta da União. Vários desses títulos, como os TDA, valem apenas (ou valiam) 25% de seu valor nominal. Como mostramos em outra reportagem, o controle acionário da Usiminas pode sair por apenas



O Chile de Pinochet foi o primeiro campo de provas das idéias neoliberais

350 ou 400 milhões de dólares, ou seja, menos de um décimo de seu valor real atual.

Outra privatização também marcada por fortes restrições é a da Companhia Siderúrgica de Tubarão-CST, no Espírito Santo. Seu patrimônio foi avaliado em 270 milhões de dólares, apesar de o Estado já ter investido mais de 2 bilhões. Isso significa, através da utilização do mesmo critério das cestas de moedas desvalorizadas, que o controle acionário da empresa pode ser adquirido por apenas 30 ou 40 milhões de dólares.

Para o presidente da usina, Guilherme César Sarcinelli, este preço é absolutamente baixo e "a sociedade não aceitará a avaliação".

O "Emendão" – Dentro da mesma estratégia neoliberal e atendendo a compromissos nacionais e internacionais, o governo enviou ao Congresso um projeto de emenda constitucional, o emagrecido "Emendão", estabelecendo uma série de alterações no que se refere a vários monopólios estatais contidos na Constituição.

De acordo com o "Emendão", pessoas ou firmas particulares poderão explorar, mediante concessão ou permissão do Executivo, serviços de te-

lefoneia, telegráficos, de transmissão de dados, de refino, transporte, importação e exportação de petróleo e pesquisa, lavra e comércio de minérios nucleares. A Petrobrás permanece com a exclusividade das partes menos lucrativas do negócio, que são a prospecção e a lavra. Com a Nuclebrás, continuam a conversão, reconversão, enriquecimentos, reprocessamento e industrialização nucleares – a produção de energia.

Também liberaliza o conceito de empresa nacional, que passam a ser todas as que se organizam no país, independentemente de quem exerça seu controle acionário. Isso inclui empresas do tipo Shell, Esso, Dow Chemical etc.

Por outro lado, a pesquisa e a lavra de minérios deixam de ser atividades reservadas aos brasileiros.

O "Emendão", que prevê também outras medidas de corte liberal, está encontrando forte resistência no Congresso e dificilmente será aprovado. Sobre o assunto, declarou o deputado Vivaldo Barbosa, líder do PDT na Câmara: "Não admito nem discutir. Isso é uma ampla modificação constitucional, que só caberia na revisão de 1993. A crise do país não é por causa da Constituição, mas pela incompetência do presidente". Dirigentes e deputados de outros partidos, principalmente do PMDB, PSDB e PT, já manifestaram seu desacordo com os principais pontos do "Emendão".

Debate nacional – Embora o governo nada tenha feito neste sentido, a sociedade passou a debater as reformas propostas para o país. Na universidade, nos sindicatos, nas ruas – como as manifestações na Bolsa de Valores do Rio –, nas entidades empresariais, na imprensa e no Congresso, o debate é intenso e permanente.

O governo tem usado duas pesquisas, uma delas realizada pela notória

Vox Populi, de Belo Horizonte, indicando que há uma atitude favorável da opinião pública em relação ao programa de privatizações. Por outro lado, está investindo 10 milhões de dólares na publicidade do programa geral de privatizações, e mais 3 milhões de dólares para a venda da Usiminas. Trata-se da maior verba publicitária até hoje usada na divulgação de um projeto oficial, com o evidente objetivo de conseguir apoio na opinião pública e as simpatias de certos veículos.

Outra pesquisa, feita há dois anos pelo Datafolha, entretanto, chegou a resultados inteiramente diferentes. A maioria absoluta das pessoas ouvidas no Rio e em São Paulo apoiava as empresas estatais. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás, a Embratur, a própria Rede Ferroviária Federal – a menos votada – tiveram seu desempenho aprovado na pesquisa. Outra consulta do Datafolha com o Centro de Cultura Contemporânea – Cedec – chegou a resultados semelhantes.

É evidente que estas duas últimas pesquisas foram realizadas em momentos diferentes e antes da maciça campanha publicitária a favor da privatização, mas são, de qualquer maneira, uma referência importante do pensamento da população sobre a matéria.

As seis mais lucrativas – Foi justamente a parcialidade de grande parte dos meios de comunicação que deixou quase sem divulgação o estudo comparativo de 220 empresas de capital aberto, feito pela firma de consultoria Austin Asis, especializada em análise de balanço. Segundo o trabalho, as seis empresas mais lucrativas no país no exercício de 1990 são estatais. Juntas, lucraram 1,7 bilhão de dólares, o que representa 60% do lucro total das 220 sociedades analisadas.

As seis estatais que figuram nos primeiros lugares, entre as empresas mais lucrativas do país, são a Telebrás (676 milhões de dólares), Petrobrás (557 milhões de dólares), Centrais Elétricas Brasileiras (200 milhões de dólares), Telesp (107 milhões de dólares), Telexj (86 milhões de dólares) e Copene (72 milhões de dólares).

Esses resultados, liberados pela Consultoria Austin Asis em maio deste ano, tiveram repercussão mínima em alguns jornais e não chegaram a merecer a atenção de qualquer televisão. ■

Usiminas: o livro branco da privatização



Os distribuidores de aço, que formam um dos cartéis mais atuantes do país, foram os maiores ganhadores do leilão da Usiminas. Graças a uma articulação que vinham desenvolvendo há três anos, sob a liderança do Banco Bozano Simonsen e com o apoio do Banco Econômico, eles conseguiram uma posição determinante na composição acionária da empresa, que resultou na eleição do presidente e de mais um membro de sua confiança no novo Conselho de Administração. Com isso, asseguram o privilégio de continuar vendendo o aço elaborado pela usina, na base de 30% do que ela produz, o que lhes garante anualmente um lucro líquido de 100 a 120 milhões de dólares.

Desde que, ainda no governo Sarney, a Usiminas foi incluída entre as empresas privatizáveis, esse grupo começou a movimentar-se para não perder o negócio, que sempre foi alvo de críticas nos meios especializados. As empresas privadas, por exemplo, distribuem diretamente toda a sua produção, tendo há muito tempo eliminado a figura do distribuidor.

Essas articulações, que tiveram sempre um caráter sigiloso, culminaram dias antes do leilão, com a assinatura de um termo de compromisso, reunindo os principais distribuidores de aço e outros bancos liderados pelo Banco Bozano Simonsen, a Vale do Rio Doce, a Nippon Steel e o Clube de Investimentos da Usiminas (dos funcionários).

O termo de compromisso é uma espécie de acordo de defesa mútua entre os seus signatários e foi decisivo para a

Cartel do aço domina leilão

eleição do novo Conselho de administração, realizado no dia 31 de outubro. Diz, por exemplo, em seu artigo 13, esta pérola de espírito corporativo: "Relações de sócios com a Usiminas sempre em condições de mercado, assegurando, entretanto, aos sócios, preferência em igualdade de condições e participação proporcional nas operações de seu interesse. (O grito é nosso).

E mais, no art. 7:

"Que seja respeitada a livre concorrência, base fundamental da economia de mercado, preservado e aprofundado o relacionamento com seus clientes tradicionais". (O grito é nosso também).

Como o termo de compromisso foi elaborado sob a inspiração direta dos distribuidores associados ao banco Bozano Simonsen, era fácil perceber o que se escondia por detrás da linguagem rebuscada destes e de outros artigos do documento.

Foi este acordo que deu ao vice-presidente do Banco Bozano Simonsen, Cristiano Buarque Neto, a certeza para anunciar, tão logo se conheceram os resultados do leilão, que seu grupo tinha 51% das ações ordinárias.

Pouco antes, o sr. Herchil Nélio Brumer, diretor administrativo da Fasal SA - Comércio e Indústria de Produtos Siderúrgicos, uma das distribuidoras

que participaram da operação, declarou que tinha o apoio da Vale do Rio Doce, detentora de quase 15% das ações ordinárias. E deu as razões de sua convicção: seu irmão, Wilson Nelio Brumer, é o presidente da Vale e havia participado ativamente das conversações que levaram à constituição do grupo.

A eleição do novo Conselho veio confirmar a posição influente das distribuidoras, ao conseguirem que fossem eleitos dois representantes de sua confiança - o presidente, sr. Julio Rafael de Aragão Bozano, que é também presidente do Banco Bozano Simonsen, e Ricardo Soares da Rocha, do Banco Econômico.

A indicação desses dois elementos ligados aos distribuidores forçou a eliminação de um dos dois representantes das fundações, provocando uma crise no grupo dominante. Para contornar o problema, os acionistas decidiram convocar uma assembléia para os próximos 90 dias, afim de aumentar o número de membros do conselho, que atualmente é de sete.

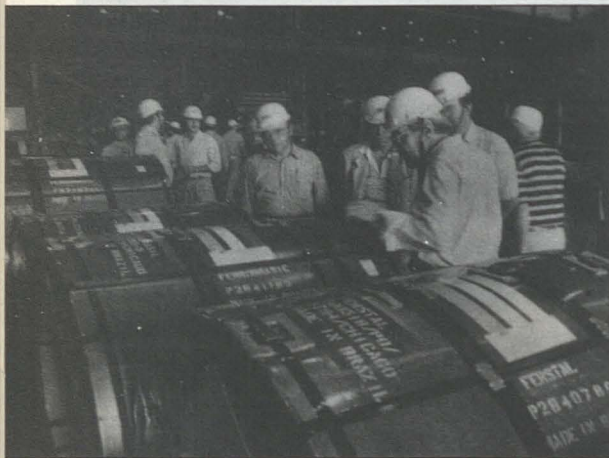
Entre as empresas que compõem o pool das distribuidoras, figuram a já citada Pasal, a Rio Negro Comércio e Indústria, do grupo Mitsubishi, a Confab Industrial e a Benater Comércio e Indústria, que, juntamente com o Banco Bozano Simonsen e o Banco Econômico, detêm cerca de 15% do total das ações ordinárias.

A privatização da Usiminas, promovida sob a inspiração da liberalização do mercado, acabou promovendo o fortalecimento de um dos cartéis mais ativos e parasitários da economia brasileira.



Um brinde para a Nippon Steel

– Outro aspecto nebuloso da privatização foi o aumento da participação da Nippon Steel no capital da Usiminas, passando de 4,5% para 12,9%. A operação foi realizada em abril do corrente ano, tendo cada lote de mil ações, cotado na época a 330 cruzeiros, sido transferido aos japoneses por apenas 38 cruzeiros, que, na verdade, eram menos ainda porque foram aceitos com pagamento títulos da dívida externa com deságio de 25%. Podemos dizer, portanto, como fez o senador Maurício Correa, no Senado, que a companhia japonesa comprou suas novas ações por um déci-



A Usiminas é considerada, em termos de produtividade, a segunda usina siderúrgica do mundo e a primeira do Brasil

mo de seu valor.

Os oito por cento de ações adquiridas pelos japoneses representaram um lucro de 70 milhões de dólares, regalados inexplicavelmente pelo governo brasileiro.

O aumento de capital está sendo questionado na Justiça e será muito difícil ao BNDES explicar o favorecimento ao grupo japonês, que custou tão caro aos cofres públicos.

Vendendo por 20 o que vale 100

– Finalmente, no que é, sem dúvida, o aspecto mais escandaloso da operação, aconteceu exatamente como vínhamos denunciando há sete meses, desde que foi divulgado o edital de privatização: o governo só recebeu papel sujo, os famosos “micos pretos” ou “dinheiro podre”, pela venda da Usiminas.

E mais: os títulos aceitos como pagamento do leilão (debêntures da Siderbrás, certificados de privatização, obrigações do Fundo Nacional de De-

senvolvimento, Títulos da Dívida Agrária, Títulos da Dívida Externa, créditos de vencidos de fornecedores etc.) valem hoje, em média, menos de 50% de seu valor nominal.

Quer dizer: o governo só recebeu títulos e os recebeu pela metade de sua cotação no mercado. Uma verdadeira doação do patrimônio público.

A alegação de que as privatizações vão produzir recursos para o governo gastar em educação, saúde, transporte, habitação, saneamento básico etc., não passa de mais uma impostura, das tantas a que o país se acostumou nos últimos anos. No caso da Usiminas e da Celma, que seguiu o mesmo caminho, não entrou praticamente um tostão, em dinheiro vivo, para os cofres da nação.

Os papéis sujos obtidos no leilão da Usiminas, que têm o valor nominal de aproximadamente 1 bilhão e 800 milhões de dólares (1 bilhão e 140 milhões pelas ações ordinárias e o resto pelas preferenciais) valem efetivamente a metade, ou seja, 1 bilhão. Isso significa que a Usiminas, com um patrimônio estimado hoje em 4 ou 5 bilhões de dólares, foi vendida por cinco vezes menos, e mesmo assim através de títulos.

Como demonstramos em outros trabalhos, o investimento necessário para a construção de uma usina de porte da Usiminas é de 7 a 8 bilhões de dólares, segundo os critérios técnicos adotados universalmente (dois mil dólares por tonelada instalada). Mas, como a empresa iniciou suas operações em 1962, admite-se uma depreciação da ordem de 40%, o que dá o valor de 4 a 5 bilhões de dólares, que é o quanto vale hoje.

No primeiro leilão, foram vendidos 75% das ações ordinárias (o restante pertence aos japoneses e aos funcionários, que tinham sua posição assegurada), que são as ações que dão direito a voto e que alcançaram um montante correspondente a 1 bilhão e 150 milhões de dólares.

Com apenas dois terços destes 75% que foram leiloados, que representam 50% das ações ordinárias, o controle da Usiminas custou 750 milhões de dólares. Mas, como a operação pode ser feita em moeda cotada a menos de 50% de seu valor, esse número cai para 350 ou

400 milhões de dólares, conforme também havíamos anunciado.

A venda da Usiminas, nas condições em que se realizou, foi considerada por um alto funcionário do próprio BNDES, que não quis identificar-se, como um negócio de “mãe para filho”.

“Um preço vil” – foi assim que o presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, empresário José Alencar, já havia classificado a avaliação oficial, e que agora se confirmou. Outro empresário igualmente insuspeito de qualquer inclinação estatista, o sr. Antônio Ermírio de Moraes afirmou que era uma operação especulativa para os banqueiros se livrarem de seus “micos pretos”, o que também se confirmou, com a presença de tantos bancos entre os arrematantes.

Recursos disponíveis – Outro argumento usado para justificar a venda não resiste à primeira análise. Seus defensores alegaram que a Usiminas precisa de novos investimentos para prosseguir em seus planos de expansão e modernização, que só poderiam vir através da privatização. Mas estamos vendo que as grandes estatais brasileiras estão encontrando todas as facilidades para levantar dinheiro no exterior, através da colocação de bônus de sua emissão, sem terem que ser vendidas a grupos particulares. A Petrobrás, a Vale do Rio Doce e a Telebrás acabam de colocar cerca de 1 bilhão e meio de dólares e se preparam para novos lançamentos.

Especialistas em mercado financeiro acreditam que existam hoje mais de 10 bilhões de dólares disponíveis para este tipo de operação.

Outro argumento que os próprios fatos vieram desmentir com extrema rapidez: a privatização da Usiminas, segundo o próprio ministro da Fazenda, iria fortalecer a cotação do Brasil e abrir o caminho para a normalização da economia nacional. Quarenta e oito horas depois do leilão, os títulos da dívida brasileira nos mercados secundários alcançaram o seu mais baixo preço nos últimos anos, chegando a apenas 23% de seu valor nominal.

O processo da privatização da Usiminas não está inteiramente encerrado. Há ainda três ou quatro ações na justiça para serem julgadas, questionando vários aspectos do leilão e, mesmo sendo difícil, poderão alterar ou até mesmo anular a operação..

A receita do Norte

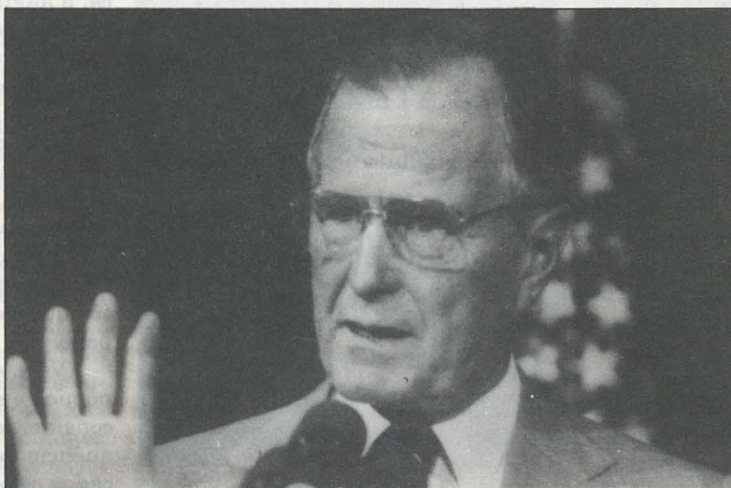
As medidas econômicas e de reforma do Estado promovidas pelo atual governo brasileiro, entre elas o "Emendão", não foram concebidas aqui, nem pelos economistas nem pelos diplomatas que assessoram o Presidente. Elas nos estão sendo impostas a partir de Washington, dos organismos internacionais controlados pelos EUA, como o Banco Mundial e o FMI, e de outras capitais do 1º Mundo.

Em um mundo que caminha para a divisão em três ou quatro grandes grupos econômicos, os EUA perceberam que tinham de consolidar sua posição na América Latina para manter a hegemonia mundial, diante principalmente da disputa com o bloco asiático, sob a liderança do Japão, e com o bloco europeu, em torno da Comunidade Econômica Européia.

Para o êxito desta estratégia, era preciso integrar todo o continente, se possível do Alasca à Patagônia. A escalada começou ainda no governo Reagan, em 1985, com o Plano Baker, nome do então secretário do Tesouro, James Baker, que propunha um programa de liberalização econômica. Para receber qualquer ajuda prevista no Plano, sobretudo em termos de redução da dívida externa ou sua reformulação, os países latinoamericanos deveriam abrir seus mercados, internacionalizando suas economias.

O segundo passo desta estratégia foi o lançamento, em março de 89, do Plano Brady, assim chamado em homenagem ao novo secretário do Tesouro, Nicholas Brady. Esse era mais amplo que o Plano Baker, na questão da dívida e da liberalização das economias. O lance mais importante viria, no entanto, em 27 de junho de 1990, quando o presidente Bush anunciou o seu plano para a América Latina, batizado de "Iniciativa para as Américas". O nome em inglês era mais adequado ao que estava por vir: *Enterprise for the Americas*, ou seja *Empresa para as Américas*.

Todo o novo programa era baseado nos negócios "Trade, not aid", como disse o próprio presidente Bush, mostrando que lá também eles são bons para os trocadilhos e esclarecendo bem o que pretendia: "Comércio, não ajuda". O Plano Bush consagrava três pontos básicos: o comércio internacional, os investimentos e a dívida externa. Mas todos se orientavam num sentido único: a abertura das economias. O que significa, em termos pragmáticos, abrir as nossas economias para os interesses norte-americanos, que são os mais poderosos.



A receita que vem do Norte pronta para ir ao forno

Com relação ao Brasil, o governo norte-americano é incisivo: a abertura da economia exige a reforma da Constituição, com a eliminação de posições nacionalistas nela contidas. Para isso o governo brasileiro preparou o "Emendão".

Quem o diz não é mais um funcionário do segundo escalão do FMI, que provocou tanto a ira do presidente Collor. Agora, é o vice-presidente dos EUA, o desastrado sr. Dan Quayle, em visita a São Paulo em agosto último. "Sim, haverá mais investimento vindo para o Brasil, mas tudo depende das reformas legislativas que o Brasil venha a fazer", declarou ele no Fórum Paulista de Desenvolvimento, reunido no Palácio dos Bandeirantes, na presença do governador Luiz Antônio Fleury (PMDB) e de vários empresários bra-

sileiros e norte-americanos.

À dureza do vice-presidente acrescentou o sr. David Rockefeller, no mesmo tom: "O Brasil tem o direito de escolher as políticas que quiser, mas os investidores também escolherão onde colocar seu dinheiro".

Rockefeller, como se sabe, tem todos os títulos para falar em nome dos interesses dos investidores: é presidente do comitê internacional do Chase Manhattan Bank, da poderosa Comissão Trilateral e também da Sociedade das Américas...

Entre os campos em que os norte-americanos querem operar no Brasil, segundo um levantamento do escritório da representante especial de comércio da Casa Branca, Carla Hills, estão o refino e a comercialização do petróleo e outras indústrias estratégicas, telecomunicações, informática, mineração em geral, etc. O trabalho, denominado "Barreiras ao Comércio Exterior" e elaborado sob a responsabilidade direta da sra. Hills, relaciona 47 tipos de atividades em que os interesses americanos devem ser defendidos no Brasil, inclusive com a reforma da Constituição, e que vão desde os já citados até a questão das patentes farmacêuticas e as privatizações.

Também o Banco Mundial, em seu relatório anual "O Desafio do Desenvolvimento", retoma as teses liberais e privatistas. Embora em forma mais amena que os pronunciamentos norte-americanos, condiciona claramente os apoios internacionais às reformas que os países fizerem em suas economias.

É neste quadro que se encaixam as declarações do ministro Márcio Marques Moreira, em Bangcoc, oferecendo aos países ricos as garantias reclamadas do Brasil. Ele afirmou que as reformas que vêm sendo feitas no Brasil são para valer. Como exemplo, citou o processo de privatização, referindo-se especificamente ao leilão da Usiminas. ■

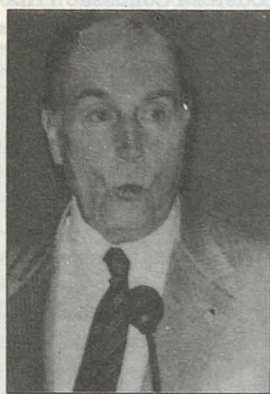


A história diferente das privatizações no mundo

Ao contrário do que difunde a propaganda, o processo de privatização pelo mundo afora apresenta características bem diferentes do modelo que o governo está fixando para o Brasil. Vejamos os casos principais.

FRANÇA

Venda sem privatização



As estatais francesas – como a gigantesca Rhône-Poulenc, que controla a Rhodia no Brasil, ou a Pécheney, de alumínio – são responsáveis por quase um terço do PIB

daquele país. As privatizações anunciadas pelo governo François Mitterrand preservam inteiramente o domínio estatal, pois o máximo que pode ser vendido são 49,9% das ações ordinárias (com direito a voto). Há ainda outras medidas acauteladoras de interesse do Estado, como o impedimento de que as ações negociadas sejam transferidas a outros investidores. Além disso, os recursos apurados deverão ser destinados à luta contra o desemprego e ao apoio ao aprimoramento da competitividade industrial.

Para os que se assustam com o número e o peso das estatais no Brasil, vai aí este dado: além das já citadas, pertencem ao governo francês a Air France, o Crédit Lyonnais, o Banque Nationale de Paris (BNP) – a que está ligado o Banco Cidade, no Brasil –, a Renault, a Thompson (equipamentos elétricos), canais de televisão e rádio, a Snecma (motores a jato), a Usinor-Sociolor (siderúrgica), a Aerospaciale (aviões), os serviços de energia e gás, a Elf-Aquitaine (petróleo), os transportes ferroviários, etc.

E isto não impede a França de ser a segunda economia européia e a quarta

nação mais rica do mundo. E não impede também que os capitais estrangeiros sejam investidos no país. Em 1990, eles chegaram a 7 bilhões de dólares e, no primeiro semestre de 1991, a quase 5 bilhões.

SUÉCIA

Nada muda

Apesar da vitória conservadora nas recentes eleições parlamentares, não há prognóstico de grandes transformações, na nação ocidental que apresenta os mais altos índices de intervenção estatal na economia.

INGLATERRA

Pulverizando a propriedade



Considerada o berço das medidas neoliberais, embora o Chile a tenha antecedido, a Inglaterra procurou cercar as privatizações de várias garantias, para que as estatais não passassem livremente ao controle dos grupos particulares.

Mesmo os resultados não tendo, em alguns casos, atingido esse objetivo, a preocupação tem sido pulverizar as ações negociadas, para evitar que as privatizações se transformem em novas formas de concentração de renda.

No caso das 12 empresas regionais de eletricidade, por exemplo, que foram vendidas há um ano, 54,6% das ações ficaram com os pequenos investidores, que tinham preferência nas subscrições. O resto se dividiu entre 30,4% para os investidores institucionais e 15% para os estrangeiros. Além do mais, o governo estabeleceu rígidas normas para garantir a concorrência entre as empresas

privatizadas, o que aconteceu também com as megaempresas de eletricidade e gás, como a PowerGen e a National Power, vendidas recentemente.

Quanto às telecomunicações, há uma campanha muito forte contra a British Telecom, que, depois de privatizada, continua a funcionar como monopólio.

O governo já apurou cerca de 60 bilhões de dólares com as privatizações, pois as vendas são feitas em libra, dinheiro vivo.

Além das já citadas, foram vendidas a British Petroleum, a British Aerospace, a Jaguar, a British Gas, a British Airways, a Rolls Royce e a British Steel, entre outras. De 10,5% do PIB em 1979, a participação estatal representa 6%, hoje.

Apesar de tranquilizar os investidores particulares, o Partido Trabalhista – que está em primeiro lugar em todas as pesquisas para as próximas eleições – já anunciou: não terá nenhum compromisso em reestatizar as empresas que considerar de interesse para o país.

(Veja, em outro quadro, a crise econômica e social que vive a Inglaterra, considerada, em grande parte, consequência das políticas neoliberais aplicadas pelos governos conservadores).

UNIÃO SOVIÉTICA

Reformas, mas não tanto

Apesar da gigantesca propaganda da mídia ocidental, que pretende fazer crer numa completa privatização da economia soviética, a realidade está longe disso. As privatizações realizadas ali têm limitações severas. O setor considerado estratégico – indústrias de defesa, comunicações, ferrovias e energia – continua com o governo, por força de lei aprovada no Parlamento. A propriedade da terra está por definir-se, mas a idéia dominante é a de mantê-la sob alguma forma de exploração coletiva.

Por outro lado, em todas as privatizações os trabalhadores têm prioridade para adquirir as empresas em que trabalham, a fim de transformá-las em empresas sociais e administradas cole-

tivamente.

O governo tem o direito de limitar a participação do capital externo nas operações. "Tivemos de agir assim para evitar a venda selvagem da propriedade estatal", declarou o ultra-reformista Mikhail Bronstein. Em todas as privatizações, os soviéticos têm sempre preferência sobre os estrangeiros.

POLÔNIA e HUNGRIA

Combate aos cartéis

Mesmo abrindo-se à economia de mercado, estes dois países, além da Checo e Eslováquia, têm adotado legislações rigorosas no combate à cartelização e oligopolização de suas economias. Na Hungria, funciona o Birô da Competição Econômica, que supervisiona a aplicação da lei de proibição de práticas desleais do mercado, aprovada há aproximadamente um ano. Nenhuma empresa ou grupo pode ter uma participação de mais de 30% no mercado ou um faturamento conjunto superior a 10 bilhões de florins. São proibidas, igualmente, composições, feitas dentro ou fora do país, que conduzam ao controle de mais de 30% de um setor do mercado.

Também a Polônia tem seu birô antimonopólio. A lei de controle econômico, de janeiro de 90, proíbe as práticas oligopolistas e as posições dominantes no mercado. As sanções previstas na legislação são mais duras do que nos demais países europeus, podendo, inclusive, dividir ou extinguir empresas que impeçam ou dificultem a livre concorrência.

Na Checo e Eslováquia, a legislação, em termos gerais, é idêntica às da Hungria e da Polônia.

ITÁLIA

Como não privatizar

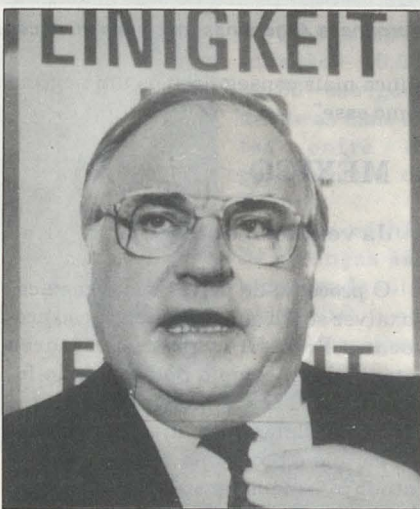
Com um fortíssimo setor estatal, que alcança cerca de 30% do PIB, o governo italiano anunciou que vai iniciar um processo de privatização, que está ameaçado de não se concretizar, diante da violenta reação dos meios sindicais e de setores do empresariado, além dos partidos de esquerda. Os próximos dois anos serão decisivos para definir a polí-

tica a ser seguida. De qualquer maneira, o decreto anunciado estabelece que se deverá "assegurar uma ampla distribuição das ações entre o público, para evitar a concentração ou a predominância de posições, inclusive indiretas".

Os defensores da privatização encontram-se pessimistas, quanto à viabilidade do programa.

ALEMANHA

Receita tem crise e morte



As privatizações de propriedades estatais na antiga RDA têm provocado um verdadeiro terremoto, sem que ninguém se disponha a dizer que a Alemanha não é um país sério.

Especialmente para vender, sanear ou extinguir os mais de 200 mil negócios públicos, dos quais dez mil empresas industriais, herdadas do regime comunista, foi criada a estatal Treuhandstalt. Seu primeiro presidente, Detlev Rohwedder, foi assassinado por terroristas. O segundo, Reiner Gohlke, ficou no cargo por apenas algumas semanas, fugindo diante das pressões e ameaças. A sede foi invadida várias vezes por trabalhadores descontentes com as privatizações.

Agora, está à frente da empresa Birgit Brevet, uma política do conservador Partido Democrata Cristão, chamada de "Margareth Thatcher da Alemanha". Já foram vendidos mais de 20 mil pequenos negócios e cerca de quatro mil das empresas industriais.

A Treuhand, como é conhecida, estabelece várias condições para a venda de uma empresa. O interessado, com

real preferência para os alemães, tem de assumir o compromisso de manter um determinado número de empregos e realizar investimentos próprios durante certo tempo. A Treuhand procura, principalmente pelo estudo dos antecedentes do candidato, afastar das compras os especuladores. Calcula-se que o processo de privatização na Alemanha, pelo elevado número de empresas estatais a serem vendidas, levará cerca de 20 anos para concretizar-se.

O custo social do programa tem sido elevado. O déficit fiscal, este ano, deve superar 3% do PIB e a taxa de desemprego dos alemães orientais é de 12%, enquanto 16% trabalham apenas em jornadas reduzidas. O descontentamento no país tem se transformado em manifestações violentas, comprometendo, inclusive, as chances eleitorais do atual governo.

ARGENTINA

Estatal nacional vira estatal estrangeira

Ao contrário dos países ricos, que controlam com rigor suas privatizações para assegurar a democratização dos capitais das empresas vendidas ou impedir a desnacionalização da economia, alguns governos latino-americanos entram no processo sem qualquer atenção aos interesses nacionais. É o que está acontecendo na Argentina, por exemplo, e pode acontecer no Brasil.

A Argentina iniciou um intrincado processo de privatização, que não privatiza. Tanto a Aerolineas Argentinas quanto a Entel, empresa de comunicações, foram adquiridas por estatais estrangeiras - da Espanha, da França e da Itália.

Num episódio dominado por um denso clima de escândalo, a Aerolineas foi vendida a um consórcio liderado pela Ibéria, empresa de aviação de propriedade do governo espanhol. "Estatal, sendo de país rico, é boa e não precisa ser vendida. Ao contrário, compra as estatais dos países pobres", disse, desolado, um funcionário do próprio governo.

O consórcio comprador não obedeceu às normas contidas no edital de licitação. Em vez de pagar 130 milhões de dólares de entrada, em moeda norte-americana, pagou com os títulos denominados *bonex*, que são negociados no mercado com deságio de 40%. Isso lhe



rendeu um ganho extra de 40 milhões de dólares.

O pagamento restante teve também um curso acidentado, pois o consórcio controlado pela Ibéria deixou de cumprir vários prazos, e chegou a pagar uma das prestações com o dinheiro da venda de aviões da própria companhia.

Também o limite de 30% das ações não foi respeitado. A participação do consórcio, segundo comentaristas, é de quase 50%, ficando 36% para diferentes grupos argentinos e 15% para o Estado, o que dá ao primeiro o controle completo da companhia. Em consequência, os serviços aéreos estão monopolizados pela Ibéria, que domina a única linha do país e opera mais da metade dos vôos internacionais e todos os domésticos.

A Ibéria passou a controlar, igualmente, a Viasa, da Venezuela, a Ladeco, do Chile, e a Dominicana de Aviação, da República Dominicana, e estuda a aquisição da LAP, do Paraguai, alicerçando uma posição predominante em toda a América Latina.

Do mesmo modo, os serviços telefônicos da Entel acabaram sendo vendidos a empresas estatais estrangeiras. O país foi dividido em duas regiões: o norte e o sul. A primeira foi entregue a um grupo controlado pela italiana Stet e pela francesa France Cables et Radio, ambas pertencentes aos governos de seus países. A parte sul coube a outra estatal, a Telefónica de Espanha. As tarifas telefônicas, após a privatização, subiram mais de 100%, a fim de garantir a lucratividade do negócio. São hoje das mais altas do mundo.

Agora, o governo começa a privatizar a Yacimientos Petrolíferos Fiscales, que explora o negócio do petróleo, vendendo parceladamente os diversos campos petrolíferos do país, num processo ruinoso de sucateamento do monopólio estatal.

Para impor esta política de desmantelamento do setor público, o governo enviou ao Congresso um projeto de legislação trabalhista que, segundo seus críticos, remete a Argentina, em termos sociais, a antes do primeiro governo peronista. Significa um retrocesso de quase 50 anos.

Segundo o "Financial Times", um banqueiro, que tem participado das privatizações argentinas, definiu bem o processo de liquidação dos bens públicos vivido pelo país: "Provavelmente faremos uma fortuna, mas sabemos que



Aerolíneas Argentinas: nas asas do escândalo

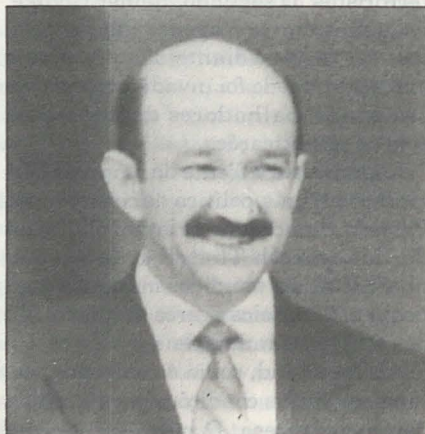
nunca mais conseguiremos um negócio como esse".

MÉXICO

Já vendeu o que podia

O processo de privatização mexicana talvez seja o que menos oposição provocou. Primeiro, porque setores estratégicos, como o petróleo, não foram atingidos – o monopólio estatal está garantido na Constituição. Segundo, porque o programa vem sendo executado com menor grau de precipitação, há mais de cinco anos. Assim mesmo, os resultados sociais não podem ser negligenciados: de acordo com dados oficiais, 200 mil trabalhadores perderam seus empregos em função do fechamento, venda ou reorganização das empresas públicas.

O ponto alto da política mexicana de privatização são os bancos, que, a partir da crise de 1982, haviam sido estatizados. O governo, entretanto, procurou garantir o controle nacional dos estabelecimentos privatizados: os estrangeiros só podem ad-



quirir ações até 30% do capital.

As privatizações já produziram um total de 8 bilhões de dólares, correspondente à venda de 170 empresas. De acordo com o "The Economist", de Londres, "não sobraram muitas coisas a serem vendidas".

É bom lembrar que a dívida do México é superior a 80 bilhões de dólares. Analistas do caso mexicano não escondem suas apreensões, quanto aos aspectos sociais do programa de reformas econômicas. Ao contrário de uma desconcentração, o que tem havido é uma formidável concentração de capital e de poder de decisão: 12 grupos empresariais, estreitamente ligados a interesses estrangeiros, praticamente controlam a economia do país.

A participação salarial no PIB caiu de 40,3%, em 1976, para 23,3%, em 1989. O valor do salário mínimo, no mesmo período, diminuiu 58%.

As condições de vida da população só fizeram agravar-se. Quarenta milhões de pessoas – a metade da população – vivem abaixo dos limites de pobreza. Destes, 17 milhões – 20% da população – encontram-se em estado de extrema miséria.

Segundo dados oficiais, 50% das crianças são vítimas de desnutrição. Quarenta por cento da população têm uma dieta alimentar inferior ao mínimo prescrito pelos organismos internacionais.

Os dados educacionais são também dramáticos: enquanto, em 1981, o Estado destinava 5,5% do PIB para a educação, em 1987 este número caiu para 3,6%. Isso em um país, em que 45 de cada grupo de 100 meninos que entram na escola primária saem antes de completar o curso, e que tem 90% de "alfabetismo funcional".

Inglaterra e Chile: o outro lado da moeda

Todas as noites, depois que baixam as cortinas dos teatros do West End, começa um outro espetáculo na capital britânica: a montagem das *idades de papelão* ... Os personagens são pessoas desabrigadas, os sem-casas daqui. O cenário é a vergonha de Londres, levantando uma questão comum a cidades do Terceiro Mundo. Três mil pessoas dormem hoje nas ruas de Londres.

“O regime de Thatcher desmontou o sistema social de bem-estar, conduzindo dezenas de milhares de sem-casas à maior miséria. A privatização, na Inglaterra, produziu o ressurgimento da sociedade miserável dos inícios do século dezenove.”

“A realidade é que o país depende hoje essencialmente do petróleo como fonte de divisas, como os Emirados do Golfo Pérsico. Com exceção do petróleo do Mar do Norte, a economia está praticamente quebrada.”

Estas três referências dão um quadro perfeito da Inglaterra que sobrou da experiência liberal, privatizante e mercantilista da era Thatcher, que alguns ainda querem apontar como modelo para nossos países. A primeira é um trecho de uma reportagem do jornalista Antônio Carlos Seidl, correspondente da “Folha de São Paulo”, em fevereiro deste ano; a segunda, do jornal conservador inglês “*Globe and Mail*”, de maio de 89, e a terceira, uma declaração do ex-primeiro-ministro conservador Harold Mac Millan, de novembro de 85, prevendo as dificuldades que iria enfrentar o país e que cedo se confirmaram.

Os dados atuais traçam, em seu conjunto, um panorama dramático da decadência e atraso que vive hoje a Inglaterra.

* A Inglaterra perdeu o quinto lugar entre os países mais desenvolvidos do mundo. Seu PIB foi ultrapassado pelo da Itália.

* As taxas de desemprego são as mais altas dos países desenvolvidos da Comunidade Econômica Européia, chegando a 7,4% em julho, com 2,2 milhões de pessoas sem trabalho, três milhões até o fim do ano.

* O déficit do comércio exterior alcançou 36 bilhões de dólares em 90, também o maior da CEE.

* As taxas de inflação – 10,9% em 90 – são igualmente as mais altas entre os países ricos da Europa.

* Um milhão de crianças são empregadas ilegalmente, em franca transgres-



A dura realidade social que vivem os chilenos e ingleses sob a égide do neoliberalismo



são às normas de segurança e proteção do trabalho.

* Em virtude dos cortes nos programas sociais, as cidades inglesas estão tomando o aspecto de suas congêneres do Terceiro Mundo: milhares de sem-tetos, mendigos, assaltantes e conflitos sociais.

Também a outra vitrina do neoliberalismo, o Chile, é muito diferente do que apresenta a propaganda. A estabilidade econômica alcançada hoje é fruto de uma violenta recessão (que prossegue), de um agravamento, sem precedentes, da situação da população pobre, da destruição do parque industrial e da dependência completa dos centros internacionais.

O próprio vice-ministro da Economia, Alvaro Garcia, assim definiu o quadro social chileno, em fins do ano

passado: “Acabamos de terminar um estudo mostrando que, no final de 87, 41% da população eram pobres e, desses, 13,5% viviam na miséria. Isso representa o dobro das pessoas que o mesmo estudo, com as mesmas estatísticas e a mesma metodologia, havia descoberto em 70”.

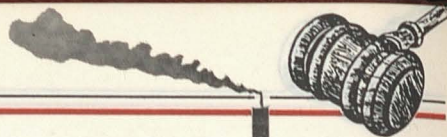
E mesmo o crescimento econômico, conseguido pelo país nos últimos anos a um custo social e político extremamente alto, é questionado por vários analistas. Em estudo publicado na revista “*Nueva Sociedad*”, de Caracas, em seu número 113, de maio-julho deste ano, afirma o sociólogo norte-americano James Petras: “As taxas de crescimento do PNB alcançaram uma média de 8,5% anuais entre 77 e 80, mas a renda per cápita real não chegou ao nível de 1971 (antes de Pinochet), senão em 1990”.

A economia chilena, depois de 15 anos de exacerbado liberalismo, mostra-se hoje extremamente vulnerável: três produtos primários, cobre, frutas e madeiras, respondem por 80% das exportações. Este número é mais grave ainda quando se sabe que as exportações representam 30% do PIB, enquanto no Brasil, por exemplo, não chegam aos dez por cento.

As privatizações, feitas principalmente durante o governo militar, foram motivos de críticas, por significarem fortes transferências de propriedades públicas para grupos particulares, inclusive ligadas às forças armadas, em condições de nítido favorecimento. “A reconcentração e centralização do poder econômico e não de livre concorrência, foi o verdadeiro resultado desta política livre cambista”, observa James Petras.

Neste momento, seguindo os passos do México, o Chile estuda um tratado de livre comércio com os Estados Unidos, que promoverá uma integração maior ainda de sua economia com a norte-americana.

Todas as concessões feitas aos interesses estrangeiros não são ainda suficientes para uma retribuição maciça de investimentos – no ano passado, só entraram no Chile 1,6 bilhão de dólares. ■



Petrobrás: sucesso onde as particulares falharam

A Petrobrás é o exemplo da empresa estatal vitoriosa, num setor em que as particulares fracassaram. Primeiro, porque, inicialmente, não quiseram explorar o petróleo no Brasil e, até mesmo, negaram sua existência durante décadas. Depois, com a malograda experiência dos contratos de riscos, em que não foram capazes de produzir um só barril de petróleo, apesar de manterem esse direito por mais de 15 anos.

A Petrobrás nasceu de um grande debate nacional, iniciado na década de 40, que colocou de um lado os que defendiam o monopólio estatal e, de outro, os que advogavam a entrega do setor à iniciativa privada, sinônimo das grandes multinacionais que dominam, até hoje, o mercado mundial.

Diante do problema, o país se dividiu, como se encontra dividido agora, diante das privatizações. A primeira corrente era liderada por um militar de grande tradição nacionalista, o general Horta Barboza, e a segunda por outro general de forte projeção nas forças armadas, Juarez Távora. A corrente nacionalista acabou vitoriosa, com a votação pelo Congresso da Lei nº 2.004, promulgada pelo presidente Getúlio Vargas no dia 2 de outubro de 1953, que estabelecia o monopólio estatal do petróleo, do qual resultou a Petrobrás.

O primeiro desafio foi provar que o Brasil tinha petróleo, contrariando a tese sustentada durante muitos anos por especialistas nacionais e estrangeiros, sempre ligados às grandes companhias internacionais, que insistiam, de forma suspeita, em negar a existência daquele combustível em subsolo brasileiro.

Nesses 38 anos, a Petrobrás tornou-se uma das 12 maiores empresas petrolíferas do mundo e a maior do hemisfério sul, com uma produção diária de 700 mil barris. Suas reservas, da ordem de oito bilhões de barris, são superiores às da Shell e da Exxon, as duas maiores multinacionais do ramo.

A Petrobrás dá 55 mil empregos diretos e três milhões de indiretos, respondendo por 3% do PIB brasileiro e 10% do produto industrial do país.

Com dez refinarias, tem capacidade para processar 1,5 milhão de barris diários, o oitavo parque mundial de refino. Sua frota de 73 navios corresponde a mais de cinco milhões de toneladas de porte bruto — é a segunda do mundo, em termos de empresa. Sua receita operacional bruta no ano passado, segundo o balanço anual da revista "Exame", foi de 16,5 bilhões de dólares, três vezes mais do que a segunda empresa do país.

Segundo fontes da Associação de Engenheiros da Petrobrás-Aepet, o desenvolvimento tecnológico proporcionado pela Petrobrás tem dimensão extraordinária. Ela assumiu liderança indiscutível na exploração *offshore*, em águas profundas, com mais de dez recordes mundiais na Bacia de Campos. Seu centro de pesquisas, o maior da América Latina, além de centenas de profissionais universitários, dispõe de 33 doutores e 83 mestres, todos com a mais alta especialização.

A Petrobrás, sozinha, investe em ciência e tecnologia 50% a mais do que



todas as empresas privadas do país. Na pesquisa de petróleo, o índice de êxito da Petrobrás em 1988 chegou a 30,2% no mar e a 35% em terra, contra a média mundial de dez por cento.

Enquanto isso, as empresas multinacionais, que foram admitidas, no governo Geisel, para explorarem os chamados contratos de risco — que agora estão querendo ressuscitar — não conseguiram, em mais de 15 anos, encontrar nenhuma reserva de petróleo, embora tivessem recebido 243 contratos, cobrindo 80% das reservas sedimentares brasileiras.

Outro dado importante fornecido pela Aepet: das 50 maiores empresas de petróleo do mundo, 30 são estatais. Das 15 maiores, oito são estatais.

Governantes, dirigentes políticos, intelectuais, técnicos e militantes políticos relançaram no Rio a campanha de defesa do petróleo, que, sob o lema "O petróleo é nosso", levantou o país há 40 anos. Seu objetivo agora: derrotar as ameaças à Petrobrás, partidas do governo Collor e que figuram no "Emenda" enviado ao Congresso.



Reitores lutam pela autonomia

Ensino superior quer atuar na definição do futuro do país

Antônio de Pádua Gurgel

Pela primeira vez em seus 25 anos de existência, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) elaborou um documento político sobre a situação das instituições de ensino superior no Brasil. Isso aconteceu durante a 53ª reunião plenária, realizada na capital capixaba, quando se redigiu a Carta de Vitória.

No documento, os reitores denunciaram o desmantelamento das universidades, pediram providências ao governo para reverter tal quadro e defenderam o ensino público e gratuito em todos os níveis, além de reafirmar a importância da autonomia para as universidades.

Segundo a Carta de Vitória, cabe à universidade, na sua missão de pesquisa em busca da verdade e transmissão do pensamento, "o papel insubstituível de contribuir e até liderar a tarefa urgente e inadiável de elaborar alternati-

vas e propostas para um projeto nacional para o Brasil, rumo ao próximo milênio, capaz de resguardar sua soberania, independência e sua convivência autônoma com as demais nações".

Projeto - Os reitores pretendem desenvolver o programa Universidade Viva, visando à avaliação de cada entidade e à implantação de um projeto pedagógico próprio, que respeite a autonomia e a diversificação dos modelos institucionais.

Eles entendem que o acesso à educação deve ser assegurado a todos e, para tal, "é reservado especial papel à escola pública e gratuita em todos os níveis, sendo, portanto, incompatível e inaceitável qualquer mudança constitucional que retire os percentuais mínimos a serem aplicados em educação".

Autonomia - A reunião do Crub concluiu que "somente no exercício de uma real autonomia, que as libere dos

entraves originados do aparato burocrático, do protecionismo corporativista e de ingerências indevidas, que cerceiam sua independência, poderão as universidades enfrentar os desafios de uma sociedade em mudanças rápidas". Aos reitores acham que é absolutamente necessário, para as instituições de ensino, a preocupação com o patrimônio cultural, "resgatando um conceito amplo de cultura, respeito de nossas raízes e conquistas, e aberto à dimensão universal".

A Carta de Vitória afirma que as universidades só realizarão plenamente os seus objetivos na medida em que usufruam de autonomia para desenvolver projetos pedagógicos em clima de convivência democrática e numa visão pluralista, em que se respeitem todas as tendências de pensamento, todas as posições políticas e todos os credos, sem discriminações, ao mesmo tempo em que buscam a qualidade e a competência, em função do bem comum. ■

A luta pelos recursos

Os reitores estão se preparando para brigar contra a intenção de se retirar da Constituição a aplicação de 18% do orçamento da União no setor educacional. A afirmação foi feita pelo presidente do Crub, Eduardo Coelho, durante a reunião do Conselho.

Segundo Coelho, que é reitor da PUC-Campinas, "as estatísticas pecam quando não deixam claro que essa verba para as universidades federais é gasta também com os aposentados, os hospitais universitários e o sistema universitário como um todo".

Coelho afirma que há um otimismo muito grande entre os reitores. "O ânimo melhorou muito com as declarações do ministro José Goldemberg, que já se posicionou contra o ensino pago nas universidades. Esse item será derrotado. Houve muita luta para que tal percentual fosse destinado à Educação, muitas forças se aglutinaram e

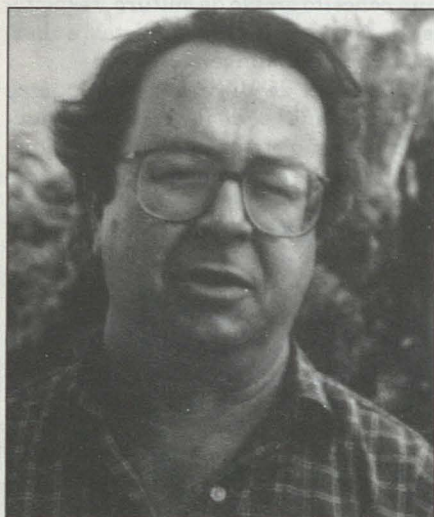
não será fácil retirá-lo da Constituição", acredita.

Conforme a avaliação do reitor da PUC-Campinas, o ensino pago nas universidades merece o repúdio unânime de seus colegas: "O número de estudantes que poderia pagar a universidade é muito pequeno. A maior parte dos universitários é de cidades distantes das escolas e gasta com livros, alimentação, moradia, transporte e outras despesas".

Para o presidente do Crub, "os problemas das universidades passam pela falta de recursos. A sonegação fiscal é muito grande e nossos recursos dependem de uma parcela dos impostos. O governo precisa conter a sonegação, gerando justiça social. Com os pais pagando os impostos, os filhos poderão cursar as universidades dentro de uma política operacional, sem vantagens para uns nem dificuldades para outros".

O Brasil está sem rumo

Francisco Weffort, professor da USP e pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, lançará em 92 um livro no qual analisa a interação entre a crise econômica e a transição democrática na América Latina. Em entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo, ele adianta o teor de sua próxima obra e fala sobre a atualidade política brasileira. A seguir, reproduzimos trechos da entrevista.



Francisco Weffort

Existem situações na América Latina que são muito duvidosas do ponto de vista democrático, como a redemocratização da Guatemala, onde o peso dos militares é muito grande. Extremas desigualdades sociais e uma situação de luta guerrilheira são motivos que levam a uma reconfirmação da presença militar. Apesar de ter havido eleições, tudo isso caracteriza uma situação duvidosa, uma democracia de fachada.

O Peru suscita dúvidas para o futuro mais imediato da democracia. À semelhança de El Salvador e Guatemala, o Peru vive um período de conturbação social. A existência do Sendero Luminoso revela uma conflagração dentro da sociedade, já desorganizada devido à decadência e à estagnação econômica.

Cientista político da USP prevê grandes dificuldades no caminho da América Latina

De 80 a 89, o PIB do Peru caiu 23%. É um país que precisa crescer o tempo todo para absorver uma população subempregada, culturalmente subutilizada até. Ao invés disso, temos uma queda muito forte. Tudo isso me leva, nesse trabalho, a pensar o que significa a experiência democrática nessas condições de crise econômica, manifesta em todos esses países. No Brasil, acredito que as crises sociais e econômicas deverão acarretar deformações muito graves do sistema democrático.

Dos 80 milhões de eleitores brasileiros, só oito milhões atingem o nível mínimo exigido para se pagar o imposto de renda. Dez por cento da cidadania estão qualificados para pagar o imposto e os outros 90% abaixo da qualificação. É uma situação de extremo desequilíbrio dentro do conjunto que constitui a cidadania.

Collor e os descamisados – Estou convencido de que há uma correlação entre o voto Collor e a miséria das massas. Se compararmos a votação do Lula e do Collor, no primeiro turno, perceberemos que a do Lula se concentrou nos estados mais organizados, nas maiores cidades. O apelo de Collor foi ao estilo de Carlos Menem, na Argentina, aos descamisados. Ele pretendia, e conseguiu, votação nos setores menos capazes de se organizar, dependentes de uma liderança política que venha de cima.

A sustentação de uma democracia de fachada é tanto mais fácil quanto pior for a situação econômica, política e social. Eu aceitaria essa expressão para a Guatemala, mas não para o Brasil ou

o Chile. Apesar da complexidade social da nossa cidadania, aqui temos uma expressiva presença de setores sociais organizados dentro da política. A democracia brasileira pode não ser ideal, mas Lula, Collor, Brizola, o PMDB, o PFL, toda essa gente está enraizada. Não é invenção de militares nem de ninguém.

Pode-se criticar, como eu critico, as debilidades dessa democracia. Faltam-lhe instituições sólidas, mas ela existe. Nenhum desses líderes está aí porque os militares tenham dado sinal verde, mas porque conquistaram seu lugar. Não faço juízos de valor, estou falando tanto do Lula quanto do Collor, do Brizola, Covas, PFL ou PMDB. Todos eles



Lula teve votos dos setores organizados...

estão legitimamente participando do jogo democrático, com todas as suas debilidades.

Democracia frágil – Apesar de não concordar com o termo “democracia de fachada” para definir a situação brasileira, considero a democracia do Brasil frágil. Os partidos são débeis e há uma tensão social embutida na cidade-

nia, extremamente forte. A democracia estará consolidada quando não só tivermos expressivas lideranças, mas também partidos expressivos.

O Lula e o Brizola são muito mais importantes eleitoralmente do que o PT e o PDT. O Collor, então, nem se fala. Ele criou um partido para concorrer à eleição. Não há uma correlação boa entre o PFL e o PMDB e suas lideranças de massas, embora este último esteja se recuperando com Orestes Quéricia, um líder de grande projeção. O Quéricia está sendo minado, faz parte do jogo. Mesmo sem partidos consolidados, esses líderes são parte real da democracia, não são invenção de um general.

A crise econômica no Brasil está criando um quadro de ingovernabilidade. Qualquer governo que assumisse o comando do país seria herdeiro de uma dívida que não tem condições de pagar. E teria muita dificuldade para aparecer no cenário internacional e dizer "me recuso a pagar". Não pode pagar nem deixar de pagar.



...e Collor convenceu os descamisados

Estado sem recursos - Temos uma situação econômica de estancamento, não de queda, que tem de ser reagilizada e, no meu entender, a ação estatal é necessária para isso. Mas o Estado precisa de recursos para interferir e o nosso mal tem dinheiro para pagar seu pessoal. Teria que haver a redefinição dos gastos públicos, não apenas a redução.

Como ter um governo com sustentação democrática se a maioria é desorganizada?

Partes do Estado, no Brasil, têm sido apropriadas por setores privilegiados na economia e na sociedade. Não é, portanto, o Estado do bem-estar, como na Suécia ou na Alemanha, onde grupos de pressão do movimento popular e das classes operária e média conquistaram uma enorme quantidade de direitos. Aqui, o Estado é, sobretudo, um Estado criado sob a ditadura militar. Os recursos são orientados sob pressões de grupos particularistas, privados.

A indústria do automóvel, por exemplo, é um cartel, onde algumas empresas dividem o mercado e condicionam os preços. O Estado acaba entrando no jogo, pois tira uma enorme quantidade de impostos. Embora as indústrias automobilísticas critiquem o governo por esses mesmos impostos, é o Estado que lhes garante uma situação de monopólio.

Privilégios - E como fica a democracia nesse contexto? Para ela existir, o governo precisa ser capaz de cortar privilégios, o que não é fácil neste país. Ao congelar contas bancárias, parecia que o Plano Collor iria afetar os segmentos mais ricos. Depois de um certo tempo, boa parte do fundo foi reativada para atender aos interesses das empresas e de algumas prefeituras. Estima-se que 70% da massa de dinheiro congelado evaporaram.

A estrutura dos privilégios é uma estrutura de poder. Para enfrentá-la, o governo precisaria de enorme sustentação democrática. E como ter um governo com enorme sustentação democrática num país onde a maioria é desorganizada?

Na última eleição presidencial, houve um crescimento expressivo da votação da esquerda. Apesar da crise, a sociedade se organizou. Tivemos um

enorme crescimento da participação popular nos últimos dez anos e, hoje, há muita gente preparada para assumir certas responsabilidades de informação e organização, nos sindicatos e nas ONGs.

Militares incrustados - Quanto mais a sociedade se organiza, maiores as chances de se ter uma democracia consolidada e de melhorar a situação econômica. Poderíamos perguntar como fica a questão militar, recentemente trazida à tona por ocasião da discussão dos salários. No quadro institucional criado pela transição que tivemos, eminentemente conservadora, os militares, enquanto instituição, têm quase todo o controle que gostariam de ter.

Os militares têm vários ministros, o que os deixa incrustados dentro de qualquer governo que venha a se formar no país. Têm uma tradição de defesa nacional e como força que, convocada por qualquer poder da República, se destina à defesa da ordem, etcétera e tal. Fica uma abertura para eventuais intervenções militares. Há uma legitimação prévia para esse tipo de ação no processo político.

É verdade que os militares perderam certos instrumentos de controle com a dissolução dos organismos repressivos e o fim do SNI. Mesmo assim, estão contemplados no arranjo institucional do país, de modo a ficarem tranquilos por certo tempo. Por que eles dariam um golpe para assumir o governo se aquele que vai governar estará obrigado a se entender com eles? Mas essa relativa calma pode se modificar, se permanecer essa incapacidade do governo em exercer o seu poder.

Na hora em que um general tem de se preocupar em defender o seu salário e de seus oficiais, estamos precisamente no momento em que a a crise bateu à porta do quartel. Se isso continuar, a meu ver, cada vez mais a crise empurrará os militares para o terreno político. Forças do jogo político podem achar interessante convocá-los para criar um instrumento de pressão a mais, a seu favor. No dia em que isso acontecer, estaremos na ante-sala do golpe.

A consolidação da democracia no Brasil depende urgentemente de que o governo comece verdadeiramente a governar o país, que está sem rumo, sem projeto. O que temos hoje é, lamentavelmente, uma situação cheia de sinais de ingovernabilidade.

Correndo contra o tempo



O Tratado de Assunção acaba com as barreiras em dezembro de 1994

Prof. Juan Algorta Plá*

Tratado de Assunção, assinado pelos presidentes do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, em março de 1991, externa a vontade política dos quatro países de criar um mercado comum regional, que eliminaria totalmente as barreiras alfandegárias (tarifas e outras restrições), já a partir de dezembro de 1994.

O antecedente imediato do Tratado de Assunção foi o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre a Argentina e o Brasil, que começou a ser elaborado em 1986 e que finalmente ficou formalizado com a aprovação dos respectivos Congressos em novembro de 1988. Esse programa estava concretizado em 24 protocolos que prescreviam estratégias de integração para diversos setores considerados importantes para os dois países. O Uruguai e o Paraguai tinham acompanhado de perto as negociações do programa, sem ter assinado, contudo, os acordos finais. A incorporação desses dois países aos acordos de integração faz parte de um conjunto de mudanças que se produzem na segunda metade da década de 80.

O Programa de Integração constituía um acordo bilateral e incluía definições sobre aspectos importantes da política econômica:

- uma moeda comum, o gaúcho, que deveria ajudar a poupar divisas e, ao mesmo tempo, manter o equilíbrio comercial;

- um mecanismo de correção de eventuais desequilíbrios comerciais, setor por setor, para os dois países;

- estudos econômicos sobre as características e as condições dos dois países;

- acordos setoriais específicos para os ramos mais dinâmicos do comércio e do desenvolvimento tecnológico;

- planejamento industrial conjunto e criação de um fundo de investimentos.

No entanto, o Programa de Integração encontrou dificuldades na sua execução, derivadas dos desequilíbrios externos (déficit do balanço de pagamentos), principalmente os registrados a partir de 1987, para os dois países. Esses desequilíbrios obrigaram a adotar políticas de ajustamento tendentes a gerar superávits no balanço comercial, que, no entanto, resultaram fortemente recessivas e inflacionárias.

As políticas recessivas contribuíram para o superávit comercial, visto

que elas causaram uma redução nas importações de bens de capital e de insumos intermediários. Ao mesmo tempo, elas reduziram a renda disponível, diminuindo as importações de bens de consumo. De fato, as importações que mais caíram foram as originadas nos países da região. Por outra parte, ao reduzir o consumo, maiores volumes de excedentes foram liberados para a exportação.

Ao mesmo tempo que os políticos progrediam na definição formal do programa, iam-se agudizando as contradições que dificultavam a sua aplicação. A principal debilidade dos dois países, ao longo da década de 80, foi o seu alto grau de endividamento externo, que, em parte, era consequência dos desequilíbrios do balanço de pagamentos, registrados em períodos anteriores. Nesse momento, o endividamento contribuía para o desequilíbrio externo, por causa do serviço da dívida. A elevação dos juros internacionais veio reduzir as possibilidades de investimento e de acumulação de capital na América Latina, já que consumiu as escassas divisas disponíveis.

O desenvolvimento foi cedendo lugar ao ajustamento, como principal prioridade da política econômica, já

que a busca do equilíbrio comercial constituía uma urgência óbvia, enquanto que o desenvolvimento constituía um objetivo de longo prazo que exigia a superação de obstáculos muito importantes. Os governantes, que se sucederam no exercício do poder, foram igualmente incapazes de retomar o caminho do desenvolvimento e de eliminar o desemprego, por causa das condições de alta inflação e de avultado déficit público em que se encontrava a economia.

A perda de poder aquisitivo dos assalariados, junto com a falta de uma proposta de política econômica que permitisse retomar o desenvolvimento, provocou a perda de prestígio dos governos da região. Em todos os países se produziram mudanças nas configurações políticas que detinham o poder, determinando o ascenso das forças que propunham a retração do papel desempenhado pelo Estado na economia.

O desenvolvimento tinha-se tornado uma tarefa impossível, ao menos nos moldes conhecidos e socialmente aceitos (industrialização por substituição de importações, batizada pelo planejamento indicativo do Estado), já que a nova problemática obrigava à adoção de medidas com efeitos recessivos.

Na segunda metade da década de 80, ocorreram significativas alterações políticas a nível mundial. Diversos grupos de países, que apresentavam proximidade geográfica e relações comerciais dinâmicas, passaram a consolidar blocos de tratamento preferencial. Como resultado, observamos um ressurgimento das orientações protecionistas. A consequência mais visível foi a frustração das tratativas do Gatt para chegar a um acordo de li-

beração do comércio mundial sobre bases multilaterais, na chamada Rodada Uruguai, ainda em negociação, apesar de inicialmente prevista para terminar em dezembro de 1990.

Um desses blocos se formou sob a liderança do Japão, pela consolidação econômica dos chamados Tigres Asiáticos junto com o ressurgimento dos países da Asean (Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas e Brunei). A Austrália e a Nova Zelândia também estabeleceram os seus próprios acordos de livre comércio.

Outro bloco ficou constituído pela Comunidade Européia. Neste caso, a formação do bloco regional se produz sob a liderança dos países mais desenvolvidos da Europa.

Por sua vez, os Estados Unidos buscaram consolidar sua própria área de influência, através da formação de uma grande área de livre comércio, desde o Alasca à Terra do Fogo. Esta idéia ficou formalizada na Iniciativa para as Américas, proposta por Bush em junho de 1990.

Esses acontecimentos no contexto mundial e continental exerceram forte influência sobre o Programa de Integração e Cooperação Econômica, em fase de negociação entre a Argentina e o Brasil, no período de 1986 a 1988. Em 1989 e 1990, acontecem importantes mudanças nas forças políticas que detêm o poder nos dois países. Os novos governantes retomaram as negociações em andamento para a integração regional, alterando, porém, o rumo das mesmas, em função dos ditados próprios de sua orientação ideológica.

Chegou-se, assim, à assinatura, em março de 1991, do tratado de Assunção, que cria o Mercosul, com a participação do Paraguai e do Uruguai. Os

novos governos destes sócios menores comungavam com as orientações políticas dos maiores, fato que facilitou a sua inclusão no acordo.

O tratado de Assunção representa uma diluição do conteúdo desenvolvimentista do Programa de Integração em andamento entre a Argentina e o Brasil. O novo texto é mais geral e menos detalhado, com relação a itens como a política industrial, a origem dos fundos para investimento, a criação de empresas binacionais ou a cooperação tecnológica, entre outros.

Propõe-se, sim, a eliminação das barreiras tarifárias entre os países assinantes, assim como o estabelecimento de uma tarifa externa comum. Nada se diz em relação ao nível dessa tarifa externa comum, adiando essa definição para negociações futuras. No entanto, não deve ser esquecida a importância do nível dessa tarifa, já que, se ela for muito baixa, deixaria a região exposta a uma concorrência eventualmente prejudicial com a indústria estrangeira.

Depois de uma década de investimento reduzido, a nossa indústria trabalha com custos altos e tecnologia obsoleta. O investimento em pesquisa e em ensino foram preteridos, de forma que a tecnologia e a capacidade profissional dos países estão prejudicadas. Parece oportuno repetir que essa queda do investimento foi induzida pelas políticas de ajustamento, adotadas ao longo da década de 80. O período de transição, até o pleno funcionamento do Mercosul, parece curto e insuficiente para permitir a recuperação da competitividade das firmas dos países participantes.

A Europa levou trinta anos para adaptar as economias dos países para o funcionamento do Mercado Comum. Os Estados Unidos e Canadá estão prevendo um período de adaptação, que vai até 1999. No caso do Mercosul, existe a necessidade de definir um largo número de questões, em particular as relativas à harmonização das políticas macroeconômicas dos países, tarefa que demanda um período bem maior que os exíguos quatro anos estabelecidos no tratado (até 31 de dezembro de 1994).

O autor é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e secretário executivo do Núcleo de Estudos sobre Integração da América Latina

As desigualdades do Mercosul

	Área km ²	População (mil. hab.)	PIB (US\$)	Dívida Externa (US\$)	Inflação em 1990	Saldo Comercial (US\$)	Taxa de Analfabetismo	Mortalidade Infantil
Brasil	8.511.956	150	323,6bi	121 bi	2.359%	10,5 bi	25,5%	6,8%
Argentina	2.766.889	32,5	79,4bi	67,5 bi	1.832%	7,3 bi	6,1%	3,4%
Paraguai	406.752	4	6 bi	2,1 bi	42,7%	0,2 bi	12,5%	4,4%
Uruguai	176.215	3,1	6,7bi	6,9 bi	129,8%	0,3 bi	6,1%	2,9%

Fontes: Cepal e Bird.

A TV do futuro

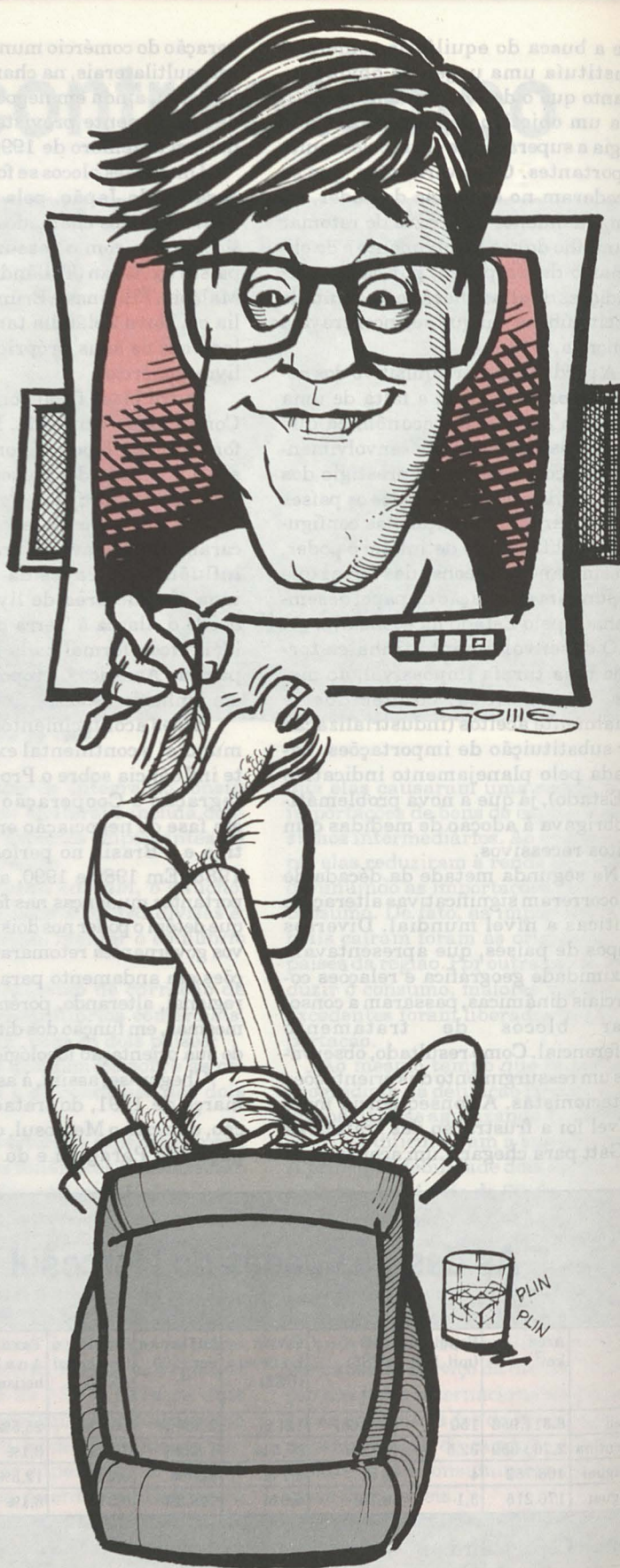
Debate mostra o potencial da telinha de TV e aponta para um mundo mais democrático

Rosângela Trolles

Um americano da classe média de Chicago, nos Estados Unidos, resolveu investir no setor de comunicações. Ele montou sua 'rede' numa salinha de 24 metros quadrados, utilizando apenas duas câmeras de vídeo. Sem a ajuda de técnicos, o americano senta-se e olha para uma delas, dando início à locução. Enquanto fala, manobra na mesa de comando as duas câmeras. Uma aponta para ele e a outra para uma *table top*, onde são afixadas as imagens de fundo que aparecem no noticiário. Ele troca de uma câmera para outra, narrando as notícias em *off* e alternando, no vídeo, as imagens do locutor, que é ele mesmo, e do *table top*.

Apesar de ser um valioso instrumento de diálogo para a sociedade – qualquer grupo pode participar e qualquer indivíduo ligar –, a TV do morador de Chicago não passa de um simples sistema de TV a cabo. A iniciativa inovadora se baseou no fato de que, nos Estados Unidos, a televisão é um campo que rende dinheiro para muitas pessoas. No Brasil, no entanto, o potencial deste meio de comunicação não fica tão evidente para o cidadão comum por estar monopolizada por dois ou três grandes grupos.

O exemplo do "empresário" norte-americano foi citado pelo diretor da VTV Vídeo, Júlio Wainer, em recente debate sobre "A TV do futuro", organizado no Rio de Janeiro pelo núcleo de vídeo do Shopping Cultural Fundação Progresso. Wainer, que esteve recentemente nos Estados Unidos e no Canadá pesquisando novas TVs e tipos de programas, aposta no esgotamento do roteiro unidirecional de TV. Ele indicou o enfraquecimento progressivo do modelo de televisão que deixa o espectador absolutamente passivo, somente recebendo a informação, sem qualquer participação.

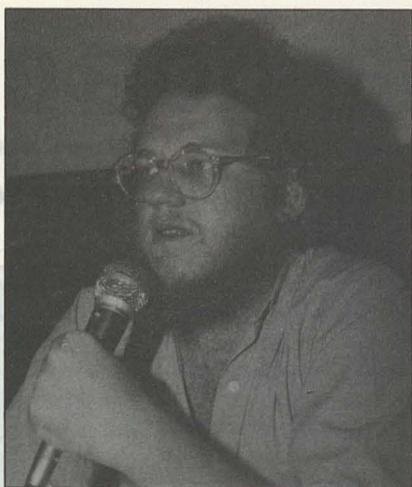


A evolução dos equipamentos, cada vez mais sensíveis e mais práticos, aponta para a democratização e a proliferação de estações. Nos Estados Unidos, por exemplo, as TVs experimentais já passam de 1.500. Atualmente, naquele país, qualquer um pode ser treinado na linguagem audiovisual e ter acesso a equipamentos, obter um espaço para sua programação e levá-la ao ar. O resultado é uma televisão completamente segmentada – e, felizmente, cada vez mais distante do quadro assustador que o americano George Orwell previu no *best-seller* 1984¹. Nas TVs comunitárias, é perfeitamente possível praticar o jornalismo, variando dos pequenos acontecimentos do bairro até teóricas discussões sobre o futuro da Humanidade.

O repórter eletrônico – Com a leveza dos equipamentos, cresce também a figura do repórter eletrônico. Ele pode se deslocar para qualquer parte do mundo de forma muito barata, registrando com sua câmera diretamente o evento. Este tipo de reportagem transmite uma informação distinta da tradicional. O repórter entra no dia-a-dia das pessoas, estabelecendo um diálogo e enriquecendo as coberturas das grandes redes. A equipe tradicional de TV, com luzes e operadores, na prática forma uma pressão sobre o fato e acaba por “produzir” a notícia, ou seja, as câmeras forjam a realidade. No caso do repórter eletrônico, a câmera não passa de um personagem, com o qual as pessoas conversam com mais naturalidade.

Somando 23 anos de experiência em televisão – 20 dedicados à Rede Globo – José Dias, um dos diretores da empresa Globograph, diz que o início da união entre o equipamento de TV e o computador, formando um único produto, foi o que de mais importante aconteceu na década de 80. Dias aponta para um futuro onde passarão a interagir o espectador, a emissora, a mídia de jornalismo, o telefone e o fax. “Eu diria que, daqui a 20 anos, o televisor que estará em nossas casas será um computador. O noticiário, por exemplo, poderá ser consultado, escolhendo-se uma notícia e verificando-a em suas origens ou diversas versões”, ressalta.

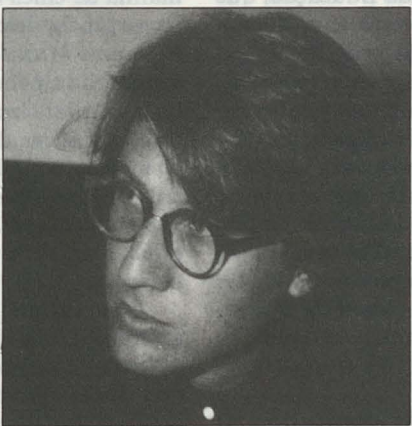
Nos últimos anos, no Brasil, está aumentando o uso do computador para a geração de imagens, vinhetas, aberturas de novelas e comerciais. Mas, ainda



JÚLIO WAINER
A evolução dos equipamentos aponta para a democratização



JOSÉ DIAS
Interação entre o espectador, a emissora, a mídia de jornalismo, o telefone e o fax



MARCELO MACHADO
Uma série de pequenas redes dividirá segmentos de audiência

é pouco usado, se comparado com outros países. A computação gráfica, lembra José Dias, está relacionada a todas as áreas do conhecimento humano, como medicina, física e engenharia. Este mercado aumenta, em média, 2 bilhões de dólares por ano.

As empresas trabalham no desenvolvimento de tecnologias próprias que estarão associadas, daqui a alguns anos, à *high definition* (alta definição), prometendo uma sofisticação estética da imagem televisiva, mais próxima à cinematográfica.

Marcelo Machado, diretor de programação da MTV, que veicula clips musicais durante toda a programação, ofereceu, em sua exposição, um quadro mais nítido da situação do audiovisual eletrônico no Brasil, que enfrenta a dificuldade para furar o bloqueio das grandes redes. Muita briga e muito tempo de espera, segundo ele, marcaram a história da concessão do canal à futura emissora. Entre os projetos de TV que se desenharam com o surgimento de novas tecnologias e novas formas de distribuição de sinais, a MTV pode ser vista, no Brasil, como um dos mais bem acabados. A emissora definiu bem o segmento-alvo da audiência e investiu profissionalmente, encarando a TV como um negócio.

Apesar do sucesso, a MTV sequer arranhou – talvez, segundo Marcelo Machado, tenha feito “uma pequena cegueira” – a situação de oligopólio. “Acho que a situação está mudando, caminhando para uma perspectiva onde dois ou três redes disputarão a audiência e uma série de pequenas redes dividirá segmentos de audiência”, diz Marcelo.

Sem dúvida, esta será a realidade próxima da TV, abrindo o espaço para novos discursos e, principalmente, construindo um novo repertório de imagens. Tudo depende do interesse dos profissionais atuantes na área ou mesmo dos leigos ainda não viciados nas antigas formas de produzir em TV. ■

¹No livro de ficção 1984, escrito em 1948, George Orwell imaginou um mundo controlado por um sistema de comunicação onipresente, que destrói completamente a individualidade. A televisão, no mundo de Orwell, é substituída por um aparelho chamado tele-tela, que vigia todos os cidadãos durante todo o tempo e em todos os lugares, sem que o vigiado saiba se está ou não sendo observado e, por isso, se vê forçado à auto-censura permanente e a um comportamento robotizado.

Retomando a cruzada

Escola pública de tempo integral será prioridade

O projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (Ciep) viverá nova fase, a partir de agora, segundo anunciou o secretário do Programa Especial de Educação do Rio, senador Darcy Ribeiro. O objetivo físico é completar o planejamento inicial de 500 Cieps no estado, e o pedagógico, o de aperfeiçoar o sistema, de modo a dar-lhe ainda maior eficácia.

O projeto foi praticamente desmontado no governo que passou, por questões eleitorais, e, por isso, a nova fase inclui também um objetivo político: envolver todos os setores da sociedade fluminense e as diversas tendências da educação no trabalho de pensar e desenvolver o programa. Para tanto, foi constituído um Conselho de Educação, com representantes de diversas áreas políticas e educacionais, para que, junto com as autoridades do atual governo, possa discutir e supervisionar o desenvolvimento da pedagogia dos Cieps.

Tema de apaixonados debates educacionais e político-eleitorais, desde sua criação e implantação pelo governador Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, em 1984, os Cieps começam a beneficiar-se da passagem do tempo, que permite o distanciamento crítico entre seus objetivos e seus criadores. O lançamento recente pelo presidente Fernando Collor dos Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciac), inspirados nos Cieps, parece demonstrar que se começa a absorver e destacar a essência do



Os Cieps foram desmontados no governo Moreira Franco (PMDB-RJ) por motivos eleitorais

projeto educacional, superando-se a reação negativa de rejeição por ser obra ligada a uma determinada administração e a um determinado líder político. A objetividade ganha espaço.

Entre os nomes representativos de outras correntes pedagógicas e políticas que passaram a integrar o Conselho de Educação, que se preocupará com a nova fase dos Cieps do Rio de Janeiro, está o internacionalmente famoso professor Paulo Freire, ligado do PT e que respondeu, até há pouco tempo, pela Secretaria de Educação da Cidade de São Paulo. Participa também do Conselho a professora Mirtes Wenzel, ex-secretária de Educação fluminense, ligada ao PMDB.

Modelo aprovado – O Ciep tem recebido muitas críticas, envolvendo desde o custo de construção até o fato de alimentar as tradicional-

mente mal alimentadas – e mesmo famintas – crianças frequentadoras da escola pública. Conjunto que busca dar uma educação integral aos alunos, proporcionando-lhes aulas e estudo dirigido, além de lazer orientado e acesso a biblioteca, em período integral (a criança permanece na escola das sete da manhã às cinco da tarde), a importância dessa *escola de Primeiro Mundo* foi bem apreendida pela população do Rio de Janeiro, como atestam os índices de aceitação do modelo, o qual inclui, ainda, uma proposta de integração comunitária, aspecto, aliás, ampliado pelos Ciacs federais.

O relançamento do Programa Especial de Educação em setembro, em solenidade que marcou também a posse do senador Darcy Ribeiro como secretário especial, veio satisfazer uma expectativa. “O Brasil, considerando-se a situação em que se

encontra, mesmo mergulhado nesta crise, está em condições de desenvolver uma cruzada educacional, pois já amadureceu a convicção de que, sem elevarmos os níveis de educação de nosso povo, nada realizaremos”, argumentou o governador Leonel Brizola. Segundo Brizola, a revolução educacional está ao alcance das mãos dos brasileiros, pois se trata de uma obra que independe de empréstimos externos ou de outros condicionamentos vindos de fora.

“Podemos assumir nosso destino no campo educacional”, disse o governador, lembrando que os surtos de violência e banditismo nos grandes centros brasileiros têm sua raiz no despreparo em que são deixadas imensas parcelas da população pobre, sem chances de integração social devido ao baixo nível de escolarização. ■

Procópio Mineiro

A talidomida ainda faz vítimas

Passados 30 anos do maior erro médico da história – a “tragédia da talidomida” – esse medicamento, utilizado no controle da reação hansênica, ainda faz vítimas: são os filhos de mulheres tratadas com a droga

Márcia Schmidt

O Brasil é um dos únicos países do mundo em que o uso da talidomida ainda é liberado. A droga foi responsável pelo surgimento de uma epidemia mundial de deformações congênitas nas décadas de 50 e 60 (ver quadro 1).

Este medicamento não tem ação bactericida, não sendo efetivo no tratamento específico da hanseníase. Mas, nos últimos 10 anos, observou-se sua eficácia no controle das reações imunológicas que aparecem em 50% dos portadores desta doença.

A reação hansênica caracteriza-se por dor nas articulações e nos músculos, febre, prostração intensa, mal-estar e presença de nódulos avermelhados por todo o corpo. Segundo o presidente da Associação Brasileira de Dermatologia, Antônio Carlos Pereira da Silva, “a talidomida é a única droga capaz de fazer o paciente sair desta reação em uma semana e ainda diminui a doença. O cortisona também corta a reação, mas, por outro lado, reforça a doença”.

Considerada indispensável não só no controle da reação hansênica, mas também de outras doenças imunológicas, a talidomida deve ser ministrada com cuidado a mulheres em idade fértil: no segundo mês de gestação, pode originar crianças malformadas em 20 a 40% dos casos.

“Ensinamos aos futuros médicos que, quando a talidomida for receitada, a paciente deve ser informada por escrito sobre os riscos que corre e assinar uma declaração, dizendo-se ciente de que está tomando um remédio contra-indicado na gravidez. Ela deve assumir a



Vítima da epidemia mundial na década de 50

responsabilidade pela droga que ingere e tomar precauções, como o uso de anovulatório ou dispositivo intra-uterino (DIU). Isso isenta de culpa o médico e o laboratório fabricante”.

Determinadas drogas de uso corriqueiro no tratamento da hanseníase, no entanto, podem inibir a ação do anovulatório. Se a paciente estiver tomando anovulatório e talidomida, o anticoncepcional pode não fazer efeito e ela engravidar. “Neste caso, o ideal é aconselhar o uso do DIU. Mas alguns colegas não o receitam por ser abortivo”, esclarece o presidente da Associação Brasileira de Dermatologia.

Algumas pacientes não têm nível de instrução para compreender a importância do uso adequado do medicamento. “Para estas mulheres, não receitamos talidomida. Elas são tratadas com drogas convencionais e demoram a melhorar”.

Alguns casos comprovados – Em 1974, foi relatado na revista “Ciência e Cultura” o caso de uma criança com a síndrome da talidomida, nascida no Brasil, em 1972, de mãe com hanseníase. A criança foi localizada através da Associação de Assistência à Criança Defeituosa, de São Paulo. A mãe estava internada quando recebeu o medicamento, ingerido durante os dois primeiros meses de gestação.

Um segundo caso ocorreu em 1980, quando o médico geneticista J. M. Pina Neto, do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (SP), atendeu a um recém-nascido malformado por talidomida, filho de mulher com hanseníase.

A tragédia da talidomida

A talidomida foi descoberta na Alemanha em 1953. Três anos mais tarde, foi lançada no mercado como um remédio contra a gripe. Neste mesmo ano, descobriu-se que a droga tinha efeito sedativo e atenuava os enjoos de mulheres no início da gestação. As gestantes de vários países passaram a ingerir a droga e os hospitais registraram um aumento no número de recém-nascidos com defeitos nos membros.

A maioria das crianças malformadas apresentava um conjunto de defeitos nos braços, considerado raro na época: a focomelia ou "membros de foca", que se caracteriza pela ausência total ou parcial dos braços e mãos com poucos dedos ligados aos ombros por ossos rudimentares. Mas a síndrome da talidomida – síndrome é um conjunto de defeitos ou sintomas que têm uma origem comum – também pode ocasionar malformações nos pés, pernas, face, cabeça, coluna, coração, rins, intestino e órgãos genitais.

Em novembro de 1961, depois de uma intensa investigação, o médico alemão J. Lenz concluiu que era a talidomida a causadora do aumento de crianças malformadas.

No Brasil, a droga começou a ser fabricada no início de 1959 e as primeiras vítimas nasceram no fim deste ano ou no início do seguinte. Os medicamentos brasileiros à base de talidomida traziam os nomes de Sedalis, Sedalis-100, Sedin e Slip.

Em março de 1962, o laboratório alemão que descobriu a droga exigiu dos fabricantes brasileiros (Sintex do Brasil, Laboratório Americano de Farmacoterapia e Lafi Ltda.) a interrupção da produção. No entanto, só em março de 1964 o governo federal tomou medidas efetivas para o recolhimento dos estoques das farmácias e centros de saúde. Devido ao atraso destas providências, existem crianças malformadas no Brasil nascidas em 1964, enquanto as últimas vítimas na Europa são de meados de 1962.

Apesar de o Brasil ser um dos últimos países a indenizar os afetados por esta síndrome, pelo menos 350 pessoas já foram ressarcidas e recebem pensão vitalícia do governo. A maioria também recebe pensão da Fundação de Ajuda às Crianças Prejudicadas, de Bonn, Alemanha.

se. A criança apresentava redução dos membros superiores e malformações cardíacas.

"A mãe não foi bem-orientada. O médico receitou o medicamento, mas quem deveria esclarecer a paciente sobre o uso correto da droga era a equipe de saúde, formada por enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais. A falha foi da equipe", esquivou-se Pina Neto.

O presidente da Associação Brasileira de Dermatologia concorda com Pina Neto. Para Antônio Carlos Pereira da Silva, se ocorrem ainda hoje casos de síndrome da talidomida no Brasil por falta de informação do

doente, a responsabilidade é do sistema de saúde, cada vez pior no Brasil. "O médico de um posto de saúde precisa ter recursos, condições de atendimento e tempo para informar o paciente e trabalhar com uma equipe de saúde. A equipe tem que funcionar e, para isto, precisa de apoio governamental". Pereira da Silva acrescenta ainda que "não se pode responsabilizar o médico, que é apenas parte do sistema, mas o sistema nacional de saúde,

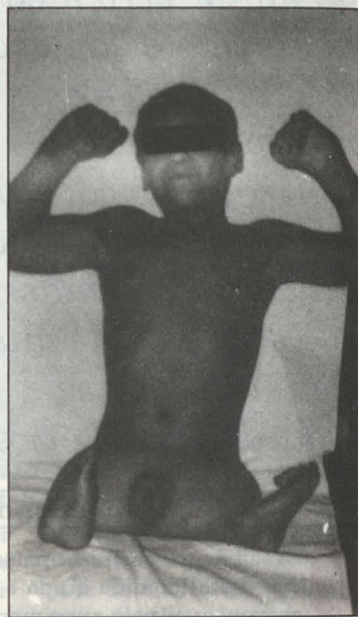
que é falho. A Divisão Nacional de Dermatologia foi praticamente extinta na gestão Alcení Guerra".

No Brasil, a hanseníase é um problema de saúde pública. Calcula-se a existência de um milhão de doentes (ver quadro 2).

A responsabilidade pelas malformações do filho também pode ser atribuída à doente. Foi o caso de uma criança nascida em 1986 no Hospital Gaffrée e Guinle, no Rio de Janeiro. A mãe procurou o ambulatório de dermatologia, onde foi constatado que ela era portadora de hanseníase e apresentava a reação hansênica. Estava com 19 anos e informou que não tinha vida sexual. Foi prescrito tratamento com sulfona e talidomida.

"Na verdade, ela estava na 4ª ou 5ª semana de gestação, mas só revelou um mês depois", afirma a Obstetra Elisabeth Roeder, do mesmo hospital, que a atendeu no parto. A medicação à base de talidomida foi imediatamente suspensa. Segundo a médica, a mãe fora informada ainda no ambulatório de dermatologia sobre os riscos de uma eventual gravidez durante o tratamento. "Ela era muito imatura e teve vergonha de dizer que estava grávida porque era solteira".

A ultra-sonografia revelou que a criança não tinha



Talidomida na gravidez gera má formação em 20% a 40% dos casos

braços nem pernas e apresentava malformações renais e cardíacas. Informada, a paciente não concordou em submeter-se ao aborto terapêutico. "Em circunstâncias especiais, a paciente tem o direito de abortar, desde que uma junta médica, baseada nos exames, chegue a um consenso", explica Elisabeth Roeder. Pela lei brasileira, só é permitido o aborto em caso de estupro. "A lei protege a mãe e não o feto", acrescenta Pereira da Silva.

A criança, do sexo feminino, morreu no hospital com um mês de idade, vítima de infecções generalizadas.

A talidomida é fabricada no Brasil pelo laboratório Brasifa, comercializada com esse mesmo nome e distribuída pelo Ministério da Saúde. "É uma droga muito cara", reclama o presidente da Associação Brasileira de Dermatologia.

Apesar de não existirem estatísticas, Pereira da Silva calcula que deve haver no Brasil menos de 500 crianças com a síndrome da talidomida por hanseníase materna. Para ele, o número não está aumentando porque o uso da droga está sendo bem-conduzido. "Se o sistema nacional de saúde está piorando, a conscientização da classe médica tem melhorado. O médico mais conscientizado passa melhor a informação para a equipe de saúde e faz um trabalho de educação que deveria ser realizado pelo Ministério da Saúde".

O problema do uso da talidomida é muito complexo. Ultrapassa a questão de custo/benefício, pois envolve aspectos éticos. Se a droga cura as reações imunológicas da hanseníase em um país com um milhão de doentes, não pode ser descartada. Mas, se a metade destes pa-



A droga é fabricada no Brasil pelo laboratório Brasifa

cientes é formada por mulheres, em sua maioria na idade fértil – a população brasileira é jovem –, o problema deve ser muito bem equacionado.

O número de crianças com a síndrome da talidomida por hanseníase materna está próximo de 500, isto é, nasce uma criança malformada para cada mil mulheres com hanseníase. Pelo menos uma mãe em cada mil não está consciente do problema. Quando se leva em conta o número de crianças que morrem por dia, no Brasil, de sarampo, tuberculose ou desnutrição, os casos de morte ou malformação por talidomida, em termos numéricos, são desprezíveis. Mas quando se considera o direito à vida, e o direito à vida normal, o número de afetados é enorme. Se a culpa é do sistema de saúde, do médico ou da mãe, passa a ser uma questão secundária diante do sofrimento destas pessoas. ■

A hanseníase no Brasil

A taxa de hanseníase no Brasil é uma das mais altas do mundo. O país tem 140 milhões de habitantes e algo em torno de um milhão de doentes. Segundo o presidente da Associação Brasileira de Dermatologia, Antônio Carlos Pereira da Silva, existem 300 mil casos registrados, mas calcula-se que o número seja três vezes maior.

A doença, causada por uma bactéria – o bacilo de Hansen – existe no país desde os tempos do Brasil colônia. Os pacientes eram confinados em leprosários e seus filhos colocados em escolas especiais, um sistema altamente estigmatizante.

Só com o advento do tratamento com sulfona, em 1950, é que os hospitais foram desativados e os pacientes passaram a ser tratados em casa. A hanseníase, popularmente conhecida como lepra, é perfeitamente curável e 98% das pessoas têm resistência natural contra ela. Quem nascer com propensão e entrar em contato com a bactéria pode desenvolvê-la. Depende da condição imunológica da pessoa.

De todas as doenças contagiosas, a hanseníase é a que menos contamina. A transmissão se dá pela saliva e todas as outras secreções, pelo contato pele-a-pele, pele-

mucosa e mucosa-mucosa. "O indivíduo pode transmitir a bactéria mesmo estando em período de incubação, que vai de quatro meses a dez anos", esclarece a biomédica Maria Helena Saade, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

A hanseníase pode simular várias outras doenças e, por não arder, não coçar e não doer, o paciente não procura o médico e a moléstia evolui sem controle, gradativamente. Para agravar o quadro, os serviços de saúde responsáveis pelo tratamento da hanseníase vêm piorando nas duas últimas décadas.

1492

1992



AMÉRICA LATINA DISCUTE SUA IDENTIDADE

Aldo Gamboa

A História não registra seu nome. Pode ter sido um pescador atento a suas redes, um artesão secando sua vasilha de barro ou até um apaixonado solitário, mas ninguém sabe como se chamava aquele que primeiro viu as caravelas desenhadas no horizonte. Sabemos, em compensação, que foi o europeu – espanhol – Rodrigo de Triana que, de um dos barcos, primeiro avistou terra.

O exemplo nos mostra que a memória vesga da América Latina se fez sentir precocemente, antes mesmo da chegada do conquistador. Mas foi a partir de 1492 que a História do nosso continente esteve propositalmente mal contada.

Passados 499 anos do dia em que Colombo afundou pela primeira vez seus sapatos nas areias de alguma praia caribenha, torna-se quase redundante falar do que

A comemoração oficial do V Centenário da chegada de Colombo à América reivindica a Conquista, enquanto os indígenas se preparam para um ato de reafirmação étnica

veio depois. Mas o exercício de memória deve se sobrepôr ao horror e à vergonha para reivindicar o mérito de haver sobrevivido a tão devastador esforço.

Em mais de um sentido, é revelador que o ponto de vista dos indígenas, os humilhados e ofendidos desta terra, guarde pouca ou nenhuma relação com a posição oficial de seus governos. Enquanto muitos destes aplaudem as comemorações do “Descobrimento” e do “Encontro de Duas Culturas”, aqueles lutam ainda – meio milênio depois – para reencontrar sua própria identidade.

Quando Cristóvão Colombo “encontrou” terras que a Europa desconhecia, a Espanha era uma região devastada pelas guerras contra a invasão árabe, Paris era uma aldeia enorme e miserável e, em geral, a branca e avançada Europa era pobre e castigada pela peste. Nessa mes-

ma época, Tenochtitlán era um centro urbano de mais de meio milhão de pessoas, sob vários aspectos muito mais organizada que sua versão atual, a Cidade do México.

Porém, a memória europeia parece “esquecer” que essas terras estavam povoadas há pelo menos seis mil anos. E nós, latino-americanos, continuamos a aprender nossa própria história bebendo de uma única fonte, a europeia.

A propósito, o poeta e ensaísta Roberto Fernández Retamar conta – com a típica ironia cubana – que ele mesmo, em 1955, “descobriu” Madri, Roma, Veneza, Florença, Nápoles e Atenas, mas ninguém se interessou por suas “descobertas” porque esses lugares estavam cheios de gente há muitos e muitos anos.

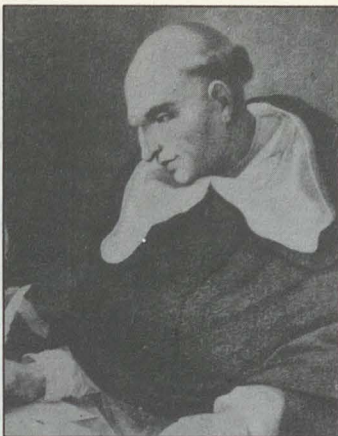
Desde que se tornou evidente que a terra encontrada era algo diferente da Índia oriental procurada – segundo os livros – por Colombo, a Espanha insistiu na tese do “descobrimento”, pois, como incipiente potência colonial, sabia que quem “descobre”, é dono do objeto descoberto, oficializa a posse. Descobrir uma nova terra era garantir para si as riquezas que dele se pudesse extrair. Como a História o demonstrou, o caso da América iria justificar, de sobra, essa cobiça.

Em nome de Deus – Uma próspera sociedade. Dessa forma se poderia definir o teor das relações que mantinham Espanha e Portugal com a Santa Sé, em que cada um se apoiava na legitimidade do outro para reforçar a sua própria.

Assim, a bula *Romanus pontifex*, assinada pelo papa Nicolau V já em 1454 – portanto, quase quatro décadas antes do “descobrimento” da América – deixaria explícitos os poderes e atribuições da Coroa portuguesa sobre as terras descobertas no que atualmente é África. Poderes que incluía fazer escravos entre os habitantes desses domínios.

Da mesma forma, a bula *Inter coetera*, de Alexandre VI (1493), conferia explicitamente “a Castilha (...) poder, autoridade e jurisdição plena, livre e onímoda” sobre as terras americanas. Em troca do reconhecimento divino, os reis espanhóis se comprometiam a converter à fé cristã os povos submetidos durante o processo colonizador. Ou seja, a fé cristã e a expansão da Conquista eram duas faces da mesma moeda.

No entanto, os índios – massacrados e escravizados – não eram considerados seres humanos, e a própria igreja demorou a se convencer do contrário. Só em 1537, o papa reconheceu que os índios eram dotados de alma e



Frei Bartolomé de las Casas

razão. Afinal, dizer que os índios não tinham alma era um contra-senso, se o que justificava a Conquista era levar a Palavra Sagrada aos confins do mundo.

Quase 400 anos depois, a meados do século XIX, dois papas levaram à frente o processo de canonização de Cristóvão Colombo, passo prévio à sua santificação. O principal argumento para a canonização de Colombo era que tinha aberto um campo quase infinito para a expansão da religião católica, algo assim como

multiplicar por dois o rebanho disponível. Mas um argumento tão sólido veio abaixo diante de outro bem mais terreste: Colombo tinha vivido em concubinato.

Culturas reduzidas a cinzas – A religião que chegou a estas terras com os conquistadores cumpriu os 500 anos como a única com caráter oficial em muitos Estados latino-americanos atuais. Todas as religiões criadas e respeitadas pelas civilizações pré-colombianas foram relegadas ao esquecimento, reprimidas por inquisidores, tiveram seus sacerdotes mortos e seus templos, saqueados. De muitas religiões, pouco ou nada sabemos, pois seus códices foram queimados em praça pública por furibundos sacerdotes católicos, como frei Diego de Landa, que em 1562 reduziu a cinzas os manuscritos maias.

A presença do papa João Paulo II em Santo Domingo, durante as comemorações oficiais pelo “descobrimento”, promete reacender a polêmica. A opinião generalizada é que a igreja católica acumulou mais culpas do que méritos durante sua participação na Conquista. Muitos são os livros e testemunhos que resgatam a figura do padre Bartolomé de las Casas ou de Bernardino de Sahagún, dois cristãos que denunciaram as atrocidades cometidas em nome de Deus. Mas se deve constatar que – séculos depois – suas vozes continuam sendo exceções e não a regra dentro da visão católica da Conquista.

É discutível, portanto, o argumento que aponta como o pecado



original da colonização na América o fato da "força da Conquista" ter sido maior que a "força do Evangelho", pois não teria havido conversão sem as espadas para submeter os povos autóctones.

Mas mesmo que a conversão tivesse sido pacífica, se deveria ter respeitado as crenças e instituições religiosas dos habitantes locais. Este é o ponto onde a autocrítica da igreja nunca chegou, e por isso continua reconhecendo os "aspectos positivos" de sua atuação.

Obviamente, exigir uma postura de respeito por culturas diferentes era pedir demais de um semianalfabeto criador de porcos como Pizarro, investido como conquistador pela memória oficial. Como as estátuas de Pizarro já estão mesmo erguidas, seria bom deixá-las aonde estão, como representação e exemplo de um passado que, sob nenhum pretexto, deve voltar a se repetir.

A outra visão - "Pinto há três mil anos", afirmou o pintor equatoriano Oswaldo Guayasamín. A princípio, não faltou quem dissesse que o reconhecimento universal de que é um dos maiores artistas plásticos vivos tinha afetado o seu equilíbrio psíquico. Mas basta mergulhar, ainda que seja por alguns minutos, em



qualquer de suas obras, para perceber que sua afirmação é uma verdade irrefutável.

Se a arte de Guayasamín é continuidade e expressão da melhor arte pré-colombiana, também o é uma vasilha de barro feita por um anônimo indígena no interior da Guatemala ou uma cuia de chimarrão finamente trabalhada por camponeses do altiplano, no Peru. A fonte, em ambos os casos, é a mesma: a cultura indígena, viva e palpitante, apesar do genocídio.

A luta dos indígenas latino-americanos pelo seu reconhecimento como unidades culturais diferenciadas - cada uma com sua cultura, sua religião, sua língua e sua arte -, tem um alcance que vai muito além de 1992. Sua firme oposição aos festejos e comemorações da chegada de Colombo não é um mero oportunismo: é parte integrante de uma visão da História na qual tais festejos não passam de novos itens de uma longa lista de infâmias.

Rigoberta Menchú, líder indígena guatemalteca, afirmou que comemorará o fato de que "milhões de índios tenham sobrevivido aos 500 anos de colonização". Segundo estudos recentes, há na América Latina 15 milhões de índios vivendo em extrema miséria, situação que geralmente é agravada pela repressão política.

Roberto Pedraza Martínez, membro da etnia *otomi* e presidente da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento Indígena da América, disse que é "inadmissível a comemoração de um descobrimento arbitrário, que só trouxe miséria aos conquistados".

É esse sentimento que alimenta a unidade indígena. Uma prova disso é a coerência com que se organizam e agem diante dos programados festejos para o Quinto Centenário. Reunidos em Bogotá, Colômbia, em agosto de 1989, organizações indígenas e camponesas da América Latina lançaram a Campanha "Autodescobrimento da Nossa América".

Esta idéia foi a base de outra campanha, lançada nesse mesmo país dois meses mais tarde. Trinta organizações, representando 17 países da região, lançaram a "Campanha de 500 anos de Resistência Indígena e Popular". A campanha se propõe a fazer ouvir a voz dos camponeses e indígenas contra as comemorações organizadas para festejar a chegada de Colombo a este continente.

Entre outros conceitos, o documento final defende que "para perpetuar e legitimar o despojo de nossos povos, as classes dominantes têm escrito uma história oficial que procura colocar um manto de esquecimento sobre o genocídio e o saque de que fomos vítimas". Afirma também que "se continua desconhecendo a reivindicação histórica dos povos indígenas à autodeterminação".

É a primeira vez que organizações indígenas e ru-

Um monumento diferente

Sem grandes alardes, nem espaço na imprensa, já está tudo pronto para a inauguração, em 1992, de um monumento do artista plástico equatoriano Oswaldo Guayasamín dedicado às "Vítimas da invasão europeia de 1492".

Porém, o lugar da obra não será o México, nem Santo Domingo ou Cusco, no Peru, mas a Vila de Porto Real, em Cádiz, Espanha, no mesmo centro geográfico dos principais atos oficiais.

A inauguração do monumento em solo europeu se complementará com um foro popular entre os dias 9 e 12 de outubro, que será promovido pelos grupos que organizam as campanhas "500 anos de agressão, 500 anos de resistência, pela emancipação dos povos", "Emancipação e identidade da América Latina 1492-1992" - todos eles contrários às celebrações oficiais pelo *Descobrimento*.

O conjunto arquitetônico será realizado gratuitamente por Guayasamín e financiado mediante contribuição popular em países europeus.

rais latino-americanas integram um movimento que coordena esforços comuns, com o declarado objetivo de estabelecer as bases para um futuro alternativo das nações indígenas latino-americanas através de atividades de caráter étnico, político, social e econômico.

Comemoração alternativa – Na República Dominicana – onde se realizarão os atos oficiais de 1992 – a seção local da Campanha de 500 anos de Resistência Indígena e Popular se opõe radicalmente ao monumento conhecido como Farol de Colombo. Este monumento – uma cruz enorme, no interior do qual estão os restos mortais do navegador – foi proposto pelo historiador dominicano Antonio Belmonte y Tejada em 1852, e seu atual desenho foi aprovado por concurso durante a ditadura de Rafael Leónidas Trujillo, em 1946. As obras começaram naquele ano, mas até hoje não foram concluídas.

Segundo o atual presidente dominicano, Joaquín Balaguer, o Farol de Colombo será uma permanente fonte de receita para o turismo, enquanto os indígenas afirmam que será motivo de vergonha permanente. “Colombo não merece uma estátua. Colombo merece que sua memória seja encerrada nos calabouços da História”, opinou Darío Solano, porta-voz da Campanha na República Dominicana.

Nessa parte do planeta – que se acredita ter sido o ponto de desembarque original de Colombo na América – se reunirão representantes da maioria das nações indígenas da América Latina. Eles pretendem coincidir na mesma época com os representantes da Europa, para rea-

lizar um ato de protesto pelas comemorações oficiais e reivindicar respeito à memória indígena latino-americana.

A reunião – que já é chamada de “Comemoração Alternativa” – será uma boa oportunidade para conhecer o pensamento unitário dos povos indígenas latino-americanos, descendentes diretos daqueles assustados índios massacrados pelos conquistadores.

Para os brancos, mestiços, negros e índios desse continente, o Quinto Centenário é uma oportunidade para

mergulharmos em busca de nossa memória ancestral, a fim de resgatar as páginas perdidas dos nossos livros de história, para assumir nossa identidade mestiça e deixar de nos mirar no espelho – ou seria uma miragem? – da civilização branca européia.

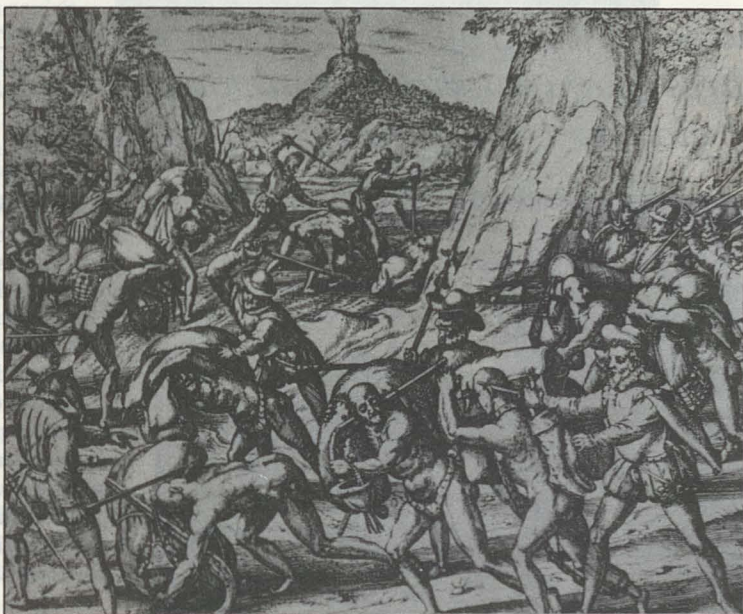
O dever da Europa – A chegada de Colombo a estas terras do que hoje chamamos América marcou o início da etapa de acumulação primitiva de tipo capitalista na Europa, desencadeando um processo de exploração de nossas riquezas que continua até hoje.

A incomensurável sangria de ouro e prata do ventre deste novo ângulo do mapa – somado ao sacrifício de milhões de índios e à caça de mão-de-obra escrava na África – criaria algumas das condições fundamentais para que a Europa pobre e castigada pelas doenças se transformasse no rico continente que é hoje.

A Espanha precisava, portanto, da tese do “Descobrimento” – que ao mesmo tempo a tornaria responsável por levar adiante a “tarefa civilizadora” de enquadrar os “selvagens” à cultura ocidental – para superar a experiência de oito séculos de dominação árabe e lançar as bases de sua reconstrução como nação reunificada e independente.

Para nós, latino-americanos, de nada serve pensar como estaríamos hoje se Colombo não tivesse chegado nunca, ou se tivesse vindo com ânimos menos beligerantes. O fato concreto é que a América é resultado de quatro séculos de colonialismo e saque por parte da Europa. “Comemorar” os 500 anos de chegada das três caravelas é mais que render tributo ao aventureirismo da Conquista: é reivindicá-la, reconhecer seus frutos como bons e justificar um novo período de colonização.

Assim, em homenagem à vergonha, a posição da Europa diante de uma data como o 12 de Outubro não devia ser de inauguração de estátuas a Colombo e Pizarro, mas de reconhecer as causas de nosso subdesenvolvimento e de lançar as bases para relações igualitárias e baseadas no respeito. ■



O resgate da civilização perdida

A civilização ocidental transformou a lei natural dos "opostos complementares" em um antagonismo que levou à sociedade de classes, conquistadora e predatória

FOTOS: CIRIC



"Nossa arte é chamada artesanato, nossa língua, dialeto e nossa cultura, folclore"

Salvador Palomino Flores*

Em todos os rincões do mundo em que se implantou o sistema de valores do Ocidente sobre povos de outras culturas, a mudança foi imposta e consolidada por mecanismos de domínio e opressão. No continente americano, este processo foi particularmente prolongado, já que tem se manifestado através de atentados ideológicos-culturais contra nossos povos por cerca de 500 anos.

O colonialismo afetou profundamente nosso espírito e nosso modo de ser. Transformou a maioria de nossos irmãos em seres marginais, sem identidade, esquecidos de suas raízes e com vergonha de si próprios, sonhando em ser "brancos" ou, pelo menos, em fazer parte das formas de pensamento de tipo ocidental.

Como consequência de nossa condição de povos submetidos, nosso univer-

so sócio-cultural ficou soterrado devido às teorias e conceitos de especialistas que interpretaram mal nossos sistemas de valores. Uns fazem por preconceito, outros por não entender o que lhe é estranho. E outros ainda por aplicar a "decodificação inteligente" de nossa cultura, segundo os princípios da cultura opressora.

A maior parte dos tratados sobre religião indígena, por exemplo, são só recriações da teologia cristã sobre uma cosmovisão diferente, ou consistem em uma tentativa de apresentar uma mestiçagem cultural onde, na verdade, se chocam duas civilizações antagônicas e irreconciliáveis.

O que não se pode negar é a sobrevivência de ambas as religiões, mas em uma relação desigual: a religião cristã em posição dominante e as religiões indígenas em situação de dominadas. Este conflito se manifestou através de mecanismos de opressão que têm sido

sempre o pão nosso de cada dia: no passado, a destruição de templos, a perseguição e assassinatos de sacerdotes, as proibições de rituais antigos, a queima de objetos sagrados.

Hoje, os atos violentos da época colonial têm dado lugar a procedimentos mais sutis e enganosos. Por exemplo, em muitos países da América, só a religião católica tem caráter oficial. E está proibido o uso de elementos de cultos sagrados, como a folha de coca e o *peyote*¹, identificados como "substâncias narcóticas".

A cosmovisão quéchua – Nós, os índios quéchuas, somos sumamente religiosos e embora as palavras "religião" e "Deus" não existam em nossa língua, com elas indicamos em espanhol nossa relação com os seres divinos, que são as forças da natureza sacralizadas.

Na grande família harmoniosamente organizada que é o cosmos, o *tayta inti* (o sol) é nosso pai e a *mama killa* (a lua) é nossa mãe. Assim nos ensina uma antiga canção que diz: "O sol é meu pai, a lua é minha mãe e as estrelas são meus irmãosinhos".

Para a cosmovisão quéchua "a unidade é o par e não o indivíduo". Acreditamos que toda a relação dual, horizontal e complementar sempre gera organizações coletivas e comunitárias. Desta concepção deriva a instituição indígena que corresponde à palavra "reciprocidade" e que em suas diversas formas chamamos *ayni*, *minka*, *mita*, *challay*, *saminchay*. Todas estas são manifestações do *tinku*, que se poderia traduzir como "dialética da complementariedade dos opostos".

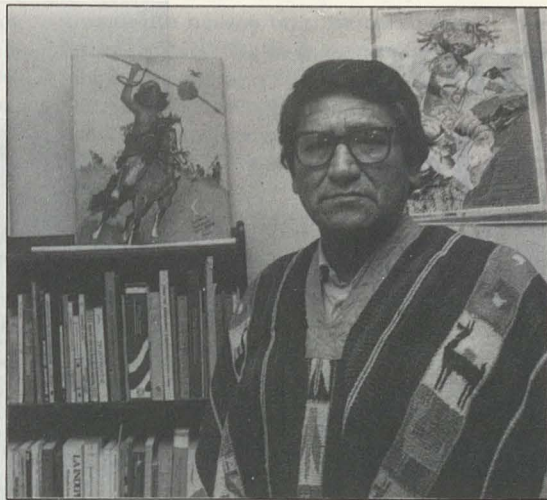
Para nós, o *tinku* é a lei principal que rege o cosmos e lhe dá uma organi-

zação harmônica. Esta concepção é comum em todas as culturas indígenas, que se concebem como "microcosmos" dentro do "macrocosmos". O conhecimento desta lei primordial é o eixo do nosso pensamento. Os princípios do *tinku* aplicados à organização dos povos resultam em formas sociais que só podem ser coletivas e comunitárias.

Ao contrário, o sistema ocidental transformou a lei dos "opostos complementares" na antagônica "luta de contrários". Desta concepção deriva a sociedade de classes, cujas elites são conquistadoras e opressoras, defendem o individualismo, o antropocentrismo e o idealismo.

Resistência cultural – Vejamos agora dois exemplos concretos de aplicação do *tinku*. Se eu começo hoje a construir minha casa, minha família, meus amigos e todos os membros da comunidade me ajudarão, não só com a força do trabalho como também com ferramentas, materiais e até com música, dança e canto. Passado algum tempo, ajudarei da mesma forma, num ato de reciprocidade entre indivíduos e famílias que chamamos *ayni*.

A não-retribuição de ajuda com atos recíprocos gera desigualdades e acumulação de benefícios em um só sentido. Esta é a prática de sociedades classistas e economicamente exploradoras. Os índios nunca deixariam de praticar o *ayni*, a não ser à força, e é exatamente assim que se impõe o modelo ocidental



Palomino Flores: "Aspiramos à autonomia"

sobre os povos autóctones da América.

Por sua vez, a *mita* é o trabalho recíproco das nações para o *Tahuantinsuyo*, o grande Estado confederado inca, plurinacional, pluricultural, multilíngue, coletivista e comunitário, que se formou na etapa pré-colombiana e teve seu centro em Cusco. A grande rede de caminhos e estradas que cortava quase todo os Andes, os milhares de templos e fortalezas, a agricultura em sua máxima expressão com sua infinidade de terraços artificiais, canais e aquedutos, foram as obras de povos que se identificaram com o *Tahuantinsuyo* e suas formas de organização e participação.

O esmagamento das culturas indígenas, a perseguição a suas religiões e a destruição das formas de organização social e econômica, são as constantes

destes cinco séculos. A era foi inaugurada pelos conquistadores, prosseguida pelos governos do período colonial e continuada pelos *criollos*² atuais.

Um exemplo claro da continuidade deste processo se sente no sistema educativo. No Peru, formado por 67 etnias e línguas diferentes, se impõe quase compulsivamente um só programa de ensino de inspiração ocidental. E ignora-se que existem também formas de pedagogia indígena com as quais se educaram nossos povos desde tempos imemoriais.

Autonomia e autogestão –

De um lado a outro da América, a história se repete: nossa arte só é conhecida como "artesanato", nossas línguas como "dialetos" e nossas expressões culturais como "folclore".

Apesar de tão prolongada e profunda etapa de opressão, não só sobrevivemos como existimos e nos projetamos para o futuro. Porque aos mecanismos de opressão e destruição exercidos no Ocidente, nossos povos respondem com mecanismos de defesa, principalmente cultural, que constituem uma estratégia vital para nossa existência.

Além da resistência, trata-se de identificar e promover a recuperação de nossos valores. Por isso, os indígenas americanos coincidem em uma série de princípios que, em primeiro lugar, exigem o respeito e a promoção, por parte do Estado e das instituições, do pluralismo religioso, cultural, linguístico, ideológico, político e racial.

Pedimos também o reconhecimento jurídico dos direitos indígenas e de nossas formas de organização social. Neste sentido, a posse comunitária da terra é parte essencial de nossa cultura.

E no plano político, aspiramos à autonomia e à autogestão nos países em que constituímos uma minoria, assim como almejamos à formação de governos com programas inspirados nos modelos indígenas, nos países em que somos maioria. ■

¹Salvador Palomino Flores (Peru) é antropólogo, catedrático de cultura andina e língua quéchua e foi coordenador do Conselho Indígena da América do Sul (Cisa)

²Peyote: planta alucinógena encontrada no México, utilizada em rituais indígenas

³Criollos: indivíduo de raça branca nascido nas colônias européias de além-mar



Os próximos cinco séculos

As nações indígenas se organizam para repudiar os festejos do V Centenário, reivindicando uma representação legítima no governo de cada país do continente e em foros internacionais



Índio andaquí (Colômbia) vestindo trajes típicos

Nicanor González*

Como resposta ao fato de ter ocorrido a alguém a idéia de comemorar o Quinto Centenário da invasão espanhola de *Abya Yala* (América)¹, nós, habitantes originários deste continente, estamos organizando uma série de manifestações e campanhas de repúdio a esses festejos e às atrocidades cometidas pelos conquistadores.

Nossos preparativos abrangem todo o continente e estão a cargo de organizações como o "Comitê Intertribal-500 Anos de Resistência", no Brasil; "Os 500 Anos de Resistência Indígena e Popular", na República Dominicana, e o "Autodescobrimento da Nossa América", na Colômbia.

Estes atos nos levam à reflexão e à busca de formas de luta que permitam a nossos povos alcançar a autonomia.



González: "Temos sido explorados desde a Conquista"

Não basta debater o que aconteceu com a chegada a nossas terras dos estrangeiros brancos. Este é o momento propício para focar os próximos 500 anos. O que aprendemos dos cinco séculos passados? O que queremos conseguir nos próximos cinco séculos?

Nossos antepassados, apesar dos abusos e imposições, resistiram de diferentes formas à colonização e à aculturação. Eles não se dobraram diante do autoritarismo e do individualismo. Não puderam nos desarraigar e ainda hoje praticamos nossas tradições e nos mantemos organizados através de trabalhos comunitários.

São muitas as nacionalidades indígenas que sobreviveram a estes cinco séculos. E assim como temos resistido ao colonialismo, temos aprendido da cultura ocidental, à qual respeitamos como

tal. No entanto, não nos respeitam como cidadãos, não reconhecem nossas normas de associação, nem admitem que nossas nacionalidades se autogovernem. Por isso, perguntamos: aprenderão a respeitar e conhecer nossas nacionalidades nos próximos cinco séculos?

Colonialismo interno – Nos últimos anos surgiram no cenário internacional numerosas instituições e organizações governamentais e não-governamentais com o objetivo de arrecadar fundos para projetos culturais, ecológicos e de desenvolvimento, em nome dos povos indígenas.

Nessas organizações, as representações dos povos autóctones não participam do planejamento, elaboração e tomada de decisões. Todos os dirigentes são profissionais não-nativos e só utilizam os porta-vozes dos povos indígenas como informantes-chaves para os projetos e interesses de suas instituições.

Para contrabalançar esses movimentos colonialistas internos nos países latino-americanos, as verdadeiras organizações indígenas têm criado suas próprias associações. Por exemplo, a Organização Nacional Indígena da Colômbia (Onic), a Confederação Nacional de Indígenas do Equador (Conaie), a Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana (Aidese), a Confederação Indígena do Oriente Boliviano (Cidob) e a União de Nações Indígenas do Brasil (UNI).

Desde a Conquista temos sido explorados, agredidos e marginalizados. Nossas culturas foram sacrificadas e obrigadas a se submeter à sociedade dominante, que pretende ignorar nossos genuínos direitos, ameaçando nosso modo de vida e nossa integridade territorial.

Temos consciência de que estamos submersos em um sistema de Estados-nações. Diante dessa realidade, o processo de luta levou os distintos povos indígenas à luta por uma verdadeira autonomia. E hoje afirmamos que não poderá existir uma verdadeira integração enquanto não se respeitarem nossos valores culturais e não se reconhecerem a autodeterminação e a autonomia de nossas organizações sociais.

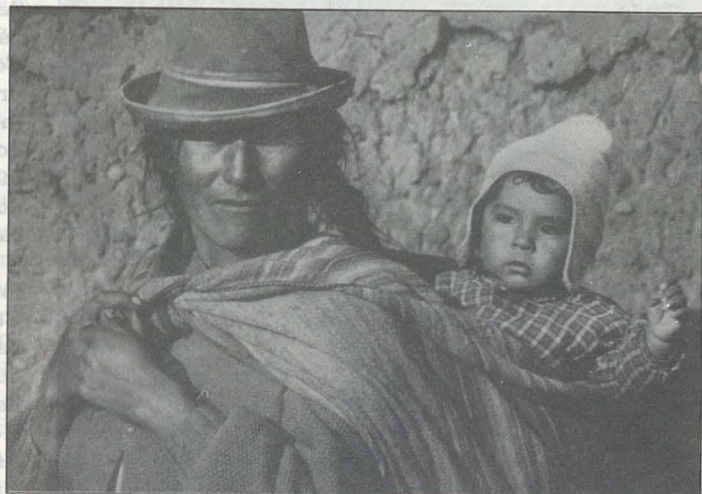
Imposição de ideologias – Estes são direitos que nos correspondem e devem impor-se ao atual sistema, caracterizado pela imposição de ideologias e políticas cujo objetivo é a destruição econômico-social das nacionalidades indígenas.

Por isso, coincidindo com os 500 anos de resistência, nós, povos indígenas de *Abya Yala* defendemos, com mais força que nunca, as seguintes reivindicações:

- ❖ rejeitamos toda postulação de superioridade e discriminação racial ou cultural. Exigimos a igualdade e nos esforçamos para torná-la realidade.

- ❖ reivindicamos que cada um dos governos do continente reconheça juri-

dicamente nossos territórios, nossas formas autóctonas de governo e nossas leis tradicionais, incluída a utilização dos recursos naturais levando em conta nossos princípios culturais e normas tradicionais. E entendendo tudo isso



As índias aimarás mantêm a tradição de levar o filho às costas.

como um direito natural, histórico e inalienável das nações indígenas.

- ❖ exigimos que as leis aplicáveis às nacionalidades indígenas, de forma coletiva ou individual, respondam a propósitos de justiça e excluam todo o vestígio de discriminação.

- ❖ os planos educativos voltados para as nacionalidades indígenas devem ser adequados a suas culturas e ao

meio natural. A educação dirigida aos indígenas deverá ser bilingue e pluricultural.

- ❖ exigimos uma representação genuína de nossas comunidades ante os foros nacionais e internacionais, assim

como perante as instituições governamentais. Nesse contexto, as nacionalidades indígenas apresentarão estratégias e políticas de utilização dos recursos naturais e de conservação do meio ambiente em seus territórios diante dos organismos nacionais e internacionais.

- ❖ exigimos das nações da América o respeito e cumprimento da Declaração Universal das Nações Unidas sobre os Direitos do Homem, sem distinção alguma de sexo, crença, religião, idioma ou raça.

- ❖ queremos que o repúdio à comemoração dos 500 anos manifestado pelos povos indígenas se estenda a toda a comunidade.

- ❖ proclamamos o 11 de outubro de 1492 como o último dia de liberdade e o 12 de outubro de 1992 como data universal das nacionalidades indígenas, que têm se manifestado através de sua resistência e luta permanente por seus direitos (Declaração do I Congresso Indígena Latino-Americano de Recursos Naturais e Meio Ambiente, Panamá, novembro de 1989).

Para que essas aspirações possam se concretizar nos dispomos a estreitar relações entre as nacionalidades indígenas, celebrando reuniões regionais que mantenham em contato as comunidades e seus líderes.

Nossos representantes legítimos unirão esforços para exigir o estabelecimento de um novo regime de relações com os Estados-nações, que consagre a vigência destas reivindicações a todas as nacionalidades indígenas do continente. ■

¹Nicanor González pertence à nação indígena *juna* (Panamá), é arquiteto, consultor e atualmente é coordenador do 2º Congresso Indígena Interamericano sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente, programado para a Bolívia em dezembro de 1992.

²*Abya Yala* é a forma como nossos ancestrais designavam em língua *kuna* as terras e nossos povos antes dos europeus a chamarem de "América". Este termo tem sido adotado pela maioria das nacionalidades indígenas do continente.



Índigenas bolivianos durante um almoço comunitário nos Andes

A justa medida



Santiago de Cuba: palco de intensos debates sobre os rumos do país

Os comunistas cubanos realizam seu IV Congresso e introduzem reformas, dando ao país novas armas para enfrentar a crise

Os 1.667 delegados participantes do IV Congresso do Partido Comunista cubano trabalharam a portas fechadas por cinco dias, ao fim dos quais realizaram uma reunião histórica. Tinham alcançado um nível de discussão equilibrado e franco, avançando muito mais do que esperavam os pessimistas, e muito menos do desejado pelos partidários da total abertura política e econômica, segundo os modelos do Leste europeu.

De fato, o Congresso marcou um momento importante na vida política cubana. Em primeiro lugar, porque reafirmou a opção socialista. Em segundo lugar, porque implementou mudanças no aparelho do partido. Em terceiro, porque reiterou o estímulo aos investimentos estrangeiros e regularizou trabalhos remunerados privados.

Finalmente, porque fortaleceu a posição de jovens dirigentes dentro da estrutura partidária.

As inovações – Observadores políticos e diplomáticos destacados em Havana especulavam que uma das resoluções criaria a figura de um primeiro-ministro, numa tentativa de separar o Estado do governo. Mas o Congresso, em vez de solucionar a questão criando uma nova – e cara – instância, optou por reformular as já existentes, otimizando seu funcionamento e liberando-as dos entraves burocráticos.

A principal dessas medidas foi recomendar à Assembléia Nacional do Poder Popular (o Parlamento cubano), a adoção de eleições diretas para os cargos de deputados provinciais e nacio-

nais. Até agora, o voto era direito só para os membros da Assembléia Municipal, que por sua vez elegiam os graus superiores até chegar à Assembléia Nacional, órgão máximo.

Segundo ficou decidido, a Assembléia Nacional continuará elegendo o presidente do Conselho de Estado, mas seus próprios deputados serão escolhidos pelo voto direto e secreto dos eleitores (em Cuba, qualquer cidadão – membro ou não do PCC – pode se candidatar a cargos eletivos).

Outra medida importante foi a supressão da Secretaria do Comitê Central, uma instância partidária criada com o objetivo de agilizar as resoluções emanadas do PCC, mas que na prática substituíam a própria Assembléia como entidade executiva.

Também foram eliminados os cargos de membro suplente em todos os organismos do partido com a finalidade de reduzir o aparelho e simplificar a sua estrutura, tornando-o mais operacional. No Birô Político, foram substituídos 14 dos 25 membros, enquanto o Comitê Central renovou quase 120 de seus 225 quadros.

Cristãos no partido –

Uma das medidas mais comentadas foi a decisão do Partido Comunista de aceitar em suas fileiras pessoas com crenças religiosas. O mito da perseguição religiosa em Cuba – que sobreviveu apesar de um *best-seller* como “Fidel e a religião”, de Frei Betto – veio abaixo. Esta medida, aparentemente irrelevante, provocará mudanças nos estatutos partidários e até na Constituição da república.

Foi o próprio Fidel Castro quem defendeu a admissão de religiosos na organização política, embora vários congressistas tenham manifestado reservas, por considerar que a iniciativa contradiz as bases ideológicas do partido. Jorge Enrique Mendoza, presidente da Comissão de História do PCC, disse, porém, que mais do que nunca “o Partido Comunista deve ser o Partido da Revolução Cubana”, numa alusão à necessidade de ampliar a base de repre-

sentação da organização.

A decisão do PCC de aceitar como militantes pessoas com crenças religiosas despertou expectativas entre grupos evangélicos e seguidores de religiões africanas. Porém, a alta hierarquia da igreja católica não demonstrou demasiado entusiasmo pela possibilidade de que seus fiéis se transformem em comunistas de carteirinha.

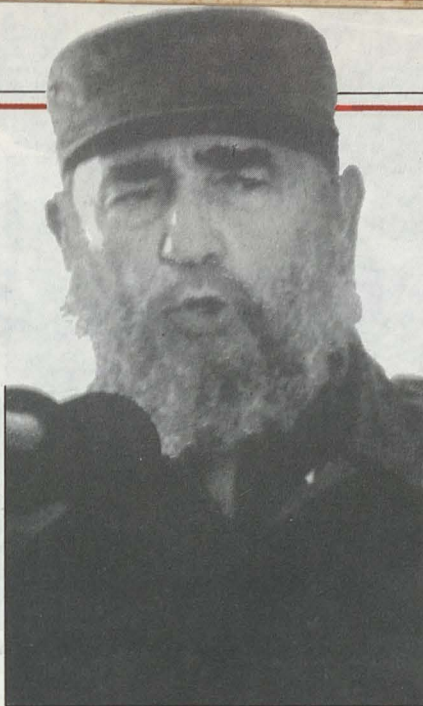
A questão econômica – A crise econômica que afeta Cuba foi tema central do Congresso, embora para todos fosse claro que ela é produto, fundamentalmente, das novas condições de intercâmbio comercial internacional e da nova estrutura de alianças.

Um dos temas que mais pressões gerou – e criou expectativas – foi o restabelecimento do Mercado Livre Camponês. Esta iniciativa foi implementada no início da década de 80, e era extremamente simples na sua concepção: os 70 mil proprietários privados de terras poderiam deixar de vender ao Estado o excedente de sua produção para destiná-la à venda direta à população em feiras livres.

Em pouco tempo, o Estado viu diminuir drasticamente sua capacidade de oferta de produtos agrícolas, com a consequente alta dos preços. A especulação alcançou níveis nunca vistos em Cuba desde 1959, e muitos agricultores e intermediários se enriqueceram enormemente, num passe de mágica. Em 1986, o Estado decidiu fechar os mercados.

Durante esse Congresso, o partido rejeitou a possibilidade de reabrir o Mercado Livre Camponês e reiterou o apoio ao Plano Alimentar Nacional, lançado há dois anos, que tem como objetivo garantir os produtos básicos à população. Jornalistas europeus afirmam que o Plano Alimentar não deu resultados até agora, mas diante de uma crise econômica como a cubana é frente a um bloqueio como o movido pelos Estados Unidos contra a ilha, o fato de que não tenham morrido todos de fome é uma considerável vitória.

Uma iniciativa inesperada, muito bem recebida pela população, foi a decisão de regularizar o trabalho autônomo para algumas atividades. Eletricistas, mecânicos, costureiras e bombeiros, entre outros, poderão daqui para frente trabalhar por conta própria, após o seu expediente normal.



Fidel: implementando reformas no PCC

Processo natural – Como a própria realidade se encarregou de demonstrar, não tinha fundamento a esperança de alguns de uma abertura política-econômica total e irrestrita. Em seus 25 anos de existência, o PCC deixou claro em mais de uma oportunidade que não adere facilmente a modismos.

Os que esperavam que o Congresso fosse uma panacéia para os problemas econômicos também se enganaram. O evento não tinha condições de solucionar os problemas econômicos da ilha, gerados a partir de conjunturas políticas internacionais em permanente transformação, sobre as quais o PCC não pode atuar. Como assinalaram alguns observadores, os que se queixam

de que o Partido Comunista preenche todos os espaços da sociedade, são os mesmos que cobram dele todas as soluções.

Segundo analistas políticos, a reunião alcançou um surpreendente grau de equilíbrio. Porém, o IV Congresso não deve ser visto como um ponto de partida, mas sim como o amadurecimento de um processo natural.

A redução do aparelho burocrático do Partido começou em fins de 1990, quando o número de funcionários da organização foi reduzido em 25%. O reconhecimento dos trabalhadores autônomos é algo novo, mas se trata da regularização de uma realidade que existe *de facto*. A aceitação de pessoas com crenças religiosas dentro do partido pode ser considerada uma novidade, mas não se dirige unicamente aos cristãos católicos, um setor minoritário e conservador, mas a evangélicos e *santeros*, como são chamados os seguidores de religiões africanas, estas últimas enraizadas intimamente na essência cultural do povo cubano pela sua herança negra.

Porém, a definição mais importante do IV Congresso do PCC foi a reafirmação de sua fé no socialismo como única via para superar o atraso e o subdesenvolvimento.

O Congresso dotou Cuba de novas armas para enfrentar a crise e o isolamento diplomático forçado pelos Estados Unidos. Agora, a responsabilidade está em usar essas armas com a maior habilidade possível. ■

Aldo Gamboa



A escassez de combustível afetou o sistema de transporte público na ilha



A justiça social é o objetivo do projeto de desenvolvimento que está sendo elaborado pelos social-democratas latino-americanos

Uma alternativa ao neoliberalismo

Os partidos de orientação social-democrata do continente se propõem a elaborar um projeto que permita mudar os rumos das nossas sociedades com a meta de atingir a justiça social

Um projeto social-democrata para a América Latina e o Caribe, que construa as bases para a transformação econômica, social e política do continente e que represente uma alternativa ao neoliberalismo, é o que visa a Fundação Friedrich Ebert, do Partido Social-Democrata alemão, e o Cedal (Centro de Estudos Democráticos da América Latina) através de vários seminários promovidos na sede deste úl-

timo, em São José da Costa Rica. Três já se realizaram este ano, sobre os seguintes temas: "O papel do Estado na América Latina", "Novas formas de integração para o desenvolvimento latino-americano" e "Desmilitarização na América Latina". Em 1992, está marcado um quarto, dedicado ao problema da democratização das comunicações.

Os seminários são realizados com a participação de delegados dos partidos progressistas da América Latina, na linha de pensamento da social-democracia.

Novas formas de integração – Os liberais sacralizam o mercado; os comunistas tradicionais idolatram o Estado. Os social-democratas rejeitam as duas posições e querem que o Estado e mercado sejam postos a serviço do desenvolvimento econômico e social. Nem um nem outro são um fim em si mesmo, mas sim instrumentos para atender às demandas da sociedade.

Esta foi uma das conclusões aprovadas no seminário sobre "Novas formas de integração para o desenvolvimento latino-americano", realizado entre os dias 9 e 13 de setembro último e no qual o PDT foi representado pelo jornalista José Maria Rabêlo, e o PT, pela professora Nani Stuart, da secretaria inter-

nacional daquele partido.

A integração – concluiu o seminário – não pode ser apenas um espaço comercial ampliado, sob a égide do lucro e do mercado. Tem que buscar valores – políticos, sociais, culturais, etc. – que fazem a imensa riqueza das comunidades humanas da América Latina e do Caribe.

Além dos delegados de partidos, participaram do seminário personalidades e especialistas de vários países, como os ex-presidentes da Costa Rica, Daniel Oduber Quirós e Luis Alberto Monge, e o representante da Fundação Friedrich Ebert, Michael Weichert.

Uma pauta explosiva – Os assuntos mais debatidos no seminário foram os seguintes:

Doutrina Bush : o presidente dos Estados Unidos, ao lançar sua "Iniciativa para as Américas", procura consolidar a posição norte-americana no mundo e abrir novos mercados para a economia de seu país, que atravessa neste momento grave crise interna e externa. Os latino-americanos têm que avaliar os seus interesses diante dos termos daquela proposta. O melhor caminho para negociar com os EUA é o da

integração regional e sub-regional, como o Mercosul, a fim de fortalecer nosso poder de barganha.

Reformas do Estado: o Estado na América Latina, como de resto em todo o mundo, precisa ser reformado, mas esta reforma não pode servir de pretexto para a entrega pura e simples do patrimônio público a grupos particulares. A privatização não é uma questão ideológica, que considere mau tudo o que pertença ao Estado e bom tudo o que seja privado. Ela deve ser feita ou não, de acordo com os interesses de cada país e não por imposições de fora.

Blocos econômicos: o mundo caminha para a cristalização de quatro grandes grupos econômicos: o primeiro, liderado pelos Estados Unidos, com a possível participação de todos os países latino-americanos; o segundo, em torno da Comunidade Econômica Européia; o terceiro, sob a liderança do Japão e reunindo as nações capitalistas do extremo asiático. O quarto, ainda em seus primeiros passos, congregaria os países ex-comunistas. Poderia surgir também um quinto bloco composto pelas economias comunistas que se mantêm, como a China, o Vietnã, a Coreia do Norte e Cuba e a incorporação de Hong Kong, um dos famosos "tigres asiáticos".

Mercosul: os quatro países que formam a área do Mercosul têm um Produto Interno Bruto (PIB) de quase 500 bilhões de dólares, uma população de aproximadamente 250 milhões de habitantes, uma indústria desenvolvida e uma forte agricultura. Sem confrontação direta com os Estados Unidos, o Mercosul pode, entretanto, representar uma barreira à dominação econômica do continente por aquele país e assegurar os interesses do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Mesmo estreitando as relações comerciais com os Estados Unidos, não devemos fechar nossas portas a um intercâmbio permanente com os demais blocos econômicos.

Formas de integração: todas as formas de integração regional e sub-regional devem ser estimuladas, como o Mercado Comum Centro-Americano, o Pacto Andino, o Caricom (Mercado Comum do Caribe) e o Mercosul, além das instituições como o Sela (Sistema Eco-



A integração não pode ser apenas econômica, e sim política social e cultural

O Cedal e a Friedrich Ebert

A Fundação Friedrich Ebert pertence ao Partido Social-Democrata alemão e desenvolve atividades culturais a nível nacional e internacional, principalmente no setor de formação de quadros. Tem representação em quase todos os países latino-americanos.

O Cedal (Centro de Estudos Democráticos da América Latina) é patrocinado pela Fundação Friedrich Ebert e pelo Partido Libertação Nacional da Costa Rica, tendo sido fundado em 1968 por iniciativa dos ex-presidentes costarriquenhos José Figueres e Luiz Alberto Monge, e de outros líderes latino-americanos ligados à social-democracia, como os ex-presidentes Rómulo Bittencourt (Colômbia) e Juan Bosh (República Dominicana).

O centro funciona nas instalações de um antigo hotel de montanha, constituído de 13 cabanas e uma área de 14 hectares, localizado a 25 quilômetros de São José, na região denominada "La Catalina". Tem capacidade para receber 60 participantes, com todos os serviços de infra-estrutura, como alojamentos, cozinha, locais para estudo e conferências, centro de lazer e sistema de comunicação com o resto do país e com o exterior. Com 45 funcionários, seu orçamento anual é de 300 mil dólares. Falando a **cadernos do terceiro mundo**, o sr. Guillermo Villalobos Solé, coordenador do Departamento de Educação do Centro, mostrou a importância do Cedal como ponto de aglutinação dos estudos e pesquisas da social-democracia latino-americana.

"Por aqui passaram os mais importantes dirigentes dos partidos progressistas de nosso continente, como Rómulo Bittencourt, Leonel Brizola, José Francisco Peña Gomes (República Dominicana), Alan García (Peru), Rodrigo Borja (Equador), entre outros. Muitos combatentes, que caíram lutando pela causa da democracia e pelos interesses de seus povos, estiveram abrigados no Cedal. Cito, entre outros, Alberto Fuentes Mohor, da Guatemala, e Hector Ouelí e Manuel Colón Arqueta, ambos de El Salvador, que foram assassinados".

O Cedal realiza também outros cursos, principalmente no setor de formação de quadros sindicais e comunitários.

nômico Latino-americano), o Parlamento Latino-americano, etc.

A posição dos EUA: embora sejam hoje a única superpotência militar, os Estados Unidos estão em franco processo de decadência econômica, social e cultural.

Neoliberalismo: é a doutrina da transnacionalização capitalista. Os países ricos querem a abertura das economias em desenvolvimento, mas mantêm todo o tipo de protecionismo. Eles gastaram, em 1990, quase 300 bilhões de dólares em forma de subsídios e isenções fiscais, para defender e estimular seus interesses econômicos.

Relações Norte/Sul: ao extinguir-se uma das superpotências, a situação dos países do hemisfério sul se tornou mais complexa e vulnerável. É preciso buscar novas alternativas que passam forçosamente pela formação dos blocos regionais e sub-regionais.



Os representantes da Argentina, México, Brasil e Uruguai

Perdas internacionais: a crise latino-americana resulta, em primeiro lugar, do processo de espoliação internacional sofrido pelos nossos países. Se não estancarmos a evasão de ri-

quezas, da qual a dívida externa é o componente mais importante, mas não o único, não conseguiremos implementar políticas verdadeiras de combate à inflação e de desenvolvimento. **J.M.R.**

A América Latina e a integração

“A integração deve ser obra dos próprios latino-americanos e não um ditado dos Estados Unidos” (*Luis Alberto Monge, ex-presidente da Costa Rica e presidente do Cedal*).

“Em 1989, houve uma explosão popular espontânea, como nunca se conheceu. A crise venezuelana é fruto do neoliberalismo” (*economista Horácio Zavala, da Venezuela*).

“A Frente Ampla do Uruguai deu apoio crítico ao Mercosul” (*Eduardo de León, do Partido Socialista do Uruguai*).

“Os comunistas transformaram o Estado em Deus, em fetiche. Para os liberais, o mercado é o Deus e fetiche. Nós, social-democratas, temos dito sempre que nem o mercado, nem o Estado são Deus ou fetiche. O Estado tem que atuar sobre o mercado. Estado e mercado devem ser instrumentos do desenvolvimento econômico e social” (*Fernando Berrocal Sotto, ex-ministro de Planejamento da Costa Rica*).

“O Parlamento latino-americano, apesar de todas as dificuldades, será um fórum importante para a discussão dos problemas continentais. Não há atualmente um fórum apropriado, porque a Organização de Estados Americanos (OEA), como tal, se acabou”. “O Estado-

empresário não é a panacéia, mas a intervenção estatal é fundamental para atender aos mais pobres” (*Daniel Oduber Quiróz, ex-presidente da Costa Rica*).

“Na Iniciativa Bush não se menciona o fator trabalho, enquanto se insiste no levantamento de restrições ao movimento de capital. Isto significa que não há disposição em levantar as restrições à imigração dos países em desenvolvimento rumo às nações mais ricas” (*prof. Arnaldo Bocco, da Universidade de Buenos Aires*).

“Não haverá democracia verdadeira no continente enquanto não houver a democratização dos meios de comunicação. A televisão cria um mundo que se sobrepõe ou até mesmo se contrapõe à realidade social e cultural de nossos países” (*jornalista José Maria Rabêlo, representante do PDT*).

“Ao caminhar para o acordo de livre comércio só fizemos reconhecer uma realidade: 70% das relações comerciais do México já se realizam com os Estados Unidos” (*Amparo Canto, do PRI - Partido Revolucionário Institucional, do México*).

“As organizações sindicais do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai têm de articular uma ação comum diante dos desafios do Mercosul” (*professora Nani Stuart, do PT*).

A história se repete

Antigos contras retomam as armas, levando o pânico às zonas rurais do norte nicaraguense

A decisão de ex-contras de retomarem as ações armadas na Nicarágua faz com que o fantasma de uma década de guerra projete novamente sua sombra nesse país centro-americano.

Atuando especialmente na região norte do país desde abril passado, os ex-contras voltaram a suas antigas práticas de combate: ataque a cooperativas, incêndio de casas, matança de animais, assassinatos de civis.

Os recontras, como já são conhecidos, acusam o governo de Violeta Chamorro de "aliança com os sandinistas", em uma referência à permanência do comandante Humberto Ortega à frente do exército nicaraguense. Por essa razão, as cooperativas agrícolas criadas pelo governo sandinista durante a década de 80 são um dos alvos preferidos pelos recontras.

Outro argumento dos recontras é que o governo não mostrou avanços nas investigações pelos assassinatos do coronel Enrique Bermúdez – ex-comandante militar dos contras – e Francisco Cano Echeverría, interpretando assim que existe conivência com os sandinistas, supostos autores desses crimes.

As condições – Segundo fontes do governo de Violeta Chamorro, os recontras possuem uma lista com sete condições para depor as armas: 1) renúncia do chefe da Casa Civil; 2) renúncia do comandante Humberto Ortega; 3) garantias de segurança pessoal para os recontras; 4) terras para os que depuserem as armas; 5) eleição de novas autoridades civis; 6) desmantelamento do exército e da polícia, e 7) libertação de todos os ex-contras presos por delitos comuns.

Os recontras já têm, inclusive, uma bancada própria no Congresso Nacional, composta por sete deputados da União Nacional Opositora (UNO, coali-

ção que levou Violeta Chamorro ao governo) que decidiram servir de porta-vozes dos rebeldes. No entanto, tudo indica que a direção *recontra* não está tão sólida quanto parece.

Cálculos dos serviços de inteligência militar estimam em 600 o total dos rebeldes em armas, sendo que o número de "comandantes" é muito grande para um tropa tão pequena: *Tigrillo*, *Charrito*, *Bolívar*, *Campeón*, *Bigote de Oro*, *Dimas*, *Solín*, *Culebra* e *El Indomable* são alguns dos nomes mais conhecidos,



Humberto Ortega (esq.), um alvo dos recontras dirigidos pelo "Indomable" (dir.)



sendo o último o mais importante. Fontes sandinistas indicam que *Tigrillo* e *Bigote de Oro* mantêm alguma distância de *El Indomable*, na disputa pelo poder.

El Indomable, cujo verdadeiro nome é Juan Angel Morán Flores, de 46 anos, já anunciou que estaria disposto a renunciar às ações armadas se o governo garantisse um julgamento "justo" no processo em que é acusado do assassinato do capitão do exército sandinista José Luis Meza e sua secretária, em maio deste ano.

A resposta – Diante do agravamento das tensões nas zonas rurais do norte da Nicarágua, vários militares sandinistas anunciaram sua passagem à clandestinidade e a formação de tropas

especiais para enfrentar os recontras. São os chamados *recompas* (*compas* é a denominação comum entre os militantes sandinistas).

Sabe-se que pelo menos quatro grupos estão em atividade: Movimento Sandinista Pedro Altamirano, Danto 91 (provavelmente em homenagem ao comandante Germán Pomares, o "Danto", morto em 1979), Movimento de Ação Revolucionária e a Frente Insurrecional Revolucionária Armada. No norte do país, camponeses sandinistas formaram as Forças de Autodefesa Armada.

Por sua vez, o chefe do exército nicaraguense, Humberto Ortega, denunciou os provocadores e acrescentou que não sabia "quem os está financiando". O vice-presidente, Virgilio Godoy, respondeu a estas declarações, desmentindo os rumores de que os recontras estariam recebendo financiamento e treinamento de Israel. "Os recontras estão tentando aprofundar o processo democrático", acrescentou.

Harry Shlaudeman, embaixador

dos Estados Unidos na Nicarágua, afirmou que seu país "está contra a violência". Segundo ele, "os Estados Unidos contribuíram com sua ajuda e seus recursos para manter a paz" na Nicarágua.

Ao falar da "ajuda" e dos "recursos" para a pacificação, o embaixador estava fazendo referência – talvez inconscientemente – a um dos problemas mais graves da Nicarágua: a existência de pelo menos 100 mil armas fora de qualquer controle. A origem dessas armas é conhecida por todos: é a "ajuda" que os Estados Unidos mandaram aos contras durante uma década para "pacificar" a Nicarágua. ■

(A.G.)

Dois pesos, duas medidas

Os Estados Unidos sacrificam a soberania de Chipre para agradecer o apoio do governo turco contra o Iraque

Edouard Bailby

A guerra contra o Iraque e os acontecimentos na União Soviética deixaram no esquecimento o grave problema de Chipre. No entanto, esta pequena ilha de 9.251km² e 700.000 habitantes, no Mediterrâneo oriental, terá brevemente seu futuro decidido pelos Estados Unidos, de convivência com a Turquia, sem que a opinião pública internacional tenha realmente conhecimento de mais um atentado contra os legítimos direitos de um Estado independente, situado numa zona estratégica de primeira importância entre a Europa e Oriente Médio.

Colonizada pelos britânicos a partir de 1878, a ilha de Chipre conquistou a sua independência em agosto de 1960 e teve como presidente, durante 14 anos, o arcebispo Vaneziz Makarios, da igreja ortodoxa, um dos mais dinâmicos líderes do Movimento dos Não-Alinhados. Foi derrubado, em 15 de julho de 1974, por um golpe de estado, fomentado pelos coronéis gregos, então no poder, que eram hostis à sua política progressista.

O novo chefe de estado, Nikos Sampson, imposto pelo governo direitista de Atenas, defendia a incorporação de Chipre à Grécia. Cinco dias mais tarde, a Turquia aproveitou a oportuni-

dade para invadir a ilha com uma força expedicionária de 50.000 homens, a pretexto de defender os direitos da minoria turca (25% da população). Em quatro semanas, ocuparam 37% do território da ilha. Saldo dos combates: quatro mil mortos, 1.619 desaparecidos e mais de 160.000 refugiados.

Em novembro de 1983, encorajado pela passividade dos Estados Unidos, o governo de Ankara criou a República Turca do Norte de Chipre (RTNC) cuja superfície abrange 3.355km com 165.000 habitantes. Até hoje, com exceção da própria Turquia, nenhum Estado-membro das Nações Unidas reconheceu a república fantoche do Mediterrâneo. Mas o fato é que ela existe.

Dois pesos, duas medidas – Ao contrário do que aconteceu com o Iraque, após a invasão do Kuwait em agosto de 1990, as resoluções aprovadas pelas Nações Unidas contra a ocupação ilegal da parte setentrional de Chipre pelo exército turco não tiveram o menor efei-



Makarios, primeiro presidente de Chipre

to. A primeira delas foi a Resolução 353, adotada no mesmo dia do desembarque das tropas turcas. Dizia: "O Conselho de Segurança pede a todos os Estados que respeitem a soberania, a independência e a integridade territorial de Chipre; exige que seja posto um fim imediato a toda intervenção militar estrangeira na República de Chipre; pede a retirada sem tardar de todos os militares estrangeiros que se encontram naquele país fora de qualquer acordo internacional".

Dois dias depois da proclamação da RTNC, em 15 de novembro de 1983, o Conselho de Segurança da ONU afirmou, em sua Resolução 541, que a mesma era ilegal. Durante oito meses, os Estados Unidos chegaram a proibir a venda de armas norte-americanas à Turquia. Mas foi um embargo puramente formal, uma vez que a Turquia, país-membro da Otan, era para o Pentágono mais importante do que a Grécia (também membro da organização militar) nos seus planos estratégicos em relação à União Soviética.

Sabe-se que durante a guerra contra o Iraque, o governo de Ankara deu um apoio decisivo aos Estados Unidos e a seus aliados, oferecendo bases aéreas, facilidades de transportes, colaboração militar de toda espécie e direitos provisórios de permanência às tropas ocidentais em certas áreas do país, com vistas a prestar socorro aos milhares de refugiados curdos procedentes do Iraque.

É evidente que a Turquia, tal como os países árabes, entre os quais a Arábia Saudita e o Egito – que não vacilaram em apoiar sem a menor reserva a posição norte-americana – esperava alguma recompensa pelos serviços prestados. E é o que está acontecendo. Foi assim que, em abril passado, Rauf Denktash, o chamado presidente da República Turca do Norte de Chipre, teve a satisfação de ser recebido por James Baker, secretário de Estado norte-americano.

Christophe Chiclet, no periódico *Le Monde Diplomatique*, comentou com razão que era essa a primeira vez que o líder turco-cipriota era recebido nos Estados Unidos por uma personalidade de tamanha importância. O porta-voz do Departamento de Estado declarou, depois do encontro, que seu país não reconhecia a RTNC. Mas a verdade é que Washington não tem manifestado a mesma energia contra a ocupação da parte setentrional de Chipre pelas tropas turcas que usou quando o Kuwait foi



REPÚBLICA DO CHIPRE

Área: 9.251 km²

População: 690.000 habitantes

Capital: Nicósia (163.700 habitantes)

Outras cidades: Limassol e Larnaca

O povo: dividido política, religiosa e culturalmente entre a comunidade de origem

grega (75%) e a de origem turca (25%)

Religião: ortodoxa grega e muçulmana

Idiomas: grego e turco

O governo: Jorgos Bassiliou, eleito presidente em 1988

Festa Nacional: 1º de agosto (independência, 1960)

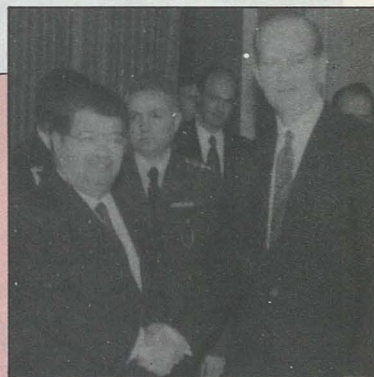
(o Estado Federado Turco de Chipre só é reconhecido pela Turquia)

parte do território nacional, apesar da oposição da comunidade internacional.

Segundo tudo indica, o Conselho de Segurança, pressionado pelos norte-americanos, estaria prestes a adotar uma nova resolução, contrária às anteriores, dando à futura federação bicomunitária e bizonal direitos idênticos aos greco-cipriotas (75% por cento da população) e aos turco-cipriotas (25%). A presidência da República seria ocupada alternativamente pelo representante de uma das duas comunidades da ilha.

Por outro lado, os turco-cipriotas teriam 30% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 50% no Senado. Em termos mais simples, a República de Chipre seria transformada numa federação, constituída de duas zonas distintas que teriam de fato os mesmos poderes. Sendo assim, a Turquia sairia vitoriosa da agressão de 1974, com o apoio decidido de Washington.

Isso seria um exemplo concreto da Nova Ordem Internacional idealizada pelos Estados Unidos, em função dos seus interesses. O Iraque pagou caríssimo pela invasão do Kuwait, que foi contrária a todas as leis internacionais. Mas a Turquia acabará sendo recompensada pela invasão de Chipre. Por que essa política "moderna" de dois pesos, duas medidas?



Incerteza sobre a conferência

Turgut Ozal, presidente da Turquia, propôs – com o apoio dos Estados Unidos – a convocação de uma conferência quadripartite entre Grécia, Turquia e as comunidades greco-cipriota e turco-cipriota para discutir o futuro da ilha.

O governo de Nicósia, com o aval de Atenas, se opõe a uma negociação desse tipo e defende a convocação de uma conferência

internacional com a participação dos cinco membros do Conselho de Segurança da ONU, dos governos da Grécia, Turquia e Chipre, e representantes da Comunidade Econômica Europeia (CEE).

Chipre se nega aceitar na mesa de negociações representantes da minoria turca da ilha. Entende que isso implicaria reconhecer a legitimidade do Estado

turco-cipriota, proclamado depois da invasão.

Com o objetivo de estreitar relações com a Turquia e agradecer o apoio de Turgut Ozal durante a guerra contra o Iraque, George Bush realizou uma visita a Ankara em julho passado.

Nessa ocasião, o presidente norte-americano disse que a proposta turca "era a melhor esperança de encontrar uma solução pacífica para o problema cipriota".

A princípio de outubro, a Câmara de Representantes de Chipre adotou uma reso-

lução que exorta o secretário geral da ONU a se responsabilizar pelo fracasso das negociações na prevista conferência de paz.

A resolução – elogiada pelo governo cipriota – insiste na necessidade de realizar a conferência com a participação da ONU.

Novos horizontes

A nova Constituição do Iêmen, um dos principais frutos da reunificação do país, inaugura uma etapa de ampla participação política e liberdade de expressão

Claudia Guimarães

Com uma civilização tão antiga, que sua história se confunde no tempo com as lendas bíblicas, o Iêmen chega ao século XXI realizando o maior sonho de sua população: a reunificação do país. Dividido há séculos por interesses de potências coloniais (Inglaterra) ou regionais (o Império Otomano), só em maio de 1990 os governos do Iêmen do Sul e do Norte conseguiram contornar todos os obstáculos e dar à luz a um só Estado, a República do Iêmen.



Na opinião do jornalista Mahhub Ali Abdo (ao lado), a reunificação do Iêmen, sobre bases democráticas, possibilitou o surgimento de forças políticas e sociais repressadas há muitos anos



Como no caso da Alemanha e da Coreia, a divisão artificial do país nunca foi de todo absorvida pela população. Mas, na prática, o desejo de reunificação se chocava com o fato dos dois Estados terem percorrido nesse longo período caminhos diametralmente opostos. O Iêmen Democrático, ao sul, proclamou sua independência em 1967, tornando-se em seguida o único país do mundo árabe a adotar o socialismo como sistema de governo. Já a República Árabe do Iêmen, ao norte, proclamada em setembro de 1962, sempre baseou sua economia em princípios mais próximos ao capitalismo e adotou como religião oficial o islamismo.

Apesar de possuírem regimes por definição incompatíveis, as conversações em torno da reunificação nunca foram definitivamente suspensas. Um marco nesse processo foi a assinatura de um acordo, em dezembro de 1972,

entre ambos os governos, que previa a reunificação dos dois Estados. Mas uma série de fatores, internos e externos, fez com que as negociações só fossem retomadas quase dez anos depois.

Nessa ocasião, ficou acertado que a capital do futuro Estado reunificado seria Sana'a (ex-capital do Iêmen do Norte) e o islamismo, a religião oficial. Também seria elaborada uma Constituição que respeitasse e procurasse combinar as características e ideologias divergentes dos dois regimes. Decidiu-se ainda que, depois de discutida pelos parlamentos de ambos os países, a futura Constituição seria referendada pelo povo iemenita.

Etapa de transição – O acordo que deu origem ao novo Estado prevê um período de transição de dois anos e meio, que começou a contar a partir do dia do anúncio da unificação (22 de maio de 1990). Para culminar o processo, em fins de 1992, deverão se realizar eleições gerais.

O atual governo de unidade – presidido pelo marechal Ali Abdala Saleh – é composto por membros dos regimes do antigo Sul e Norte. No momento, é um Conselho Ministerial, formado por cinco membros, que dirige o país. Nessa fase de transição, decidiu-se fundir os parlamentos dos dois Iêmen, mantendo o mandato dos 300 deputados do Sul e do Norte e o cargo de primeiro-ministro.

No plano social, chegou-se a um acordo para resgatar os aspectos positivos que havia nos dois regimes anteriores. Nesse sentido, houve consenso quanto à necessidade de preservar os avanços obtidos pelo governo do antigo Iêmen Democrático nas áreas da saúde e educação.

Efervescência política – O Iêmen vive hoje uma das etapas mais ricas de sua história. A reunificação do país, so-

bre bases democráticas, possibilitou o surgimento de forças políticas e sociais repressadas há muitos anos. "A reunificação era um antigo sonho de todos os iemenitas", afirma Mahhub Ali Abdo, secretário de Relações Exteriores do Sindicato de Jornalistas do Iêmen.

O jornalista lembra que, entre outros fatores que colaboraram para tornar mais tranquilo o processo de reunificação, está o fato de nunca ter existido uma barreira física impedindo a livre circulação dos iemenitas, a exemplo da Alemanha (o Muro de Berlim) e da Coreia (o Paralelo 38).

Na sua opinião, a promulgação da nova Constituição, em maio passado, foi um dos mais importantes passos do atual processo: "A principal diferença da atual Carta em relação à anterior é que esta abriu novos horizontes à democracia".

Ratificada em um referendo pela esmagadora maioria da população, a nova Constituição estabeleceu, entre outras coisas, a liberdade de expressão e o pluralismo político.

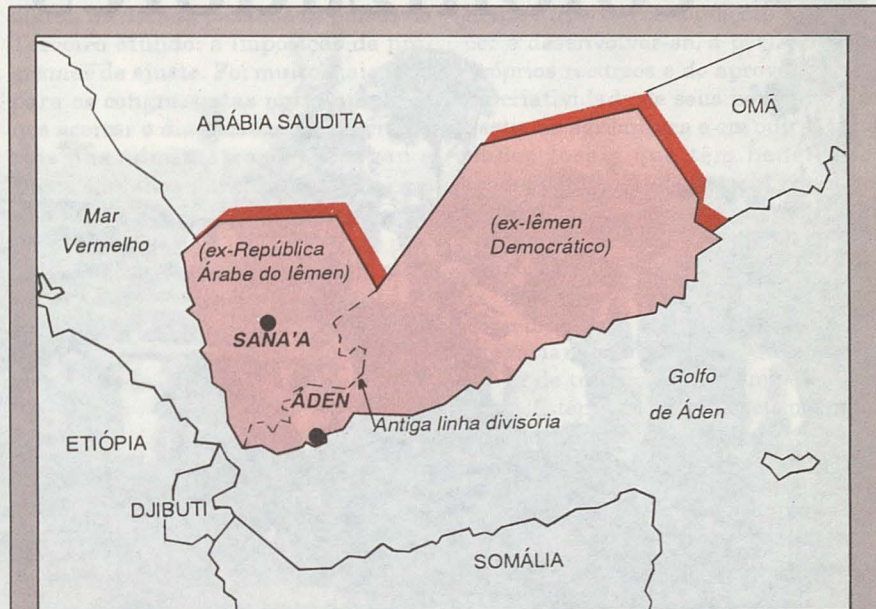
As consequências dessas profundas mudanças já se fazem sentir: só nos últimos meses surgiram 53 partidos e são editados atualmente 85 jornais em todo o país. "Este é o lado positivo da unificação. Não existem mais presos políticos no Iêmen e todas as correntes de opinião e partidos políticos estão podendo se manifestar abertamente", enfatiza Mahhub Abdo, que esteve recentemente no Brasil como representante dos países árabes num encontro promovido pela Organização Internacional dos Jornalistas (OIJ).

"A reunificação significou um benefício geral, para todos. A existência de dois sistemas de governos diferentes não servia nem ao desenvolvimento do país, nem aos interesses do povo", defende o jornalista.

Em termos econômicos, principalmente, essa situação prejudicava o Iêmen. "O nosso desenvolvimento, qualquer que fosse o modelo por nós adotado, nunca poderia se concretizar sob essa sombra de divisão", diz. Como exemplo, ele revela que, antes da unificação, se descobriam ouro e importantes jazidas de petróleo na parte Sul (e posteriormente no Norte), que talvez não tivessem sido devidamente aproveitadas porque só havia refinarias num lado do país. Para Mahhub Abdo, o Iêmen, com o seu exemplo de reunificação, está dando uma contribuição

concreta à paz e à estabilidade política não só da região, mas de todo o mundo. Mas ele ressalta que, no Oriente Médio, a paz e o equilíbrio político passam, necessariamente, pela questão palestina. "É um problema que está aí, sem solu-

ção". Na sua opinião, os esforços diplomáticos deveriam ser dirigidos para o estabelecimento do Estado palestino: "A não-resolução do problema palestino certamente vai dar origem a novos conflitos e guerras", sentencia. ■



27 séculos de história

Com quase três mil anos de história, o Iêmen foi o berço de antigas civilizações, baseadas fundamentalmente no comércio terrestre, que levou ao surgimento de numerosas cidades. Pouco a pouco, esses centros foram se unificando em reinos, dos quais o mais antigo que se tem notícia é o de Ma'in (700 a.C). Séculos depois, a Bíblia imortalizaria em diversos relatos a opulência do reino de Sabá, cuja vinculação com o litoral africano está na origem do reino etíope de Axum.

Nos séculos seguintes, a região foi sucessivamente invadida pelos etíopes, persas e, a partir do século XVI, pelos turcos. Em 1618, os ingleses estabeleceram um posto da Companhia das Índias no porto de Mukha e, posteriormente, se instalaram no porto de Áden – o melhor de toda a região –, mantendo uma ocupação no Sul que perdurou até 1967.

Em 1911, o imã Yahya Ad-Din dirigiu uma rebelião nacionalista, cuja principal consequência foi o Império Otomano ter reconhecido, dois anos

depois, a autoridade plena dos imãs sobre o território em troca da aceitação por estes de uma formal soberania turca. Após a I Guerra Mundial, Yahya se proclamou soberano independente de todo o Iêmen, o que levou a conflitos com o emir saudita de Najd e com os ingleses instalados em Áden.

Em setembro de 1962, no que era o Iêmen do Norte, um grupo de militares nasseristas derrubou o imã Muhammad Al-Badr. Este, com o aberto apoio saudita e inglês, deu início a uma guerra civil contra o governo republicano – respaldado por sua vez pelos egípcios – que se prolongou até 1970.

Enquanto isso, o então Iêmen do Sul tinha conquistado sua independência dos ingleses e iniciava uma revolução socialista, nacionalizando os bancos, o comércio externo, companhias de seguro e de navegação, além de desativar todas as bases militares britânicas. Em 1986, um golpe provocou uma breve, mas intensa guerra civil, que deixou dez mil mortos.

Os novos colonizadores



Os planos de ajuste impostos à África são um dos fatores de empobrecimento do continente

As políticas de assistência econômica da agência norte-americana de ajuda ao desenvolvimento e do FMI não levam em conta as necessidades reais do continente africano

Doug Hellinger*

As leis norte-americanas mais recentes, que regulamentam a ajuda financeira dos Estados Unidos à África, dispõem que a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) não poderá adotar nenhum programa ou política de ajuda sem consultar previamente as organizações não-governamentais que trabalham no amplo leque de interesses locais africanos. Porém, na prática, a agência, juntamente com outras fon-

tes de assistência bilateral, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), continua ditando as políticas econômicas nacionais em todo o continente.

Obviamente esta não é a primeira vez que no Norte se tenta definir com um enfoque próprio os rumos que o desenvolvimento na África deve tomar. O período posterior à descolonização pode ter sido caracterizado, em parte, pela má administração (um conceito em moda no Banco Mundial) de certas elites africanas. Mas muitos desses diri-

gentes foram respaldados pelos países ocidentais, em alguns casos durante décadas.

Centenas de milhões de dólares foram remetidos para programas de ajuda ao desenvolvimento que não serviam aos interesses do povo. Agora, apesar do surgimento de uma nova geração de dirigentes africanos, que trata de combinar as tradições do continente com as exigências do processo de modernização, o governo dos Estados Unidos continua sem prestar-lhes atenção.

Pelo contrário, o Departamento do Tesouro e o Departamento de Estado, que contam com o que poderia se chamar de "aquiescência" do Congresso, têm exortado o Banco Mundial, o FMI e os funcionários da Usaid a continuar impulsionando programas de ajuste estrutural que produzirão resultados desastrosos em todo continente.

Diretores desses organismos estão convencidos de que o Norte sabe o que mais convém aos africanos. Produto dessa convicção é a opinião de um economista da Usaid, segundo o qual "já há algum tempo está sendo imposta à África, de fora, uma revolução por parte de grupos doadores e de algumas instituições internacionais". "Imposição" é o termo que define melhor esta situação,

já que as políticas de ajuste despertam na África muita oposição e pouco apoio.

Um mito - Depois de não menos de uma década de experiência na aplicação das receitas de ajuste a alguns países, o peso da dívida externa não diminuiu, o crescimento econômico tem sido desigual, os mercados de exportação não mostraram ser a salvação prometida e os investimentos têm sido lentos.

Por outro lado, a disponibilidade de

alimentos por preços acessíveis é cada vez menor, os pequenos agricultores se vêem prejudicados pela falta de serviços e créditos, pelos altos custos de produção e pela concorrência dos grãos importados, mais baratos.

Do ponto de vista social, os pobres cada vez têm menos acesso aos serviços sanitários e à educação e as mulheres são privadas de benefícios básicos, ao mesmo tempo em que fica cada vez mais difícil se tornarem proprietárias de parcelas de terra cultivável para consumo doméstico.

Só em Washington e em outras capitais do Ocidente ainda subsiste o mito de que os planos de ajuste dão bons resultados não só na África, como em outras partes do mundo. Qualquer outra política, após um período tão longo de fracasso, seria ridicularizada e descartada pelos organismos de assistência que dirigem, dos Estados Unidos, os programas de desenvolvimento africano. Como é possível que se continue aplicando na década de 90 uma política que foi universalmente rejeitada desde fins dos anos 80, com exceção daqueles lugares onde o governo estava desesperado por receber financiamento adicional a qualquer preço?

A resposta é simples: por pura irresponsabilidade. No caso do programa norte-americano de assistência externa, o problema apresenta dois aspectos. O primeiro é a falta de uma análise adequada por parte do Congresso dos Estados Unidos. O segundo está relacionado com a natureza do sistema oficial de ajuda externa que, como a maioria dos programas desse tipo, está aberto às in-

fluências político-comerciais e fechado à participação dos pobres que supostamente seriam o *objeto* de sua assistência no Terceiro Mundo.

Em relação ao primeiro ponto, o Congresso não tem estudado com seriedade o tema econômico que mais afetou na década passada os países do Terceiro Mundo: a imposição de programas de ajuste. Foi muito mais fácil para os congressistas norte-americanos aceitar o diagnóstico de funcionários das administrações Reagan e Bush, que lhes garantiam que a economia de mercado ia resolver todos os problemas.

A análise desses temas é hoje mais importante do que nunca, diante da flexibilidade adicional com que conta agora a Usaid para impulsionar políticas de ajuste na África depois da criação, por iniciativa do Congresso, de um Fundo para o Desenvolvimento Africano.

Quando se trata de adotar decisões econômicas que vão afetar a todos os africanos, pouco ou nenhum espaço se concede às perspectivas, ao conhecimento e às prioridades populares manifestadas pelas ONGs que trabalham na África ou inclusive pelos próprios governos africanos. Tais decisões têm se convertido em prerrogativas das grandes instituições internacionais de crédito e assistência.

Processo fatal – Esta virtual “recolonização” da África tem sido facilitada pela tendência de muitos dirigentes africanos de buscar fora do país e do continente as soluções para os problemas econômicos dos Estados que lideram.

Este processo foi fatal para o continente e o privou de condições para crescer e desenvolver-se, a partir de seus próprios recursos e do aproveitamento da criatividade de seus povos para investir na agricultura e em outras atividades locais que têm beneficiado tradicionalmente os setores populares africanos, a fim de conseguir uma maior integração nacional e regional de suas economias.

Modestas somas de ajuda externa concedidas com respeito e sensibilidade ajudariam os africanos a atravessar a etapa de transição para uma economia auto-sustentável e menos dependente de capitais, mercados e métodos do Norte tão frequentemente inapropriados. ■

Especial IPS

O autor é membro do Comitê Conjunto do Banco Mundial e das ONGs, e fundador do “Grupo para Políticas de Desenvolvimento Alternativas” (GAP), com sede em Washington

Plano da ONU fracassou

O Programa das Nações Unidas de Recuperação Econômica e Desenvolvimento da África (Pnureda) não produziu os resultados esperados, segundo manifestaram os ministros de Planejamento e Finanças dos países do leste africano reunidos recentemente na capital do Quênia. Os ministros de Comores, Etiópia, Quênia, Madagascar, Malawi, Ilhas Maurício, Ilhas Seychelles, Tanzânia e Uganda revisaram a aplicação do Pnureda e chegaram à conclusão de que o programa não havia tido êxito.

Em 1987, uma pesquisa realizada pela Comissão Econômica para a África (CEA) mostrou que naquela



época 33 países tinham incorporado em seus planos de desenvolvimento as prioridades do Pnureda. Estas eram: desenvolvimento alimentar e agrícola, apoio à agricultura, planos para atenuar os efeitos da seca e da desertificação, e o desenvolvimentos dos recursos humanos.

Os programas não só receberam um financiamento abaixo do necessário, como a assistência oficial ao desenvolvimento africano (AOD) foi paralisada durante o período que durou a experiência do Pnureda. Em consequência, ao concluir o programa, os países estavam mais endividados que no princípio.

COISAS DE VALOR

Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.

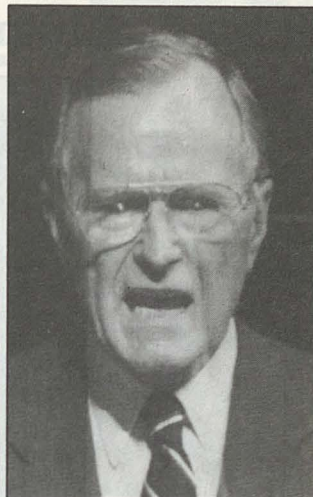
O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.

MERCANTIL 

O Banco que dá valor a você.

Bush volta a falar grosso

Liderança mundial ou mais e melhores respostas às demandas sociais internas? Eis o dilema do governo norte-americano



Bush: de olho na reeleição

Franz Schurmann*

Há anos, os gurus da política norte-americana vinham advertindo contra o perigo do declínio imperial dos Estados Unidos. Hoje, não se fala mais nisso. Pelo contrário, o que se vê é um presidente ambicioso, decidido a estabelecer uma nova ordem mundial na qual o seu país seja o líder absoluto.

De fato, é possível que o governo Bush esteja às vésperas de obter uma vitória que nem o presidente Harry Truman conseguiu alcançar em 1946 com o seu grandioso Plano Marshall: trazer a União Soviética, tão distanciada e ameaçadora, para a esfera de influência do Ocidente.

Recentemente, na Etiópia, o novo poder norte-americano foi evidenciado. O governo estava para cair, mas Mengistu só fugiu quando os EUA assumiram o patrocínio dos rebeldes, cujos líderes esquerdistas falam hoje, deslumbrados, das maravilhas da economia de mercado e da democracia.

Talvez o exemplo mais surpreendente da nova hegemonia dos Estados Unidos seja a reviravolta política que vem ocorrendo em seu vizinho do sul. "Coitado do México!" costumam suspirar

os mexicanos. "Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos!". Hoje, porém, o poderoso presidente Carlos Salinas de Gortari vem promovendo a criação de um mercado comum EUA-México-Canadá, iniciativa que já começa a provocar um forte influxo de capitais norte-americanos.

O Oriente Médio continua atolado na mesma confusão de sempre, mas os tratores e as niveladoras da diplomacia norte-americana insistem em seu afã de remover montanhas e aplainar o terreno, como se observou na recente conferência de paz de Madri.

Antigos observadores, como o iraquiano Amir Tahiri, que escreve no *Sharg Al-Ausat*, jornal de língua árabe publicado em Londres, está convencido de que Saddam só permanece no poder em virtude da decisão norte-americana de evitar a desintegração do Iraque.

Uma vez atingido esse

objetivo, diz Tahiri, Saddam Hussein será mais um obstáculo a tirar do caminho com a mesma rapidez com que Mengistu foi removido.

Prioridades – Mas, se "Tio Sam" voltou a falar tão grosso no mundo inte-

ro, por que existe tanta oposição interna ao governo Bush?

A razão é simples e tem a ver com a antiga questão de qual deve ser a prioridade número um dos Es-

tados Unidos: liderança mundial ou melhor política social dentro do país. Os conservadores, fascinados com a poderosa economia global, preferem a primeira, ao passo que os liberais, cujo eleitorado vem sofrendo o arrocho dos cortes de despesas do governo, preferem a segunda.

Há mais de um século, os norte-americanos vêm debatendo essa questão. A discussão surge a cada guerra travada pelos Estados Unidos: na esteira da guerra do

Vietnã, ganharam os liberais, mas agora são os conservadores que estão vencendo.

E isso tem muito a ver com uma realidade econômica citada pelo observador liberal Reg Rumney: os países fortemente voltados para o exterior registraram um crescimento econômico médio de oito por cento no período 1975-89, ao passo que os países mais voltados para dentro de suas próprias fronteiras só cresceram em cerca de dois por cento.

Ou, como diz Robert Reich, economista de Harvard, em seu livro mais recente: toda política social deve partir do reconhecimento de que, hoje, a riqueza de qualquer país vem da economia global.

Os colaboradores de Bush sabiam que, se ganhassem a guerra do Golfo, sua cotação subiria em escala mundial, tanto política quanto economicamente. Ganharam, e agora estão fazendo o possível para tirar proveito da situação – pelo menos garantindo a reeleição do presidente em novembro de 1992.

E quanto à política social interna, salve-se quem puder. ■

* Pacific News Service.

Bush está decidido a criar uma nova ordem mundial na qual seu país seja o líder absoluto

COLÔMBIA

Fim do bipartidarismo



O presidente Cesar Gaviria deposita seu voto em Bogotá

Rompendo o rígido bipartidarismo que domina o cenário político colombiano há quase dois séculos, alterando no poder liberais e

conservadores, o Movimento 19 de Abril (M-19) conseguiu obter o terceiro lugar nas eleições legislativas e estaduais realizadas em outubro.

comunidades indígenas puderam escolher seus próprios representantes, obtendo duas cadeiras no novo Parlamento.

Em primeiro lugar, por ampla margem, venceu o Partido Liberal, atualmente no poder, seguido pelo Partido Conservador, que amargou uma acentuada perda de cadeiras no Parlamento.

Outro marco dessas eleições foi o fato de que, pela primeira vez na história da Colômbia, as

O pleito foi convocado pela Assembléia Constituinte, que redigiu em julho passado a nova Carta do país e revogou o mandato do Parlamento anterior, eleito em 1990. Entre as inovações mais importantes introduzidas pela nova Constituição estão a eleição direta para governadores de departamentos (estados), até então nomeados pelo presidente, e a introdução do voto proporcional para a escolha dos 102 senadores, em vez do voto distrital.

Mas nem essas inovações conseguiram estimular os colombianos e mudar o tradicional quadro de abstenção, que normalmente beira os 70%. Nas recentes eleições, dos 15 milhões de votantes inscritos, menos de um terço compareceu às urnas.

CUBA

Apesar do bloqueio comercial imposto a Cuba há 28 anos pelo governo dos Estados Unidos, filiais de empresas norte-americanas no exterior estão aumentando consideravelmente o volume do seu comércio com a ilha caribenha.

Baseadas na Suíça, Argentina, Grã-Bretanha, Canadá e outros países, as filiais de empresas sediadas nos Estados Unidos triplicaram no ano passado os pedidos de licença para vender manufaturados a Cuba, segundo revelou um relatório do Departamento do Tesouro, divulgado recentemente.

Segundo a legislação dos Estados Unidos, as filiais de empresas norte-americanas são regidas apenas pelas leis dos países onde estão registradas, o que lhes permite burlar a proibição de comercializar com Cuba.

Para evitar que isso continue acontecendo, o senador norte-americano Connie Meck apresentou uma emenda que imporia altas multas às matrizes cujas subsidiárias no estrangeiro realizam transações comerciais com Cuba. A emenda já foi votada e aprovada no Congresso cinco vezes durante a última década, mas vetada pelos governos Reagan e Bush, baseado no argumento de que sua aplicação interferiria na soberania de outros países e criaria mais tensões com Cuba.

ARGENTINA

Privatizações continuam

Faltando só duas províncias votarem para governadores, as vitórias obtidas pelos candidatos do presidente Carlos Menem – ou de políticos de outros partidos mas que apóiam a sua gestão econômica – fortaleceram no Executivo nacional os setores favoráveis à aceleração da privatização de estatais.

O novo empreendimento do governo Menem será agora

o fim do monopólio estatal sobre o petróleo. Falando na abertura do XIII Congresso Petrolífero Internacional, em Buenos Aires, o presidente expôs as linhas principais do "Plano Houston 2", que libera para a exploração privada cerca de 140 áreas onde pode haver petróleo. As empresas que acharem o óleo, poderão dispor dele como quiserem, podendo até exportá-lo.

Pelo "Plano Houston 2", o Estado pretende convocar uma licitação para a exploração de um milhão e 400 mil quilômetros quadrados, dos quais 840 mil em terra e 560 mil na plataforma continental. A empresa estatal, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF)* só ficará com 120 mil km².

A YPF (equivalente à Petrobrás) teve em 1990 um faturamento de mais de 5 bilhões de dólares (sendo que a estatal brasileira teve uma receita de mais de 11 bilhões).



Menem: fortalecido após eleições

EL SALVADOR/GUATEMALA

Acordos de paz à vista

A pesar de não terem chegado a um acordo em relação aos pontos fundamentais de divergência, prosseguem as negociações de paz iniciadas em abril de 1990 entre os governos de El Salvador e Guatemala e os movimentos guerrilheiros Frente Farabundo Martí pela Libertação Nacional (FMLN) e Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), respectivamente.

Durante a rodada de conversações realizada mês passado, os representantes do governo do presidente guatemalteco Jorge Serrano e da URNG não conseguiram chegar a um consenso sobre o tema dos direitos humanos. Este é o segundo item de uma agenda de 12 pontos que ambas as partes estabeleceram em meados deste ano, com vistas a pôr fim a uma guerra interna de 30 anos. Até o momento, só houve acordo sobre o tema da democratização, primeira parte do

primeiro ponto da agenda.

No caso de El Salvador, a principal divergência entre a administração de Alfredo Cristiani e os dirigentes da FMLN gira em torno da participação de ex-combatentes guerrilheiros na futura polícia nacional civil – exigência que o governo rejeita – e a forma como serão realizadas as reformas nas forças armadas.

Nesse sentido, o governo salvadoreño e a guerrilha decidiram em 25 de setembro passado realizar um processo de depuração das forças armadas.

O subchefe do estado-maior conjunto de El Salvador, coronel Mauricio Vargas, anunciou que até o dia 30 deste mês deve ser anunciado o acordo definitivo de cessar-fogo com a FMLN, corroborando as expectativas de analistas políticos de que ainda este ano devem ser assinados os acordos de paz tanto em El Salvador, quanto na Guatemala.

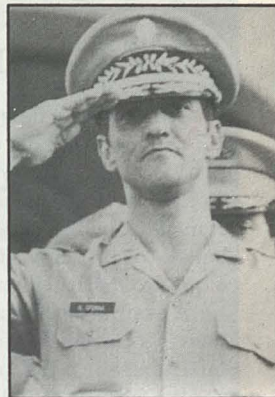
HAITI

O embargo comercial decretado contra o Haiti pela Organização dos Estados Americanos (OEA), após o golpe de estado que derrubou o presidente Jean-Bertrand Aristide, poderá em breve obrigar a junta militar a entregar o poder.

Esta é a avaliação de analistas internacionais, que apontam o fim das reservas de petróleo como um fator determinante para que a junta militar, encabeçada pelo general Raoul Cedras, decida negociar uma saída diplomática para a crise.

A decisão de impor um embargo total, tomada pela OEA em 3 de outubro, foi apoiada, por aclamação, pela Assembléia Geral das Nações Unidas e recebeu a adesão do governo norte-americano.

A escassez de combustível deixou várias cidades sem luz, provocou o racionamento de gasolina e uma escalada de preços sem precedentes. A cada dia, aumenta a tensão social. Em fins do mês passado, uma greve geral de protesto – convocada por 40 organizações políticas, sindicais e profissionais – paralisou grande parte da capital, Porto Príncipe.



Gal. Raoul Cedras

EQUADOR/PERU

Disputa fronteiriça



Equador e Peru disputam uma região de mil quilômetros

Missões diplomáticas especiais do Equador mantiveram reuniões de alto nível com dirigentes do Brasil, Argentina, Chile, Estados Unidos, Bolívia, Colômbia e Venezuela, para levar até eles a proposta do presidente equatoriano Rodrigo Borja de pedir a mediação do papa sobre o conflito limítrofe com o Peru.

Num discurso que pronunciou perante a Assembléia das Nações Unidas, Borja pediu ao presidente peruano que aceite a mediação papal para solucionar pacificamente o diferendo e, posteriormente, declarar uma "zona de paz" na região disputada pelos dois países.

Equador e Peru reclamam uma região de aproximadamente mil quilômetros na Cordille-

ra del Cóndor. Há quase 50 anos, em 1944, Equador foi obrigado – pela ocupação peruana – a assinar o Protocolo do Rio de Janeiro, que definia os limites entre os dois países. Por esse motivo, os equatorianos reclamam a anulação do acordo, do qual Argentina, Chile, Brasil e Estados Unidos assinaram como garantes. A tese peruana, no entanto, é achar uma solução dentro dos termos desse acordo.

Recentemente, os dois países estiveram à beira do confronto armado, razão pela qual a chancelaria equatoriana propõe a assinatura de um pacto de não-agressão, para evitar uma possível guerra.

MOÇAMBIQUE

Avançam as negociações

Após 15 anos de guerra civil, Moçambique está mais próximo da paz. A oitava rodada de negociações entre representantes do governo moçambicano e do movimento contra-revolucionário Renamo – realizada mais uma vez em Roma – concluiu com a assinatura de um protocolo que estabelece “os princípios fundamentais, as garantias recíprocas e o quadro institucional para desenvolver o processo de paz”.

A assinatura do protocolo representou um grande avanço nas negociações – iniciadas em junho do ano passado – e permitiu passar à discussão em torno da lei eleitoral, um dos pontos de mais difícil acordo.

Para se ter uma idéia, do pacote de leis aprovadas este ano pela Assembléia da República (o Parlamento moçambicano) – que incluiu a lei de partidos políticos e as medidas relacionadas à liberdade de informação, de expressão e de associação – só a legislação eleitoral ficou de fora.

O ponto seguinte da agenda de discussões, referente às questões militares, incluía a definição dos critérios para a formação do exército nacional único, o desmantelamento dos chamados “exércitos irregulares” e a reestruturação das forças policiais e de segurança do Estado, que devem ser desvinculadas de qualquer partido político.

O governo da Frelimo – o movimento que liderou a guerra



Milhares de refugiados dependem de ajuda para sobreviver

de independência de Portugal, obtida em 1975 – deu início a um programa de despartidarização do exército e das forças de segurança, que já levou à extinção do Comissariado Político das FPLM (Forças Armadas de Moçambique) e, conseqüentemente, ao desmantelamento das células do partido situacionista nos quartéis.

Em julho último, o Parlamento extinguiu o Snasp – antigo serviço de segurança do Estado –, que era subordinado, segundo os seus estatutos, ao “presidente do partido Frelimo”. No seu lugar, foi criado o Sise (Serviço de Informação e Segurança do Estado), dependente do chefe de estado.

O ex-subsecretário de Relações Exteriores da Itália, Mario Raffaelli, que atua como mediador nas conversações de paz, manifestou sua esperança de que até o fim deste ano se consiga um cessar-fogo total.

A guerra, aliada a problemas estruturais herdados do colonialismo e aos desastres naturais, deixou 60% dos 15 milhões de moçambicanos em situação de miséria absoluta.



O sindicalista Frederick Chiluba foi eleito presidente

ZÂMBIA

Novo governo

Nas primeiras eleições livres realizadas na Zâmbia em 23 anos, o sindicalista Frederick Chiluba derrotou o presidente Kenneth Kaunda, um dos últimos líderes da luta anticolonial na África. Seu partido, o Movimento por uma Democracia Multipartidária (MMD), conquistou também a maioria das 150 cadeiras do Parlamento.

Frederick Chiluba, de 48 anos, concorreu contando com o apoio declarado da União Sindical de Trabalhadores, movimento com dois milhões de filiados, assim como de estudantes e intelectuais zambianos. O MMD é um dos 12 partidos de oposição surgidos após o restabelecimento da democracia pluripartidária, no ano passado.

A maioria dos quase três milhões de eleitores – de uma população de 7,8 milhões – compareceu às urnas. Ex-colônia britânica, a Zâmbia, situada na África Central, é um dos países mais pobres do mundo. Desde a independência, Kenneth Kaunda adotou uma política de orientação socialista e um regime de partido único.

ZAIRE

A onda de protestos populares contra o governo não conseguiu fazer com que o presidente Mobutu Sese Seko voltasse atrás na sua decisão de destituir o primeiro-ministro Etienne Tshisekedi, demitido após exigir que o presidente lhe cedesse o controle das forças de segurança e da economia. Tshisekedi, um respeitado líder da oposição, foi substituído por Mungul Diaka, um político sem apoio popular e com fama de oportunista. Tão logo se soube da sua nomeação, moradores da capital, Kinshasa, saíram às ruas em protesto, incendiando ônibus, erguendo barricadas e enfrentando as tropas de elite. Uma multidão invadiu e saqueou a sede do partido de Mobutu, o Movimento Popular Revolucionário, que estava sendo reconstruída após a onda de violência e saques que devastou a capital em setembro passado.

Além do descontentamento da população, Mobutu, que está há 26 anos no poder, enfrenta crescentes pressões diplomáticas da Bélgica, França e Estados Unidos para que entregue o poder, promovendo uma transição política pacífica nesse país centro-africano.

SENEGAL

Novo código eleitoral

A Assembléia Nacional (o Parlamento) do Senegal adotou uma nova lei eleitoral que permitirá uma maior democratização desta nação do sudoeste africano. Preparado por uma comissão de juristas e acadêmicos, o novo código foi adotado depois de três meses de consultas com todos os partidos políticos. A comissão foi encabeçada por Keba Mbaye, ex-presidente da Corte Suprema do Senegal e até pouco tempo, juiz da Corte Internacional de Haia, Holanda.

O novo código eleitoral reduziu a idade mínima para votar de 21 para 18 anos.

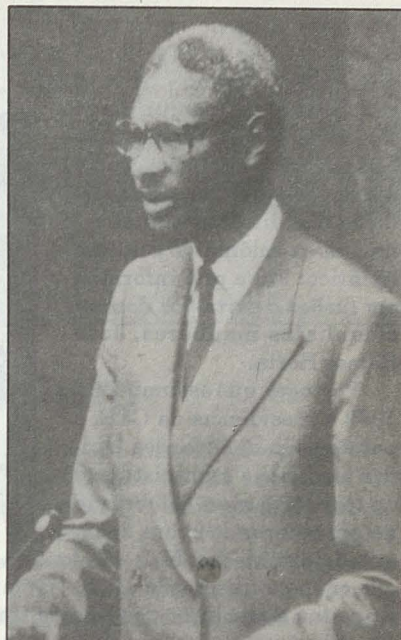
Para poder aspirar à presidência, cujo mandato está fixado em sete anos, o candidato deve obter maioria absoluta de votos. Também ficou estabelecido que, daqui por diante, a mesma pessoa não poderá ocupar mais de duas vezes o cargo.

Além disso, o código permite a participação de candidatos independentes e as alianças entre os partidos políticos, que nesse caso só poderiam apresentar um candidato. Também serão autorizadas campanhas políticas nos meios de comunicação.

A adoção dessa legislação eleitoral faz parte de um pa-

cote de medidas anunciado pelo presidente Abdou Diouf em 31 de dezembro de 1990, após ser pressionado por manifestações populares em prol de maior democracia. O antigo código vigorava desde 1963, três anos após a independência da França.

As últimas eleições parlamentares e presidenciais ocorreram em 1988 e a próxima renovação do Executivo está marcada para 1993.



Abdou Diouf: maior democratização

AFEGANISTÃO

Interesses regionais em jogo



Guerrilheiros mujahedines cercam um forte na cidade oriental de Khost

A assinatura de um acordo entre a União Soviética e os EUA, em 13 de setembro passado, para suspender até o fim deste ano o fornecimento de armas ao governo afegão e aos grupos guerrilheiros que o combatem – conhecidos como *mujahedines* – ameaça converter o conflito numa guerra entre duas potências regionais: o Irã e a Arábia Saudita.

Indícios nesse sentido já se manifestaram com o início de intensos combates na capital, Kabul, e arredores, após os ataques dos guerrilheiros *mujahedines* às tropas do governo, em setembro passado.

A Arábia Saudita – tradicional aliado dos Estados Unidos e fornecedor de armas às facções moderadas dos *mujahedines* – parece ter assumido que o seu

medo da influência iraniana no Afeganistão é maior que a sua desconfiança na facção extremista “Hezbe Islami”, liderada por Gulbuddin Hekmatyar. E, por isso, tomou a decisão de reatar o apoio a Hekmatyar e outras facções, medida que provocou na região o medo de uma nova guerra.

Segundo algumas fontes, existe uma clara divisão nas fileiras dos *mujahedines*, entre Hekmatyar e os grupos moderados dirigidos por Pir Sayed Ahmed Galani e Pir Sibghatullah Mujaddedi.

Os moderados estão dispostos a entender-se com o regime do presidente Najibullah em Kabul, mas os radicais,

militarmente muito mais poderosos, estão ansiosos por entrar na capital afegã “para arrasar”.

Com base no acordo conseguido em Moscou em setembro passado pelo secretário de estado norte-americano, James Baker, e o seu homólogo soviético, Boris Pankin, tanto os guerrilheiros *mujahedines*, como o governo afegão deixarão de receber abastecimentos militares no final do ano. Uma parte não-revelada do Plano Baker-Pankin contempla a permanência do presidente Najibullah no poder e lhe reconhecerá legitimidade para participar no proposto diálogo interno. O acordo produziu-se cerca de três anos depois da retirada dos soviéticos do Afeganistão.

No governo do Paquistão parece existir uma considerável confusão sobre o que fazer. O Ministério das Relações Exteriores, por exemplo, está disposto a enterrar a opção militar e a procurar uma solução diplomática. No entanto, os militares demonstram vontade de continuar mantendo seu apoio a Hekmatyar e a seu plano de derrubar pela força o regime de Najibullah.

Os sauditas, por sua vez, receiam que uma solução negociada favoreça as facções pró-iranianas dos *mujahedines* e desejam, apesar de desconfiarem muito dele, que Hekmatyar atue como uma força de equilíbrio.

A resistência de Timor Leste decidiu pedir a Portugal que, como futuro presidente da Comunidade Européia (CEE), realize uma campanha de denúncia contra a Indonésia por "reiterada violação dos direitos humanos" na sua ex-colônia do Sudeste Asiático. Foi o que informou em Lisboa o porta-voz dos nacionalistas mauberes, José Ramos Horta.

Portugal, que assumirá em 1992 a presidência da CEE, é por decisão das Nações Unidas a potência administrante do território até a celebração de um referendo sobre a sua autodeterminação. Mas a Indonésia — que ocupa a ilha desde 1975 — jamais respeitou a resolução das Nações Unidas sobre a consulta popular, nem sobre o respeito aos direitos humanos.

"O regime de Jacarta sabe que perderia nas urnas e por isso a ocupação do nosso país está assentada no trágico

TIMOR LESTE Apelo a Portugal



Refugiados mauberes: produto da ocupação indonésia

saldo de um terço da sua população executada pelas tropas de ocupação do presidente Suharto", afirmou Ramos Horta.

O dirigente rebelde também anunciou em sua visita a Lisboa que a luta no terreno militar poderá passar a uma nova fase, com operações de guerrilha

urbana. Reconheceu, também, que essa iniciativa dos nacionalistas certamente fará recrudescer a repressão contra os civis e contra os líderes eclesiais timorenses por parte da Indonésia.

Segundo dados da Anistia Internacional, a anexação em 1975 do arquipélago de Timor Leste, ex-colônia portuguesa, pelas tropas da Indonésia deixou 210 mil vítimas fatais, numa população total de 650 mil pessoas.

As relações entre Portugal e Indonésia se deterioraram nas últimas semanas em consequência da suspensão da visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor. A visita tinha sido negociada com a intermediação da ONU e foi cancelada quando a Indonésia vetou a inclusão na delegação da jornalista australiana Jill Jolliffe, única sobrevivente de um grupo de cinco repórteres executados em 1975 pelo comandante indonésio em Timor.

CHINA

Em consequência das mudanças políticas da União Soviética, a China mostra cada vez maior sensibilidade aos acontecimentos na região de Xinjiang, onde predomina uma minoria muçulmana. Desde a declaração de independência de várias repúblicas soviéticas muçulmanas, o governo de Beijing (ex-Pequim) tentou controlar a dissidência em Xinjiang, fronteira com os estados soviéticos do Kazaquistão, Tadjiquistão e Kirguízia. Após a experiência no Tibete, onde a luta nacionalista ganhou grande apoio da opinião pública mundial, Beijing voltou sua atenção para a informação externa com o objetivo de evitar o apoio a movimentos nacionalistas nascentes em Xinjiang, uma das regiões mais subdesenvolvidas da China, com 15 milhões de muçulmanos.

Embora as autoridades garantam que a região está tranquila, depois da repressão de um levante em abril, repórteres estrangeiros não foram autorizados a deslocar-se a Xinjiang.

As tensões entre os chineses Han e as minorias existem há séculos, mas Beijing sempre afirmou que as aspirações separatistas são um fenômeno importado. Em geral, as condições em Xinjiang nunca foram tão ruins quanto no Tibete. Os analistas dizem que as reformas econômicas da década passada melhoraram os níveis de vida, mais altos que os do outro lado da fronteira soviética.

MYANMAR

Em Myanmar (ex-Birmânia) o governo se nega a libertar a líder da oposição, Aung San Suu Kyi, Prêmio Nobel da Paz em 1991, que cumpre prisão domiciliar desde julho de 1989. Apesar das pressões do Parlamento norueguês, que realiza gestões diplomáticas para conseguir sua libertação, a situação de Suu Kyi não sofreu alterações.

Filha do general Aung San, herói nacional da independência, Suu Kyi esteve à frente das mobilizações populares contra o governo, em 1988, que culminaram com a morte de milhares de estudantes. Um ano depois, Suu Kyi foi candidata pela Liga Nacional pela Democracia (LND) e obteve maioria esmagadora. O governo desconheceu o resultado das eleições, se negou a entregar o poder e reprimiu a oposição, prendendo os seus principais dirigentes. Suu Kyi deveria viajar a Oslo em 10 de dezembro, para a cerimônia de entrega do prêmio.



Suu Kyi: prisão domiciliar

VIETNÃ

Reafirmação socialista

Tal como no caso da China, os dirigentes vietnamitas se propõem a flexibilizar sua política econômica, aceitando a acumulação privada de lucros na atividade agrícola, a existência de empresas privadas, dentro de certas condições, e os investimentos estrangeiros. Mas não existem planos de abertura no terreno político, pelo menos de forma ampla.

Depois do processo de renovação, chamado *Doi Moi*, iniciado em 1986, o governo vietnamita permitiu o estabelecimento de empresas privadas pequenas e médias e autorizou o acesso à propriedade da terra por parte dos agricultores. No plano externo, iniciou uma aproximação com a China, com o objetivo de fortalecer a presença socialista no sudeste asiático.

A crise na Europa Oriental e os últimos acontecimentos ocorridos na União Soviética geraram um sério debate no Vietnã, com o objetivo de estabelecer "o papel da ideologia no desenvolvimento econômico e o papel do exército na sociedade", segundo definiu o vice-ministro do Exterior, Nguyen Dy Nien.

Três meses antes da fracassada tentativa de golpe de estado na URSS, um Congresso do Partido Comunista vietnamita havia reafirmado a vigência do sistema de partido único e sua opção socialista. O secretário-geral do PC vietnamita Nguyen Va Linh afirmou nessa ocasião que "o socialismo é o único caminho correto para nosso país, para dar liberdade e felicidade ao povo".

Desde então, os dirigentes vietnamitas têm insistido em mostrar a instabilidade econômica atual na Europa do Leste — posterior ao colapso dos governos comunistas —, como uma prova de que a democracia pluralista não é uma solução universal. O Partido Comunista do Vietnã aceitou implementar uma transformação política, mas pretende fazê-lo "passo a passo", para evitar a instabilidade que, segundo seus dirigentes, provocaria o processo de mudanças se fosse demasiado rápido.



CAMBOJA

Uma porta para o futuro

Otérmino oficial das hostilidades no Camboja fez surgir entre os dirigentes políticos dos países do Sudeste Asiático a esperança de que se possa pôr fim ao drama dos refugiados, produto de décadas de conflito na Indochina.

O acordo de paz foi firmado em Paris em 23 de outubro pelas quatro facções que se enfrentaram militarmente nos últimos 13 anos: o primeiro-ministro Hun Sen, representando o governo de Phnom Penh, e os três líderes da resistência, o príncipe Norodom Sihanuk, do grupo nacionalista Frente Nacional Unida; Son Sann, da Frente de Libertação Nacional Popular, e Khieu Samp-ham, do Khmer Vermelho.

A perspectiva de paz tinha sido reforçada pouco antes, quando o Partido do Povo, no poder, reafirmou em um congresso extraordinário seu compromisso de estabelecer um sistema político multipartidário e de economia de mercado.

O acordo, que é fruto de árduas negociações iniciadas em 1989, prevê um cessar-fogo supervisionado pelas Nações

Unidas, assim como o desarmamento e a desmobilização de não menos de 70% dos rebeldes (ver *cadernos do terceiro mundo*: nº 141: "Final quase feliz"). Nesse sentido, o Conselho de Segurança da ONU tinha aprovado, uma semana antes, a criação de uma missão especial, para supervisionar o fim das hostilidades e facilitar a realização das eleições gerais, previstas para março de 1993.

No mesmo dia da assinatura dos acordos a comunidade internacional se comprometeu a dar apoio econômico e diplomático ao Camboja, para reconstruir o país. A França doará 3,4 milhões de dólares para a reconstrução de represas e Washington anunciou que levantará o bloqueio comercial contra Phnom Penh. A Grã-Bretanha também anunciou uma ajuda "substancial" para a repatriação dos refugiados e para programas de saúde pública.

Calcula-se que um milhão de cambodjanos perderam a vida durante os 20 anos de conflito e mais de 350 mil estão refugiados nos países vizinhos.

Pirataria no século XX

A imagem de piratas abordando navios em alto mar parece estar saindo dos livros de história para a vida real. No Sudeste Asiático, só no ano passado foram registrados mais de 40 ataques desse tipo, contra seis ocorridos em 1989, segundo denunciou Eric Elen, diretor do Birô Marítimo Internacional (BMI), com sede em Londres.

Num caso típico, relatou Elen, piratas mascarados e com armas automáticas abordaram durante a noite um navio de Singapura. Depois de desarmar os seguranças, os piratas — de língua tailandesa — dominaram a tripulação, que passou uma semana algemada até ser resgatada. O navio levava artigos de consumo para o porto cambojano de Kompong Son e foi atacado no litoral vietnamita.

Investigadores especializados nesse tipo de delito afirmam que as cargas roubadas são levadas para Singapura e "lavadas" através de sua venda a terceiros. Um dos mais sérios problemas, segundo eles, é a falta de cooperação da maioria dos armadores. Mais da metade dos ataques piratas não são registrados, devido ao medo dos donos dos barcos de verem seus negócios afetados.

O bonde da história e a barbárie

Marcelo Affonso Monteiro*

Toda a discussão atual sobre a inserção competitiva do Brasil no Primeiro Mundo tem ignorado o seu impacto sobre o nível de emprego e o seu retorno social para a maioria da população. Esse erro já foi cometido pelo regime militar, que implantou um modelo de desenvolvimento que visava a dotar as elites brasileiras (classes média e alta) de padrões de consumo típicos do Primeiro Mundo, quaisquer que fossem as consequências sociais dessa opção, colocando à margem dos frutos do desenvolvimento a maior parte da população.

A cesta de bens de consumo típicos do Primeiro Mundo é, para média da população brasileira, constituída de artigos de luxo, adequados ao consumidor médio de países com uma renda per capita muito superior à nossa. A existência, no Brasil, de um grande mercado consumidor para esses produtos requer uma elevada concentração de renda, que deve inclusive aprofundar-se, à medida que, no Primeiro Mundo, os padrões de consumo vão-se sofisticando.

Embora poucos intelectuais o admitam, o desenvolvimento tecnológico desemprega. A cesta de bens de consumo típicos do Primeiro Mundo só pode ser produzida por uma tecnologia que se torna cada vez mais poupadora de mão-de-obra. E os empregos gerados compreendem um percentual cada vez maior de trabalhadores de alta qualificação. Assim, a modernização tecnológica acarreta uma grande redução da geração de empregos para a mão-de-obra não-qualificada e, numa proporção muito menor, um aumento da absorção de profissionais de nível superior.

Já se prevê hoje, para a Europa Ocidental do ano 2.000, um cenário social muito mais grave do que aquele que viabilizou o surgimento do nazismo: um núcleo minoritário de trabalhadores bem-remunerados de alta qualificação cercado por uma massa amplamente majoritária de desempregados e subempregados. No Brasil, onde o nível médio de qualificação da mão-de-obra é muito mais baixo, a implantação de uma matriz tecnológica, equivalente à prevista para a Europa Ocidental do ano 2.000, materializaria as piores previsões dos filmes norte-americanos de ficção científica da linha *dark*, criando uma massa de marginalizados muito maior em torno de uma elite muito menor, em termos percentuais.

A discussão da modernização tecnológica do país não pode basear-se nas aspirações consumistas das elites. Mesmo considerando-se apenas a questão do consumo, seria difícil defender a alocação dos recursos produtivos do país, no sentido de facilitar às elites a

aquisição dos mais sofisticados automóveis e micro-computadores do mundo, em detrimento de uma alocação voltada para a universalização de padrões de consumo, dos quais essas elites já dispõem há décadas.

Além disso, é ingenuidade imaginar que tais elites poderiam aproveitar, com tranquilidade, as facilidades consumistas. Como já ocorre hoje e deverá acentuar-se, caso o país continue por esse caminho, as massas marginalizadas – cada vez mais majoritárias – tenderão a aprofundar seus vínculos com o crime organizado e, em particular, com o narcotráfico.

Isso significa que, se as elites brasileiras insistirem numa modernização tecnológica que ignora o deslocamento de mão-de-obra, correrão o risco de ser tragadas pela barbárie que estão ajudando a criar e que, em se mantendo a situação atual, em breve não poderá mais ser controlada pelos mecanismos estatais de coerção.

Superar a tendência positivista de cultuar o desenvolvimento tecnológico do país com um autêntico fervor religioso, adequar a matriz tecnológica do país ao perfil médio de qualificação da sua mão-de-obra e direcionar os investimentos estatais, os incentivos fiscais e as linhas estatais de crédito à iniciativa privada, para setores industriais e de serviços com grande capacidade de absorção de mão-de-obra de baixa qualificação, colocam-se, assim, não mais apenas como instrumentos de justiça

social, mas como ações de segurança nacional. Só assim se poderá impedir a futura submersão do país no caos social que ameaça boa parte da América Latina.

No ano 2.000, a grande discussão sobre o desenvolvimento tecnológico deverá ser não a melhor forma de acelerá-lo, mas de freá-lo. Não em nome de valores que atribuem maior importância a árvores e jacarés do que a seres humanos pobres, mas tendo como ponto de partida a necessidade de gerar empregos dignos para a maior parte da população de cada país.

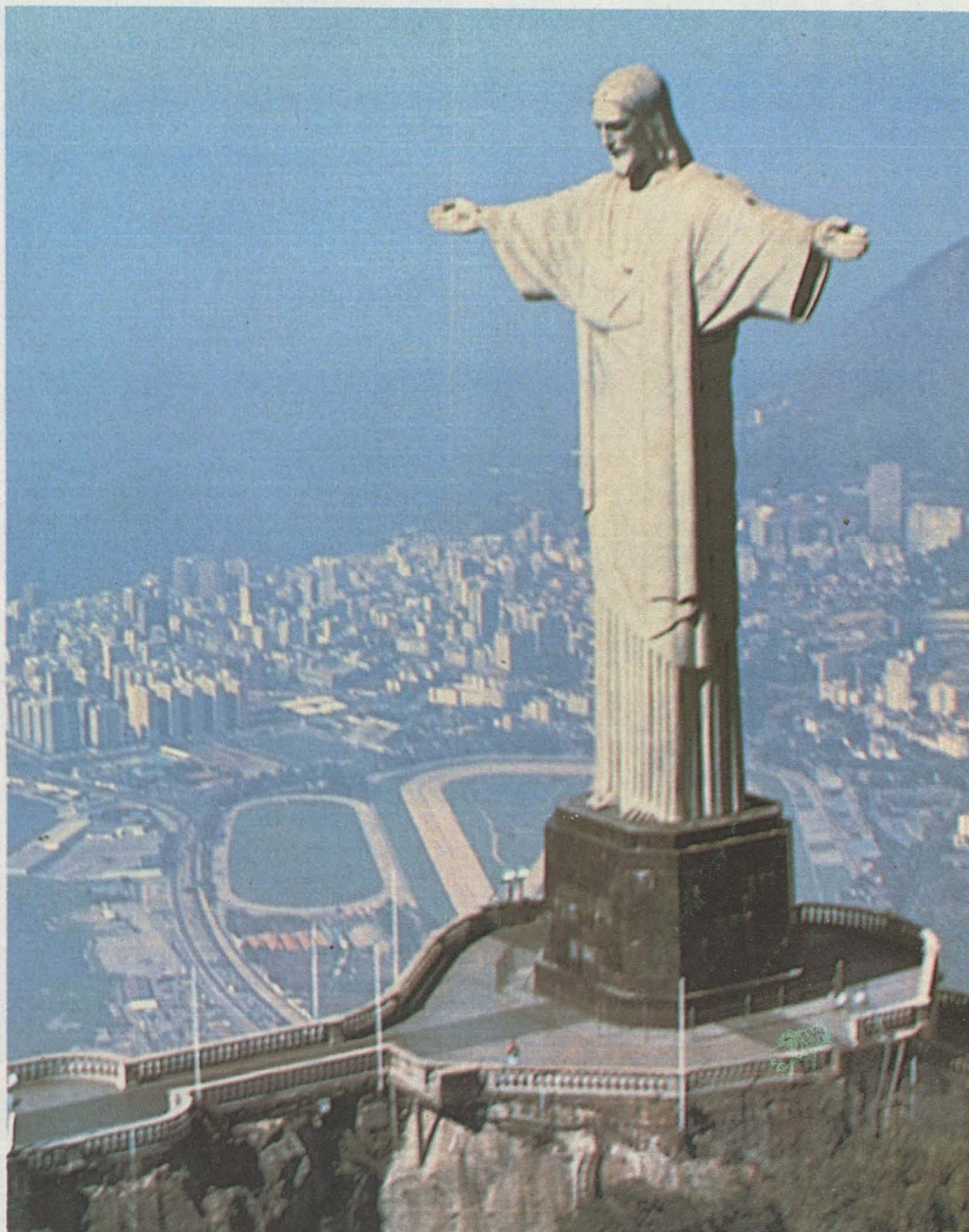
No Brasil, onde o setor informal já congrega metade da população ocupada, a discussão sobre a geração de empregos para as massas marginalizadas talvez não possa esperar tanto tempo, devendo ser deflagrada imediatamente.

Caso contrário, marcharemos para uma grande explosão social, caracterizada pela generalização, em todo o Brasil, de incidentes iguais aos que foram vistos, recentemente, nas ruas de Washington.

*O autor é mestre em Engenharia de Produção e coordenador de Estudos e Pesquisas dos Ambientes em Condições de Trabalho, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, em Brasília

No Brasil, onde o setor informal congrega metade da população ocupada, a discussão sobre a geração de empregos não pode esperar, devendo ser deflagrada imediatamente.

Agora todo o mundo é verde.



O Banerj sempre foi verde porque nasceu aqui.

BANERJ

NATURALMENTE LIGADO AO RIO

RIO



Rio do mar, do sol,
do verde da mata,
da Pedra, da praia,
dos shoppings, do chopp,
do Cristo, do bondinho,
da cidade menina
cheia de beleza.

RIO-A MARCA DO TURISMO POR NATUREZA.

RIO Prefeitura
da Cidade